

ÍNDICE DO ITEM II.5.3

II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO.....	1/197
II.5.3.1 - Metodologia.....	1/197
A) Uso e ocupação do solo.....	3/197
B) Grupos de interesse.....	6/197
C) Dinâmica populacional.....	13/197
D) Fluxos migratórios atuais.....	17/197
E) Infraestrutura.....	21/197
F) Estrutura produtiva.....	37/197
G) Educação.....	53/197
H) Lazer, turismo e cultura.....	59/197
I) Controle e Fiscalização Ambiental.....	67/197
J) Instrumentos de Gestão Ambiental.....	71/197
K) Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico.....	73/197
L) Qualidade da Paisagem Natural.....	74/197
M) Caracterização da Atividade Pesqueira.....	87/197
N) Identificação e Caracterização de Populações Extrativistas.....	127/197
O) Identificação e Caracterização de Tombamentos.....	189/197

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO	PAG.
Quadro II.5.3-1-Lideranças das Colônias de Pesca.	8/197
Quadro II.5.3-3- Associações, Instituições, e ONGs de Camamu	11/197
Quadro II.5.3-4- Associações, Instituições, e ONGs de Marau.	11/197
Quadro II.5.3-5- Associações, Instituições, e ONGs de Itacaré.	11/197
Quadro II.5.3-6- Associações, Instituições, e ONGs de Uruçuca.	11/197
Quadro II.5.3-7- Associações, Instituições, e ONGs de Ilhéus.	12/197
Quadro II.5.3-8- Taxa média geométrica de crescimento anual das populações total, urbana e rural 1991-2000.	15/197

Quadro II.5.3-9- Pessoas não-naturais da Unidade da Federação, com menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação.	18/197
Quadro II.5.3-10- Taxa de Crescimento Vegetativo da População.	18/197
Quadro II.5.3-11 - Número de Navios operando no Porto de Ilhéus 2000-2009.	23/197
Quadro II.5.3-12- Principais Características Técnicas Aeroporto de Ilhéus/Jorge Amado.	28/197
Coordenadas: 144854S/0390200W	28/197
Quadro II.5.3-13- Características de Heliportos.	28/197
Quadro II.5.3-14 – Meios de comunicação na área de estudo de socioeconomia.	29/197
Quadro II.5.3-15 - Dados da Guarda Municipal, 2009.	34/197
Quadro II.5.3-16 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes Por Região Econômica e Municípios Bahia - 2003 – 2008.	39/197
Quadro II.5.3-17- Participação do PIB a preços correntes por região econômica e municípios Bahia, 2003 – 2008.	39/197
Quadro II.5.3-18 - Impostos, PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes Bahia – 2008.	40/197
Quadro II.5.3-19 - Estrutura setorial dos valores adicionados da economia baiana.	41/197
Quadro II.5.3-20- Quantidade produzida da lavoura temporária Unidade da Federação e Municípios, 2009.	42/197
Quadro II.5.3-21 - Quantidade produzida da lavoura permanentes 2009.	43/197
Quadro II.5.3-22- Efetivo dos rebanhos (cabeça) por tipo UF e Municípios, 2009.	44/197
Quadro II.5.3-23- Produção de leite (mil litros) Bahia 2006 – 2009.	45/197
Quadro II.5.3-24- Finanças municipais Receita tributária, 2008, 2009 e 2010.	47/197
Quadro II.5.3-25- Cotas de ICMS distribuídas aos municípios 2008, 2009, 2010.	47/197



Quadro II.5.3-26- Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 2008 – 2010.	48/197
Quadro II.5.3-27- Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado Bahia.	49/197
Quadro II.5.3-28- Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total - 2007 – 2009.	50/197
Quadro II.5.3-29- Comportamento do mercado de trabalho formal, por setor de atividade Bahia, 2009 e 2010.	51/197
Quadro II.5.3-30- Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal e seção de atividade do trabalho principal, 2000.	52/197
Quadro II.5.3-31- Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, municípios, 2010.	54/197
Quadro II.5.3-32 - Classificação dos municípios, segundo a taxa de analfabetismo da população residente de 10 anos ou mais de idade, segundo a Bahia – 1991/ 2000/ 2010.	57/197
Quadro II.5.3-33- Quantidade produzida pelas lavouras permanentes por Unidades da Federação e Municípios da área de estudo, 2009.	73/197
Quadro II.5.3-34- Quantidade produzida pelas lavouras temporárias, por Unidade da Federação e Municípios, 2009.	73/197
Quadro II.5.3-35- Sistemas Naturais e Unidades de Paisagem por município.	78/197
Quadro II.5.3- 36 – Composição das frotas das localidades de Barra do Serinhaém, Ilha do Contrato e Tento (Valença) que frequenta áreas de pesca na zona costeira entre a península de Marau e Ilhéus.	94/197
Quadro II.5.3- 37 – Composição da frota na área em estudo para o ano de 2011 tradicionais.	95/197
Quadro II.5.3- 38 - Produção anual por arte de pesca do município de Camamu-2006.	104/197



Quadro II.5.3- 39 - Produção anual por arte de pesca do município de Marau – 2006.	106/197
Quadro II.5.3- 40 - Produção anual por arte de pesca do município de Itacaré – 2006.	107/197
Quadro II.5.3- 41 - Produção anual por arte de pesca do município de Uruçuca – 2006.	107/197
Quadro II.5.3- 42 - Produção anual por arte de pesca do município de Ilhéus – 2006.	108/197
Quadro II.5.3- 43 – Captura por espécie (toneladas) nos municípios da área de estudo –ano de 2006.	109/197
Quadro II.5.3- 44 – Número total de pescadores e marisqueiras nos municípios e localidades da área em estudo.	111/197
Quadro II.5.3- 45 - Dados de frequência de viagens de pesca das embarcações da frota camaroneira (arrasto de camarão) de Barra Grande, registrados pelo projeto de monitoramento pesqueiro do Campo de Manati entre os anos de 2005 e 2010.	125/197
Quadro II.5.3- 46 - Dados de frequência de viagens de pesca das embarcações da frota linheira (linha de mão) de Barra Grande, registrados pelo projeto de monitoramento pesqueiro do Campo de Manati entre os anos de 2005 e 2010.	126/197
Quadro II.5.3-47- Terra Indígena Tupinambás de Olivença.	141/197
Quadro II.5.3-48- Tombamentos encontrados na área de estudo do empreendimento.	191/197
Quadro II.5.3-49- Patrimônios Naturais identificados na área de estudo.	196/197



ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA	PAG.
Figura II.5.3-1-Evolução do Cacau no Litoral Sul 1990-2010.	4/197
Figura II.5.3-2-Evolução do Rebanho bovino no Litoral Sul 1980-2007.	5/197
Figura II.5.3-3- Esquema de Representação Política das Colônias de Pescadores.	7/197
Figura II.5.3-4- Distribuição da população Litoral Sul / Baixo Sul.	14/197
Figura II.5.3-5- Evolução Urbano Rural Itacaré.	16/197
Figura II.5.3-6- Evolução Urbano Rural – Uruçuca.	16/197
Figura II.5.3-7- Evolução Urbano Rural – Ilhéus.	16/197
Figura II.5.3-8- Evolução Urbano Rural – Maraú.	17/197
Figura II.5.3-9- Evolução Urbano Rural – Camamu.	17/197
Figura II.5.3-10- Evolução Populacional (1970-2010).	19/197
Figura II.5.3-11- Pirâmide Etária Uruçuca.	20/197
Figura II.5.3-12- Pirâmide Etária de Ilhéus.	21/197
Figura II.5.3-13- Barco Escolar – Maraú.	24/197
Figura II.5.3-14 - Mapa das comunidades da Baía de Camamu.	25/197
Figura II.5.3-15 - Movimento de Carga e Passageiros – Aeroporto de Ilhéus 2002-2009.	27/197
Figura II.5.3-16 - Tipo de domicílio em Almir Carapiã.	31/197
Figura II.5.3-17 - Estação de Tratamento de Água – Serra Grande.	32/197
Figura II.5.3-18 - Posto policial em Construção - Barra Grande.	36/197
Figura II.5.3-19- Posto Policial – Serra Grande Uruçuca.	36/197
Figura II.5.3-20 - Posto Policial – Serra Grande Uruçuca.	37/197
Figura II.5.3-21- Evolução do rebanho bovino no Litoral Sul 1980-2007.	44/197
Figura II.5.3-22 - Educação Profissional 2011.	58/197
Figura II.5.3-23- Mapa turístico Costa do Dendê.	64/197
Figura II.5.3-24 - Mapa Turístico Costa do Cacau.	65/197



Figura II.5.3-25 – Composição das frotas dos municípios da área de estudo, por tipo de embarcação. Fonte: dados primários obtidos nos levantamentos de campo realizados em 2011.	91/197
Figura II.5.3- 26 - Jangada equipada com motor de “rabeta” sediada em Uruçuca.	93/197
Figura II.5.3- 27 - Detalhe do “convés” da Jangada que dá suporte ao motor de “rabeta”.	93/197
Figura II.5.3- 28 – Percentual de embarcações que operam em mar aberto e ambientes abrigado.Fonte: Dados coletados em outubro de 2011.	96/197
Figura II.5.3- 29 - Produção por grupo de organismos por município em 2006.	97/197
Figura II.5.3- 30 - Barco de arrasto de camarão com “braços” e guincho mecanizados – Bairro do Tento – Valença.	99/197
Figura II.5.3- 31 - Embarcações de pesca de linha e arrasto de camarão sediadas em Itacaré.	100/197
Figura II.5.3- 32 - Camarão branco <i>Litopenaeus schimitti</i>	100/197
Figura II.5.3- 33 - Camarão rosa <i>Penaeus subtilis</i> .	101/197
Figura II.5.3- 34 - Camarão sete barbas <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> .	101/197
Figura II.5.3- 35 - Barcos de convés de pesca de linha com casco de Fibra de Vidro sediados no Pontal.	102/197
Figura II.5.3- 36 - Vermelho guaiúba <i>Ocyurus Crysurus</i> em peixaria do Pontal – Out 2011.	103/197
Figura II.5.3-37 - Atuns <i>Tunnus</i> spp. e Dourados <i>Coryphaena hippurus</i> capturados pela frota de linha de mão Fevereiro 2011.	103/197
Figura II.5.3- 38 - Demonstração da sondagem com chumbada para confirmação do tipo de fundo nos sítios de pesca .	115/197
Figura II.5.3- 39 - Pesqueiros na área de estudo das concessões exploratórias BM-CAL 11/12.	117/197
Figura II.5.3-40 - Tipo de moradia - Santo Amaro.	129/197
Figura II.5.3-41 – Tipo de canoa usada para pesca tradicional - Santo Amaro.	129/197
Figura II.5.3-42 - Manguezal - Santo Amaro.	130/197

Figura II.5.3-43 - Quilombo de Santo Amaro.	130/197
Figura II.5.3-44 - Tipo de Moradia João Rodrigues.	131/197
Figura II.5.3-45 - Igreja Evangélica de Fojo.	133/197
Figura II.5.3-46- Tipo de domicílio- Serra da Água.	134/197
Figura II.5.3-47 - Acesso a Cuiúdos.	135/197
Figura II.5.3-48 - Vista Geral de Acaris.	136/197
Figura II.5.3-49- Acesso a Localidade Km 5.	137/197
Figura II.5.3-50- Vista geral da Comunidade de Km 5.	137/197
Figura II.5.3-51- Tipo de Moradia Km 5.	137/197
Figura II.5.3-52- Tipo de Moradia Km 5.	137/197
Figura II.5.3-53 - Porto de Trás - Pescador de rede.	138/197
Figura II.5.3-54 - Porto de Trás - Vista Geral.	138/197
Figura II.5.3-55 - Porto de Trás - Barcos de pesca.	138/197
Figura II.5.3-56 - Porto de Trás - Vista Geral.	138/197
Figura II.5.3-57- Vista geral Porto do Oitizeiro.	139/197
Figura II.5.3-58- Moradora de Porto do Oitizeiro.	140/197
Figura II.5.3- 59 - Vista da fachada da colônia de pesca Z-34	144/197
Figura II.5.3- 60 - Vista geral dos barcos sediados no bairro do Malhado, próximo a Colônia Z-34.	145/197
Figura II.5.3- 61 - Vista geral da entrada da Barra do São Miguel.	146/197
Figura II.5.3- 62 - Barcos ancorados na entrada da barra no bairro de São Miguel – Ilhéus.	146/197
Figura II.5.3-63 - Estaleiro para construção de embarcações e pesca no bairro de São Miguel.	147/197
Figura II.5.3- 64 - Embarcações fundeadas no estaleiro a espera de manutenção no bairro de São Miguel.	147/197
Figura II.5.3- 65 - Embarcações de arrasto de camarão mecanizado ancoradas no Porto Antigo – centro do município de Ilhéus –Outubro de 2011.	149/197
Figura II.5.3- 66 - Embarcações de pesca de linha durante desembarque no Porto Antigo – Centro do município de Ilhéus – Outubro de 2011.	149/197

Figura II.5.3- 67 - “Badejo Quadrado” <i>Mycteroperca bonaci</i> desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.	150/197
Figura II.5.3- 68 – “Vermelho Cioba” (<i>Lutjanus analis</i>) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus -Outubro 2011.	150/197
Figura II.5.3- 69 – “Vermelho Guaiuba” (<i>Ocyurus crysurus</i>) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus – Outubro 2011.	151/197
Figura II.5.3- 70 – “Dourado” (<i>Coryphaena hippuros</i>) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.	151/197
Figura II.5.3- 71 - Cavala aimpim (<i>Acanthocybium solandri</i>) desembarcada no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.	151/197
Figura II.5.3- 72 - Vista geral das embarcações sediadas no bairro do Pontal –Colônia Z-19.	152/197
Figura II.5.3- 73 - Sede da Colônia Z-19, bairro do Pontal –Ilhéus.	153/197
Figura II.5.3- 74 - Barco de arrasto de camarão mecanizado – bairro do Pontal – Ilhéus.	153/197
Figura II.5.3- 75 - Imagem de satélite do bairro Teotônio Vilela – município de Ilhéus.	154/197
Figura II.5.3- 76 - Mangue sendo aterrado no bairro Teotônio Vilela – Ilhéus.	155/197
Figura II.5.3- 77 - Caranguejos vendidos na entrada do bairro Teotônio Vilela – Ilhéus.	155/197
Figura II.5.3- 78 - Entrada para manguezal no bairro Teotônio Vilela- Ilhéus.	156/197
Figura II.5.3- 79 - Casa próxima a manguezal no bairro Teotônio Vilela- Ilhéus.	156/197
Figura II.5.3-80 - Imagem de Satélite com detalhe da localidade de Mangueira – Bairro Nelson Costa.	157/197
Figura II.5.3- 81 - Processo de beneficiamento do pescado para produção de siri catado no bairro Nelson Costa – Sede de Ilhéus – BA.	157/197
Figura II.5.3- 82 - Marisqueiras beneficiando piaçava na localidade da Mangueira – bairro Nelson costa – Ilhéus – BA.	158/197

Figura II.5.3- 83 - Canal de maré utilizado como acesso para manguezal na localidade da Mangueira no Bairro Nelson costa – Ilhéus – BA.	159/197
Figura II.5.3- 84 - Jangada encalhada na localidade de Ponta do Ramo – Município de Ilhéus.	160/197
Figura II.5.3- 85 - Jangada encalhada na localidade de Ponta do Ramo – Município de Ilhéus.	161/197
Figura II.5.3- 86 - Jangadeiros da localidade de Ponta do Ramo – Ilheus.	161/197
Figura II.5.3- 87 - Janga da localidade de Ponta do Ramo após a chegada do mar – Fev 2011.	162/197
Figura II.5.3- 88 - Jangada da localidade de Ponta da Tulha.	162/197
Figura II.5.3- 89 - Jangadeiros residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.	164/197
Figura II.5.3- 90 - Pescador Jangadeiro da comunidade de Sargi - residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.	164/197
Figura II.5.3- 91 - Pescadores jangadeiros da comunidade de Sargi, residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.	165/197
Figura II.5.3- 92 - Pescadores realizando a pesca de caniço e siri com jereré –margens do estuário do Rio de Contas – Município de Itacaré.	166/197
Figura II.5.3- 93 - Puxada de rede tipo calão – margens do estuário do Rio de Contas – município de Itacaré.	167/197
Figura II.5.3- 94 - Captura obtida durante o lance de calão acompanhado na saída de campo.	167/197
Figura II.5.3- 95 - Vista geral do Porto de Trás – município de Itacaré.	168/197
Figura II.5.3- 96 - Vista geral do Porto do Forte, sede do município de Itacaré - Fevereiro de 2011.	168/197
Figura II.5.3- 97 - Vista geral do local, onde ficam sediadas as embarcações de maior porte no município de Itacaré.	169/197
Figura II.5.3- 98 - Presidente da colônia em frente a sede da Colônia de Pesca Z-18 – Outubro de 2011.	170/197



Figura II.5.3- 99 - Sala de reuniões e espaço para realização de cursos de capacitação.	170/197
Figura II.5.3- 100 - Sede da Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Itacaré.	171/197
Figura II.5.3- 101 - Sede da Cooperativa Mista de Pesca de Itacaré.	171/197
Figura II.5.3- 102 - Vista da localidade de Povoação – Município de Itacaré.	172/197
Figura II.5.3- 103 - Recifes de corais na localidade de Taipús de fora utilizados para caça submarina.	174/197
Figura II.5.3- 104 - Vista geral dos recifes de corais explorados pela caça submarina na localidade de Taipús de Fora – Município de Marau.	174/197
Figura II.5.3- 105 - Lagoa do Cassange – Localidade de Cassange – Município de Maraú.	175/197
Figura II.5.3- 106 - Catraia sediada na localidade de Algodões – Município de Marau.	175/197
Figura II.5.3- 107 - Canoa sediada na localidade de Saquáira – Município de Marau.	176/197
Figura II.5.3- 108 - Vista Geral da praia do Piracanga – Município de Marau.	176/197
Figura II.5.3- 109 - Pontos de desembarques amostrados pelo programa de Monitoramento Participativo da Atividade Pesqueira na Área de estudo do Campo de Manati.	177/197
Figura II.5.3- 110 - Prainha localizada na comunidade de Ilha do Contrato.	178/197
Figura II.5.3- 111 - Embarcações da frota pesqueira sediada em Barra do Serinhaém.	179/197
Figura II.5.3- 112 - Praça central da localidade de Barra Grande – Maraú.	180/197
Figura II.5.3- 113 - Centro cultural na praça central da localidade de Barra Grande – Maraú.	181/197
Figura II.5.3- 114 - Vista geral da praia na entrada da localidade de Barra Grande.	181/197



Figura II.5.3- 115 - Embarcação de pesca ancorada na localidade de Barra Grande.	182/197
Figura II.5.3- 116 - Embarcações de turismo ancoradas na localidade de Barra Grande.	182/197
Figura II.5.3- 117 - Imagem de satélite destacando o Bairro do Tento – Valença.	183/197
Figura II.5.3- 118 - Vista geral do cais no bairro do Tento – Valença.	183/197
Figura II.5.3- 119 - Vista geral do cais da Colônia de Pesca Z-15 no Bairro do Tento – Valença.	184/197
Figura II.5.3- 120 - Siri preparado para o início do beneficiamento na casa de marisqueira no bairro do Tento – Valença.	184/197
Figura II.5.3- 121 - Peixes capturados acidentalmente pela pesca de arrasto de camarão (“by catch”), bairro do Tento – Valença.	185/197
Figura II.5.3- 122 - Mestre de pesca consertando rede de espera (emalhe), bairro do Tento – Valença.	185/197
Figura II.5.3- 123 - Tanque de água utilizado na fabrica de gelo. Colônia Z-15..	186/197
Figura II.5.3- 124 – Mapa de localização das comunidades extrativistas na área de estudo.	187/197
Figura II.5.3-125- Abrangência nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.	192/197
Figura II.5.3-126- Etapas de implantação da Reserva Biológica da Mata Atlântica.	193/197



II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

O presente estudo apresenta as características do meio socioeconômico dos municípios costeiros da região área de estudo das Concessões BM-CAL-11/12, tendo em vista o processo de licenciamento ambiental do projeto de perfuração marítima. Considerando o uso potencial da área do empreendimento e as características da atividade pesqueira regional, em particular as modalidades de pesca e mobilidade das frotas motorizadas das comunidades litorâneas, a área de estudo englobou os municípios de Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, assim como comunidades específicas dos municípios de Igrapiúna (Ilha do Contrato), Ituberá (Barra de Serinhaém) e Valença (Tento) para avaliação da atividade pesqueira.

II.5.3.1 - Metodologia

Este estudo optou por desenvolver uma abordagem qualitativa, considerando que as teorias “son aseveraciones generales que describen y explican las causas o efectos de clases de fenómenos” (EVERA, 2002, p. 15). Entendemos que esta perspectiva teórico-metodológica é a que melhor se aplica à perspectiva de análise sugerida pelo Termo de Referência para a elaboração de estudos ambientais simplificados.

A estrutura deste trabalho assenta-se na caracterização das comunidades pesqueiras, adotando-se um conjunto de procedimentos distintos, em função do tipo de informações e dados demandados. Assim, a primeira etapa do estudo consistiu em um amplo levantamento da literatura pertinente – estudos de impacto ambiental, documentos públicos, teses e monografias – levantadas junto a fundações, ONGs, bibliotecas e centros acadêmicos.

Para responder os itens relativos aos quesitos: demografia, serviços de saúde e educação, níveis de renda, evolução da situação de pobreza e fluxos migratórios foram empregados dados secundários, obtidos junto ao IBGE¹ e, de forma complementar, informações de órgãos públicos e organizações privadas, a exemplo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI,

¹ Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

CAR, CONDER, INCRA, FUNAI, Fundação Palmares, Associação Floresta Viva, dentre outros.

Para o levantamento de dados primários, empregou-se a observação direta, não-participante, nas diversas comunidades que integram as regiões costeiras e estuarinas da área de estudo. Esta etapa envolveu, ainda, um amplo registro cartográfico e fotográfico das localidades e respectivas condições de vida, habitação, bem como elementos da infraestrutura local. Os estudos de campo estenderam-se, também, à aplicação de um questionário, semiestruturado, abordando questões objetivas, como escolaridade, religião, níveis de renda, destinação de resíduos domésticos, assim como questões atitudinais (escala likert) e opiniões. Este questionário, aplicado a uma amostra acidental/intencional² do universo de moradores das localidades estudadas, buscou atingir a diversidade populacional, com base na teoria da saturação (saturação teórica³), de forma que o conjunto de elementos ouvidos nesta etapa incluísse clivagens de gênero, de geração e econômicas, visando assegurar, ao mesmo tempo, amplitude e riqueza de informações.

Por fim, o levantamento junto à população envolveu, de forma complementar, entrevistas em profundidade, com informantes qualificados ou que se destacaram durante a aplicação do questionário e a realização dos grupos de discussão, voltados especialmente para a identificação das expectativas, focos de tensão e argumentos em disputa no espaço público local. A equipe de campo ouviu também membros do quadro administrativo do poder municipal, tais como secretários da administração, servidores públicos, representantes políticos (vereadores) e lideranças locais.

Como estratégia heurística, este estudo balizou-se pelas características mais homogêneas das comunidades estudadas, tendo em vista favorecer um processo de generalização que apontasse para as tendências do conjunto, por aglomerados (clusters), e possíveis relações de contiguidade capazes de estabelecer padrões espaciais. A perspectiva de análise, com base nas

² Foram entrevistados os responsáveis pelos domicílios que se encontravam nas residências, por ocasião da visita de campo

³ O termo *saturação teórica* está formulado no trabalho de GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967. O conceito de saturação pode ser observado também nas obras de CALLEJO, Javier. *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel Practicum, 2001; KRUEGER, R. A. *El Grupo de discusión: guía práctica para la investigación aplicada*. Madrid: Piramide; e IBAÑEZ, Jesus. *Más allá de la sociología*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979.



homogeneidades, leva em conta principalmente a contextualização regional e local, baseando-se na dinâmica das economias dos municípios que fundamentam a regionalização implementada pelo governo estadual, que identifica e divide o Estado da Bahia em 26 territórios de identidade.

A) Uso e ocupação do solo

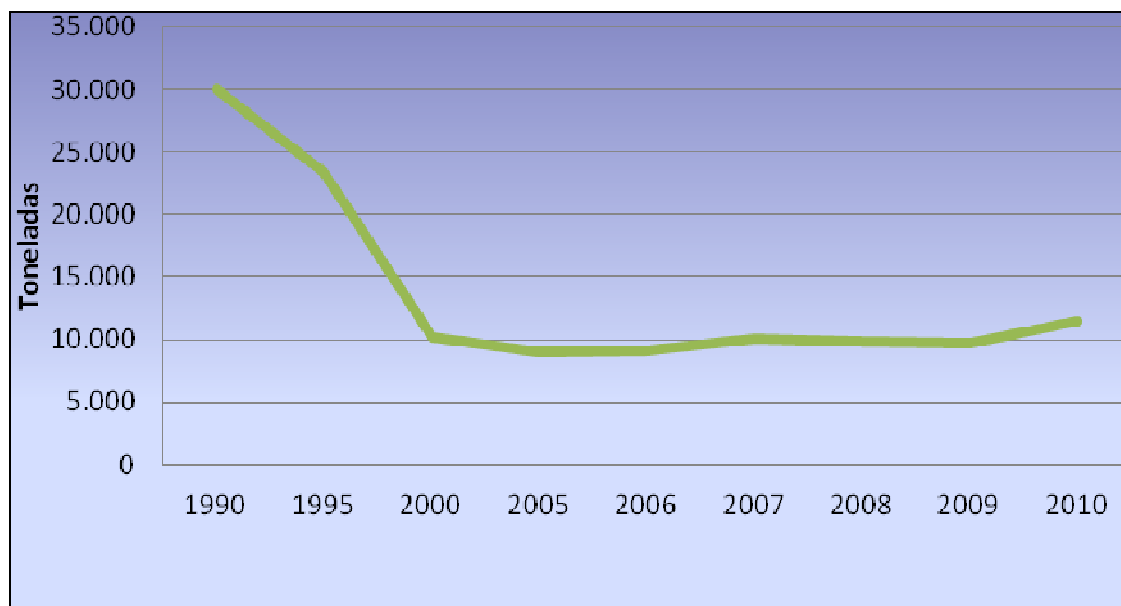
Neste quesito, apresenta-se, em perspectiva histórica, a discussão sobre o uso e a ocupação do solo, bem como as tendências de planejamento e alteração da dinâmica urbana, via políticas públicas, na área de estudo.

Desde o século XVI, início da colonização até o presente, o sul da Bahia passou por transformações em sua estrutura econômica e social, com reflexos na paisagem, em consequência do papel que lhe foi atribuído pelos seus colonizadores, que abarcam os ciclos econômicos de extração do pau-brasil e a cultura da cana-de-açúcar. Nesse processo, grandes extensões de terra foram desmatadas e posteriormente ocupadas pela agricultura e a pecuária (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 1995 – órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR). No final do século XVIII, foram introduzidos na região os cultivos de algodão, café e cacau. No início do século XIX, a cacauicultura consolidava-se na região e, na passagem para o século XX, a importância econômica do cacau torna-se definitiva para o Estado da Bahia, seguida pela expansão da pecuária, atividade que passa a coexistir junto à extração do cacau, nas propriedades rurais (CAR, 1995; LEITE *et al.*, 1976).

O processo de ocupação dos municípios costeiros do Estado da Bahia somente ocorreu, a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, da população, que passou a ocupar esses primeiros núcleos litorâneos (ANDRADE, 1996). A partir dos anos de 1960, com a construção do Porto do Malhado, em Ilhéus, e a ampliação da malha rodoviária (construção da BA-001, que liga Ilhéus a Canavieiras, no sentido sul, e a Itacaré, no sentido norte) os ecossistemas litorâneos passam a sofrer maior intervenção humana (ANDRADE, *op.cit.*).

Com a decadência da cacauicultura em 1987, a maioria dos agricultores passa a substituir as plantações de cacau por pastagens, além de introduzir

outros tipos de cultivos e vender a madeira das árvores nativas. A **Figura II.5.3-1** expressa visualmente o declínio do cacau, a partir de 1990.



Fonte: IBGE/PAM

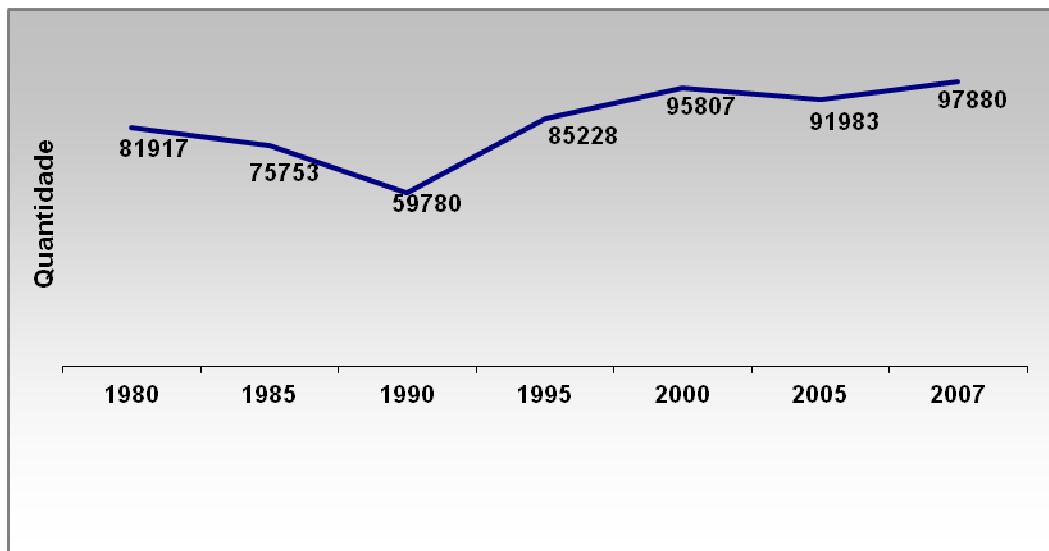
Figura II.5.3-1-Evolução do Cacau no Litoral Sul 1990-2010.

A produção de cacau, principal produto agrícola da região, protagoniza uma grande crise regional, devido a vários fatores: queda de produção, pela doença conhecida como “vassoura de bruxa”, desestímulo, por parte dos produtores, em função dos baixos preços de comercialização. Historicamente, observamos a queda nos preços e na produção: na década de 70, o preço do cacau atingia por volta de U\$ 4.700, a tonelada; em 1993, a quantidade de amêndoas de cacau exportadas caiu de 95.353 t. para 4.587 t., em 1998, e, em 1999, o Brasil deixou de ser produtor para ser importador de amêndoas. A queda de preços atingiu seu ápice, em fevereiro de 2000, quando sua cotação chegou à faixa de U\$ 700 a tonelada, a mais baixa da história da atividade cacauífera.

Deste modo, fases cíclicas e a queda da cultura do cacau trouxeram, para os municípios em estudo, uma crise que pode ser considerada das mais sérias, devido a seus reflexos nas áreas econômica, social e ambiental.

Como resultado outra vertente econômica começa a surgir no Litoral Sul, ocupando mais o interior (área originalmente de mata menos densa que a zona litorânea) e se caracterizou pela atividade pastoril, mas foi somente a partir de

1990 que a pecuária realmente passa a ter importância econômica, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-2**.



Fonte IBGE/PPM

Figura II.5.3-2-Evolução do Rebanho bovino no Litoral Sul 1980-2007.

Por outro lado, há um incremento da atividade turística, que cresce anualmente, gerando renda e emprego e, muitas vezes, representando a principal atividade econômica de uma determinada localidade. Esse crescimento acarreta impactos positivos e negativos, estes últimos, quase sempre, com maior frequência, decorrendo daí a necessidade de se encontrarem alternativas que promovam a sustentabilidade local, sem que o espaço físico e sociocultural seja devastado.

A atividade turística movimenta um elevado montante financeiro e gera uma quantidade expressiva de empregos, diretos e indiretos, para região, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação dos municípios, e a qualidade da vida local.

Diferenciada do restante do Estado, a trajetória da região é marcada, então, por ciclos que se interpenetram, gerando momentos de progresso e estagnação. Apesar disso, tem experimentado, nos últimos 50 anos, um vigoroso surto de desenvolvimento, centrado na lavoura cacaueteira, que, se por um lado é a causa principal da expansão econômica, de outro é o principal fator gerador das crises. É certo, porém, que a distribuição mais equilibrada das atividades em um território garantirá maior inclusão de pessoas a este processo de desenvolvimento, reduzindo a constante pressão exercida pelos crescentes contingentes de pobres

nos centros urbanos. Deste modo, no Sul da Bahia, os efeitos produzidos pela evolução da economia, observados através da ocupação espacial do território, de sua dinâmica demográfica, das características gerais das atividades econômicas e das condições sociais de sua população, configuram o atual cenário dessa região.

B) Grupos de interesse

Este item trata das organizações da sociedade civil que se situam na área de estudo do empreendimento e que, em função de sua competência e/ou atuação, apresentam interesse direto ou indireto com o mesmo.

Em linhas gerais, o escopo dos grupos de interesse pode ser considerado como:

Instituições governamentais:

- Governos estaduais e municipais;
- Secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos associados a questões ambientais, pesca, aquicultura, turismo e indústria;
- Administração de parques e unidades de conservação.

Setor empresarial:

- Empresas do setor de petróleo e gás;
- Empresas do setor de licenciamento, gestão e controle ambiental;
- Empresas do setor de turismo;
- Empresas do setor de pesca;
- Empresas do setor de aquicultura.

Organizações da sociedade civil:

- Colônias de pescadores;
- Associações de pescadores e marisqueiras;
- Cooperativas de produção.

Demais interessados:

- Universidades e instituições de pesquisa;
- Grupos de defesa do meio ambiente e ONGs.

O grupo de interesse de maior relevância para o empreendimento está relacionado à atividade pesqueira. Alterações nessa atividade afetam também o ciclo de produção e comercialização desses produtos, que, em Ilhéus e Itacaré, relaciona-se ao turismo local.

Os pescadores estão organizados por meio das colônias de pesca, enquanto entidade formal, com personalidade jurídica, com vistas a representar os interesses do grupo, como pode observar na **Figura II.5.3-3** a seguir.



Figura II.5.3-3- Esquema de Representação Política das Colônias de Pescadores.

As colônias de pescadores gerenciam projetos relativos à produção e à distribuição de pescados, trabalhando em parceria com associações e cooperativas de pescadores, como no caso de Itacaré, onde funcionam a ASPERI e a COOPERRIO, como entidades autônomas, porém aliadas a colônias de

pesca. Em Maraú, especificamente no distrito de Barra Grande, funciona a Associação dos Pescadores de Barra Grande (ASPEBA).

Para o setor turístico, a atividade econômica da pesca garante o “barateamento” do produto e a possibilidade de agregar valor ao serviço, pela oferta de produtos frescos e de alta qualidade, segundo, os donos de estabelecimentos comerciais das cidades.

Deste modo, os pescadores são o principal grupo de interesse composto por atores sociais relevantes no município. A atuação dos pescadores transcende o mundo de seus interesses diretos, relacionados à pesca. Podemos perceber uma forte atuação da colônia junto à sociedade civil e às estruturas estatais do município e do Estado, com forte influência em espaços públicos.

As colônias de pesca, **Quadro II.5.3-1**, não congregam associados que desenvolvem pesca industrial. Cabe mencionar que na sede dos municípios avaliados, não se constatou a presença de empresas que desenvolvam essa modalidade industrial de pesca. As colônias representam os municípios vizinhos, portanto, a “área de estudo” das colônias transcende as divisões das unidades administrativas.

Quadro II.5.3-1-Lideranças das Colônias de Pesca.

Colônia de Pesca	Município-sede	Presidente
Z-17	Camamu	Sr. Adilson Miranda
Z-62	Maraú	Sr. Antônio César Santiago
Z-18	Itacaré	Sr. Leônidas Francisco dos Santos
Z-19	Ilhéus	Sr. José Leonardo Oliveira dos Santos
Z-34	Ilhéus	Sr. Reinaldo Oliveira

Fonte: Pesquisa de Campo.

Obs: Não há colônia de pesca em Uruçuca.

As principais lideranças das colônias de pesca exercem militância política, tornando-se, na maioria das vezes, vereadores, ou seja, compartilham da liderança no processo de gestão das colônias, ao mesmo tempo em que assumem mandatos de vereador. Das colônias já citadas, apenas o município de Itacaré não possui membro da associação exercendo mandato na câmara de vereadores local.

Enquanto grupo de interesse, os pescadores estão organizados para desenvolver e implementar políticas públicas que passam a ser melhor formuladas no âmbito do Poder Executivo, uma vez que a pesca vem ganhando espaço específico, nos governos, como no caso do governo federal, com a

efetivação de um Ministério da Pesca e Aquicultura, além do desenho institucional estabelecido para as secretarias estaduais voltadas para o setor. A representação política de líderes ligados à pesca reitera a capacidade de mobilização desse grupo, influente, inclusive, nas demais organizações da sociedade civil. Os pescadores têm articulado espaços de defesa de agendas de interesses, na região sul da Bahia, como, por exemplo, a realização do 5º Fórum Regional para Desenvolvimento e Sustentabilidade da Pesca⁴, promovido pela Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, com apoio do Governo do Estado, da Bahia Pesca e das colônias de pesca Z-34, Z-19 e Z-18.

Organização Social

Os municípios definidos na área de estudo possuem características semelhantes de organização das relações sociais. A estrutura social mais elementar pode ser considerada o grupo, que compreende um determinado número de indivíduos que desempenham papéis sociais. Porém, uma parte dos grupos é introduzida em organizações, constituídas por modelos de diversos status sociais, que têm, como finalidade alcançar seus objetivos no âmbito da sociedade. Este conceito assemelha-se à identificação de que as sociedades contemporâneas possuem movimentos sociais, voltados para a defesa de demandas materiais, além de valores, princípios, interesses etc.

As diferenças observadas estão ligadas à intensidade de atuação dessas organizações na vida social cotidiana, conforme o **Quadro II.5.3-2**, a seguir. Todas as formas de organização social atuam, na maioria dos casos, em mais de um campo de interesse. As organizações sociais aqui apresentadas estão agregadas pelo critério de relevância e pela constituição de uma estrutura organizativa formal.

⁴ Maiores informações sobre o evento, disponíveis em: <http://informegeralitabuna.blogspot.com/2011/02/prefeito-newton-lima-anuncia-criacao-da.html>. Acesso em: 30 out. 2011.

Quadro II.5.3-2- Organizações e Campos de Interesse.

Municípios	Tipo de organizações	Campos de interesse e atuação das organizações
Camamu Maraú Itacaré Uruçuca Ilhéus	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço Social - Religiosa; - Associações (moradores, produtores etc.); - Cooperativas; - Movimentos sociais; - OSCIPs; - ONGs; - Partidos políticos; - Sindicatos; - Redes de movimento (fóruns, plenária, observatório etc.); 	<i>Cultura e Entretenimento</i> (Memória, defesa de tradição, arte, entretenimento etc.)
		<i>Esporte e Lazer</i> (valorização do esporte, difusão do conhecimento, prática esportiva etc.)
		<i>Educação</i> (aprendizado, sistema educacional, qualificação profissional, direitos humanos etc.);
		<i>Meio Ambiente, Saúde e Qualidade de Vida</i> (defesa e promoção, educação ambiental, projetos de reflorestamento etc.)
		<i>Trabalho</i> (defesa das categorias profissionais, geração de oportunidades, empreendedorismo, cooperativismo, economia solidária etc.)
		<i>Mídias Sociais</i> (jornais impressos, blogs, rádios, redes sociais etc.)
		<i>Demandas Materiais e princípios valorativos</i> (Acesso a infraestrutura, direitos sociais, questões materiais, valores religiosos etc.)
<i>Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo</i> (valorização, planejamento, apoio etc.)		

Dentre os municípios com maior intensidade de organização social formal destaca-se Ilhéus e, em segundo plano, Itacaré, pela articulação social de defesa do meio ambiente e promoção da cultura. As entidades situadas em Ilhéus são semelhantes às identificadas em Itacaré. São ONGs (meio ambiente), sindicatos, partidos, associações de moradores, produtores rurais, de desenvolvimento econômico, entidades assistenciais, projetos culturais etc. Os **Quadro II.5.3-3** a **Quadro II.5.3-7** apresentam as associações, instituições e ONGs dos municípios da área de estudo.

Quadro II.5.3-3- Associações, Instituições, e ONGs de Camamu

Associações	Colônia de Pesca Z-17 Rua Quintino Bocaiuva, Camamu-BA. Telefone: (73) 3255-2135
Instituições	Prefeitura Municipal de Camamu Rua Prof. Clotildes Salgado Zinha, s/n, Centro. (73) 3255-2245
	Departamento de Turismo Mercado de Artesanato, s/n, Cidade Baixa. (73) 3255-1721
	Câmara Municipal Praça Nossa Senhora da Assunção, 06, Cidade Baixa. Tel: (73) 3255-1067
ONGs	ONG ORDEM (Organização Pró-defesa e Estudo dos Manguezais da Bahia) Ponta de Caieira. Camamu-BA.

Quadro II.5.3-4- Associações, Instituições, e ONGs de Marau.

Associações	Colônia de Pescadores Z-62 de Marau Povoado de Barra Grande, s/n Marau – BA. (73) 3258-2036. CEP: 45520-000
Instituições	Prefeitura Municipal Rua Alberto Rocha Leme, s/n – Centro.

Quadro II.5.3-5- Associações, Instituições, e ONGs de Itacaré.

Associações	ACERTI - Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré. Rua Leonardo Magalhães 31 - Centro Tel: (73) 9947-4796 / (73) 3251 3031
	Colônia de Pescadores Z-18 de Itacaré Avenida Castro Alves 522 – Centro. (73) 3251 2310. Fax: (73) 3251 2310.
	Associação de Canoeiros do Rio de Contas Praia da Coroinha - Centro
	Associação Sócio Ambiental do Baixo Rio de Contas - ASCONTAS Rua de Palha 9998 - Taboquinhas
Instituições	Instituto de Turismo de Itacaré Rua João Coutinho, n° 484, sl 1, Centro. (73) 9981-9902
	Prefeitura Municipal de Itacaré Rua Rui Barbosa, n°11, Centro. (73) 3251-2134
ONGs	SOS-Itacaré Reserva Alto da Esperança, cx postal 02, Itacaré-BA. (73) 9975 1266.

Quadro II.5.3-6- Associações, Instituições, e ONGs de Uruçuca.

Instituições	Instituto Biológico da Bahia Pca Prefeitura, S N Sala – Sede Uruçuca, BA - 45680-000
	Prefeitura Municipal de Uruçuca Rua Vital Soares, 100. Centro. (73) 3239-2307
Associações	Associação dos Moradores da Baixada do Sargi Sitio Santo Antonio, s/n. Serra Grande, Uruçuca – BA. CEP 45.680-000

Quadro II.5.3-7- Associações, Instituições, e ONGs de Ilhéus.

	Associação dos Moradores de Aritaguá Rua do Comercio (rua de Baixo), s/n. Aritagua, Ilhéus – BA.
	Marinha Mercante / Clube de Pesca de Ilhéus (Clupesil) Rua Conselheiro Dantas, nº10, Ilhéus-BA. (73) 3231-3321, (73) 9151-0714, (73) 9998-5625
	Colônia de Pesca Z-34 Av. Antônio Carlos Magalhães, 350 – Malhado. Ilhéus – BA. CEP 45660-000 Tel (73) 3634-2115 / 73 3633-3158/2072 Fax: 73 3633-5220
	Colônia de Pesca Z-19 Rua Castro Alves 114, Pontal, Ilhéus-BA (73) 3632-3158
	Associação dos Produtores de Pescados do Pontal Rua Castro Alves, s/n, Terreo. Pontal, Ilhéus-BA. CEP 45654-440
	Camarão do mar / Associação dos Produtores e Armadores de Pesca de Camarão e Peixes Diversos de Ilhéus - ACAPE/BA Rua Lírio, 863. Bairro Nelson – Ilhéus/BA. CEP 45656-150. Tel: (73) 3634-1432 / (73) 3632-1920 / (73) 3632-4445
Instituições	Prefeitura Municipal de Ilhéus Praça J. J. Seabra, s/n Palácio Paranaguá, Centro, Ilhéus – BA. CEP: 45650-970 Tel: (73) 3234-3500 / (73) 2101-6467
	Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus Rua José Albuquerque Maia, 5. Pontal, Ilhéus – BA. CEP 45.651-971 (localizada na sede da Fundação Maramata) Tel: 73 3632-3698 / 3632-3474
	Conselho Gestor da APA Lagoa Encantada e Rio Almada Praça São João Batista, 190. Pontal, Ilhéus – BA. CEP: 45.654-400 Tel: (73) 3634-5681.
	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Campus Sonae Nazaré de Andrade, km 16 – Rodovia Ilhéus-Itabuna. Ilhéus-BA. CEP 45662-900. Tel: (73) 3680-5008
	Bahia Pesca S.A. – Escritório de Ilhéus Praça Visconde de Cairu, s/n, Ed. Carlos Pereira Filho, Prédio da CEPLAC, Térreo. Centro, Ilhéus-BA. (73) 3231-6968
	Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Portuários de Ilhéus Av Canavieiras, 144. Centro, Ilhéus–BA. CEP 45652-125. Tel: 73 3634-6401
	Instituto Floresta Viva Avenida Litorânea Norte, 208, Malhado, Ilhéus, Bahia. CEP: 45651-610. (73) 3634-3526
	IESB - Instituto de Estudos Sócioambientais do Sul da Bahia Rua Araujo Pinho, nº 72, 3º Andar, Centro, Ilhéus – Bahia. CEP: 45635-145. (73) 3634-2179
	COPEX - Comércio de Pesca e Exportação Av Almirante Aurélio Linhares, 5. Centro, Ilhéus – BA CEP 45.650-780 (73) 3231-7412
	COOPERI Cooperativa Mista dos Pescadores de Ilhéus Ltda Av. Almirante Aurélio Linhares, s/n - Armazém 5. Centro, Ilhéus. CEP 45650-780
	Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata (Fundação Maramata) Rua Nova Brasília 5, 45654-550. 5. Pontal, Ilhéus – BA. CEP 45651-971 Tel: (73) 3632-3698 / (73) 3632-3474
	Sindicato Rural de Ilhéus Rua Eustáquio Bastos, 196 Centro, Ilhéus – BA. CEP 45653-020. Tel: (73) 3634-8923
	Sindicato dos Comerciantes de Ilhéus Rua Cel. Paiva, 99. Centro, Ilhéus – BA. CEP 45653-310. Tel: (73) 3231-1784
	Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Portuários de Ilhéus Av. Canavieiras, 144. Centro, Ilhéus – BA. CEP 45652-125. Tel: (73) 3634-6401
	Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Ilhéus Rua Carneiro Rocha, 91 – Centro, Ilhéus - BA. CEP 45653-560. Tel: 73 3634-1868
	Sindicato Rural de Ilhéus Rua Eustáquio Bastos, 196 Centro, Ilhéus – BA. CEP 45653-020 Tel; 73 3634-8923
	Porto Internacional de Malhado Rua Rotary, s/n. Cidade Nova, Ilhéus-BA. (73) 3231-7412

O escopo de atuação dessas entidades perpassa pela formalidade, pela organização e pela institucionalização. A atuação ocorre em “redes”, que estão dispostas em nível local e nacional. A sociedade civil em Ilhéus é bastante diversificada, isto é, ampara-se em diversos setores de mobilização social, econômica e cultural, se comparada a Itacaré.

A institucionalização é uma das características da sociedade civil desses municípios e também de Valença, Maraú e Uruçuca. As colônias de pesca apresentam um alto grau de institucionalização, desenvolvendo programas governamentais e convênios diversos, como o Programa Maré, do Ministério da Pesca, que doou 10 computadores à Colônia de Pescadores de Maraú, em 2009, a fim de qualificar os pescadores no aprendizado de idiomas, visando a Copa de 2014 e a vocação turística do município.

A organização social de todos os municípios da área de estudo apresenta o alto grau de relevância dos setores econômicos: industrial, comercial e rural. As câmaras de lojistas e os sindicatos e associações patronais destacam-se, enquanto entidades do setor.

Nos municípios, o setor do turismo tem apresentado, em destaque, elos associativistas, relacionando-se com a agenda do meio ambiente, o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável. O setor do turismo vincula-se à sociedade civil, portanto, através da pauta de discussão e de projetos do meio ambiente.

C) Dinâmica populacional

Neste item, apresentamos informações analíticas sobre a demografia, distribuição e mapeamento da população da área de estudo da atividade, com base nos dados do último Censo Demográfico do IBGE, e/ou outros dados socioeconômicos relevantes ao contexto do estudo, acompanhados das respectivas fontes bibliográficas.

Em termos populacionais, os municípios que compõem a área de estudo do empreendimento podem ser classificados em dois grupos. O primeiro, composto por Ilhéus, integra o Eixo Ilhéus-Itabuna que constitui o maior polo econômico do Litoral Sul e agrega a grande maioria dos habitantes deste território de identidade. Ilhéus e Itabuna possuem populações superiores a 160 mil moradores. Os

municípios de Itacaré Uruçuca e Maraú formam o segundo grupo, com uma população que varia de 24 mil a 19 mil habitantes. Itacaré vem apresentando aumentos expressivos, em termos populacionais, nas últimas décadas, em função do desenvolvimento do setor turístico.

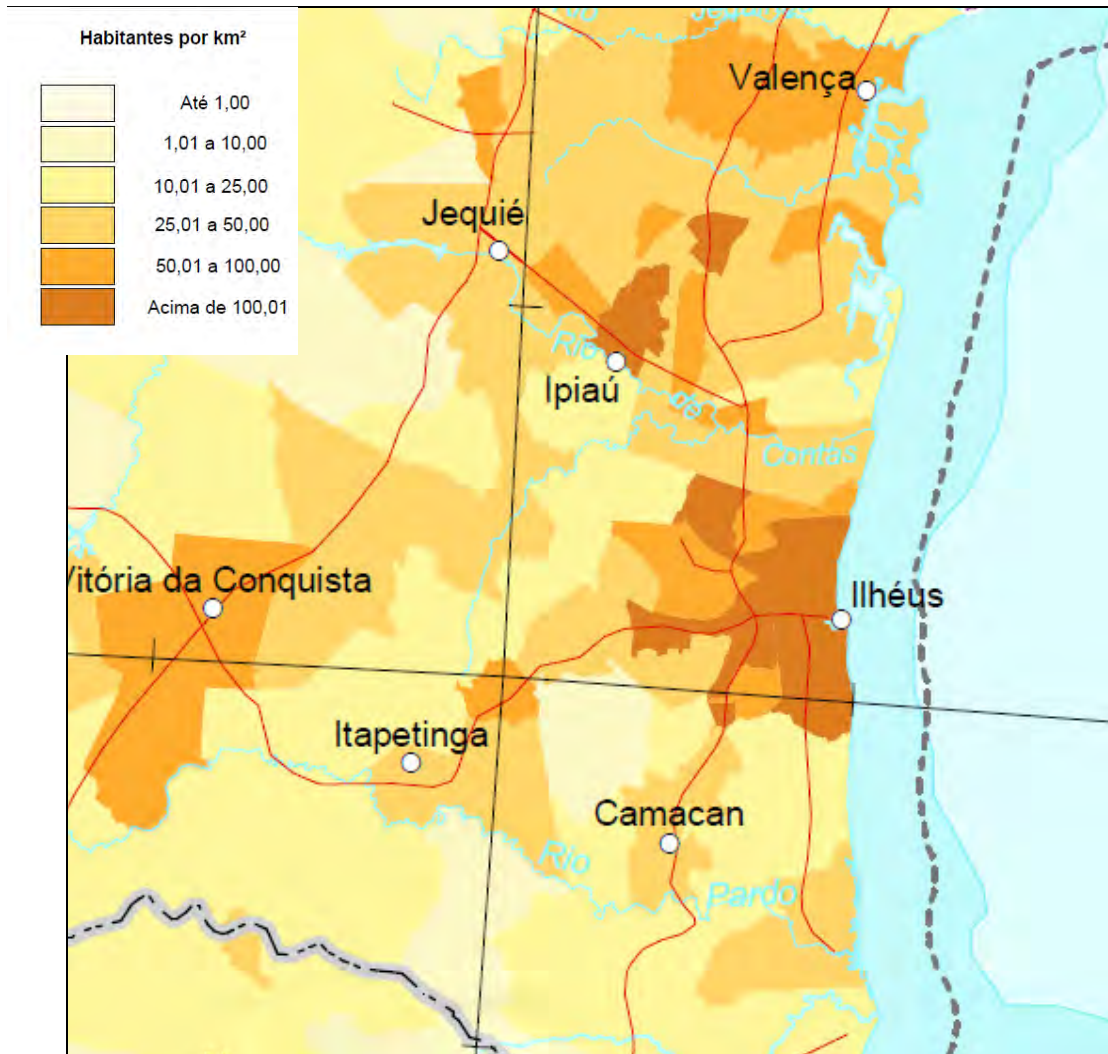


Figura II.5.3-4- Distribuição da população Litoral Sul / Baixo Sul.

Apesar da atividade turística se desenvolver de forma diversificada no município de Itacaré, com foco no ecoturismo e no turismo de aventura, é o turismo de praia e sol que mais se destaca o que contribui para que a população se concentre na região da orla marítima. O mesmo fenômeno ocorre em Uruçuca, onde o distrito de Serra Grande concentra a maior parte da população municipal (**Quadro II.5.3-8**).

Quadro II.5.3-8- Taxa média geométrica de crescimento anual das populações total, urbana e rural 1991-2000.

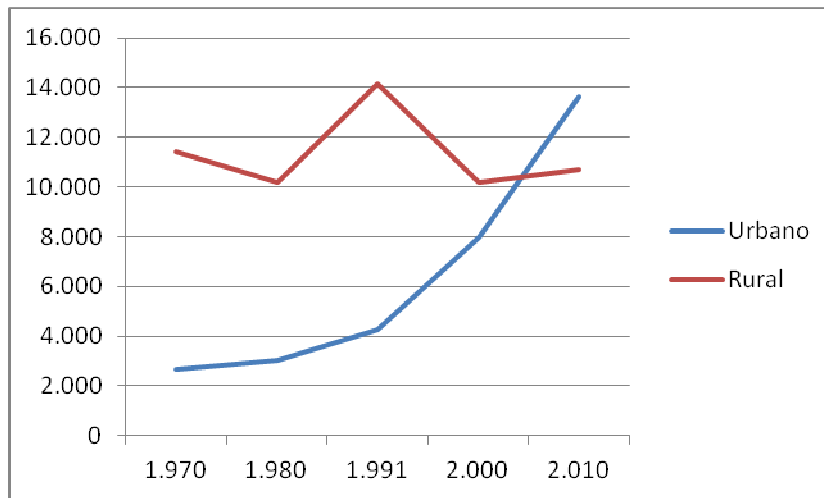
Bahia / Município / Região Econômica	Taxa de crescimento 1991/2000 (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural
BAHIA	1,09	2,53	-1,34
04 - Litoral Sul	-0,17	1,88	-3,50
Camamu	0,27	4,23	-1,51
Maraú	0,55	0,80	0,49
Itacaré	-0,19	7,14	-3,61
Uruçuca	-4,54	5,11	-13,06
Ilhéus	-0,08	1,31	-3,08

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1991-2000).

Entre 1991 e 2000, os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus apresentaram taxas negativas de crescimento populacional, principalmente Uruçuca, onde o índice foi negativo, chegando a registrar -13,06 a.a. O mesmo resultado pode ser observado no conjunto de municípios que constituem o Território de Identidade do Litoral Sul, que registrou uma taxa de -0,17 a.a.

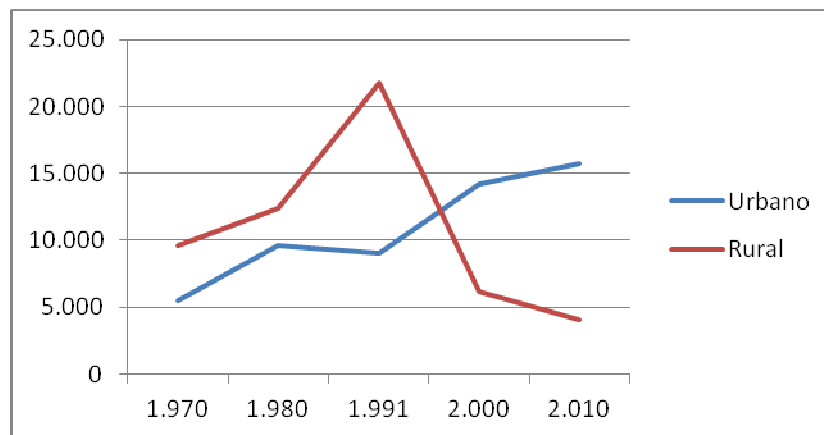
A redução da população rural é um fenômeno que vem sendo observado, em praticamente todos os municípios do Estado (**Figura II.5.3-5 a Figura II.5.3-9**). Os índices negativos mais elevados, contudo, sugerem que as crises recorrentes na cultura do cacau acentuaram o processo de urbanização e de emigração da população rural da região. Apenas Camamu e Maraú apresentaram uma taxa positiva de crescimento, no período, sendo que este último município é o único que expressou uma taxa positiva também nas zonas rurais.

Entre 2000 e 2010, a perda populacional agravou-se em Ilhéus, recuando em Uruçuca. Itacaré chegou a reverter a situação e apresentou taxas de crescimento positivas, no período. Embora a cultura cacauzeira também se destaque na produção agrícola do município de Itacaré, a diversificação da economia, com foco no turismo, tem sustentado o crescimento da população local.



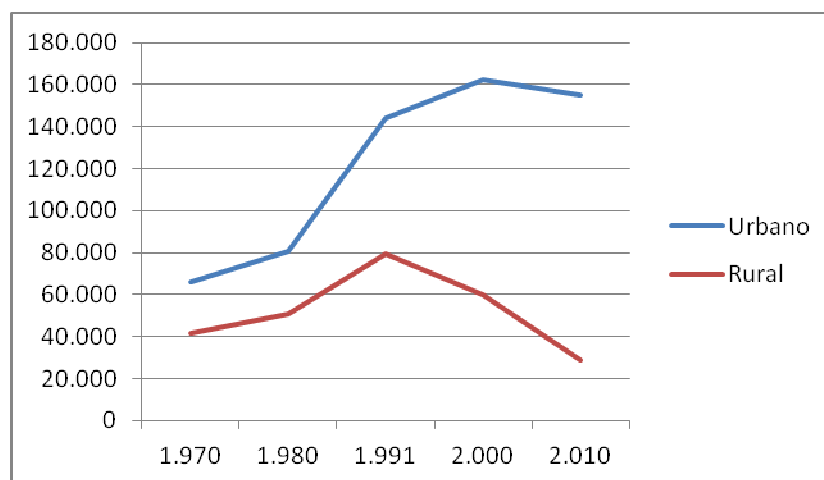
Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Figura II.5.3-5- Evolução Urbano Rural Itacaré.



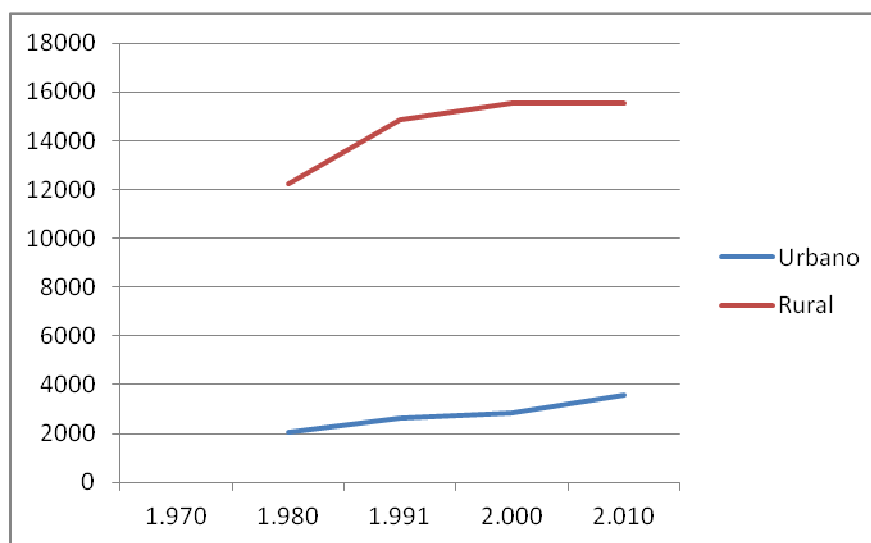
Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Figura II.5.3-6- Evolução Urbano Rural – Uruçuca.



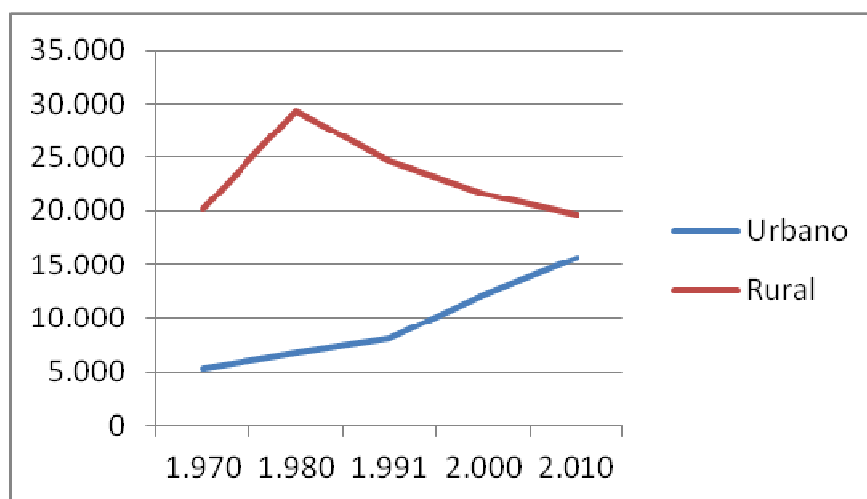
Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Figura II.5.3-7- Evolução Urbano Rural – Ilhéus.



Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Figura II.5.3-8- Evolução Urbano Rural – Marau.



Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Figura II.5.3-9- Evolução Urbano Rural – Camamu.

D) Fluxos migratórios atuais

O estudo sobre migração e imigração do IBGE, com dados do censo de 2010, ainda não haviam sido disponibilizados, em outubro de 2011⁵, data de elaboração deste estudo. Historicamente, a Bahia tem apresentado um saldo negativo, entre imigração e emigração, e, embora essa expulsão de população tenha se reduzido nos últimos anos, o resultado ainda indica uma saída maior do que a entrada de migrantes.

⁵ A previsão do órgão para a liberação destes dados está prevista para novembro de 2011.

No censo do IBGE de 2000, o número de residentes por lugar de nascimento indicava que a população não-natural era pouco expressiva na área de estudo (**Quadro II.5.3-9**). Ilhéus possuía 10.199 moradores de outras regiões do país, e 304 estrangeiros. Em Itacaré, o total de população não-natural era de 639 moradores, sendo 24 estrangeiros, e, em Uruçuca, a população de outros Estados chegava a 433 moradores. Considerando a população não-natural e o tempo de residência, é possível observar que os fluxos migratórios foram mais intensos nos municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, entre 1998 e 2000, enquanto, em Ilhéus, a maior parte do processo ocorreu nos anos anteriores.

Quadro II.5.3-9- Pessoas não-naturais da Unidade da Federação, com menos de 10 anos ininterruptos de residência na Unidade da Federação.

Município	Total	Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação			
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos
Ilhéus	4 743	727	1 515	1 094	1 406
Itacaré	413	53	181	67	111
Maraú	141	18	54	37	33
Uruçuca	180	-	100	55	24
Camamu	199	-	43	98	57

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000).

Mesmo sem dados atualizados sobre os fluxos migratórios, é possível estabelecer algumas hipóteses sobre as dinâmicas populacionais, com base no crescimento demográfico e vegetativo da população, assim como na representação gráfica de sua estrutura etária e por sexo.

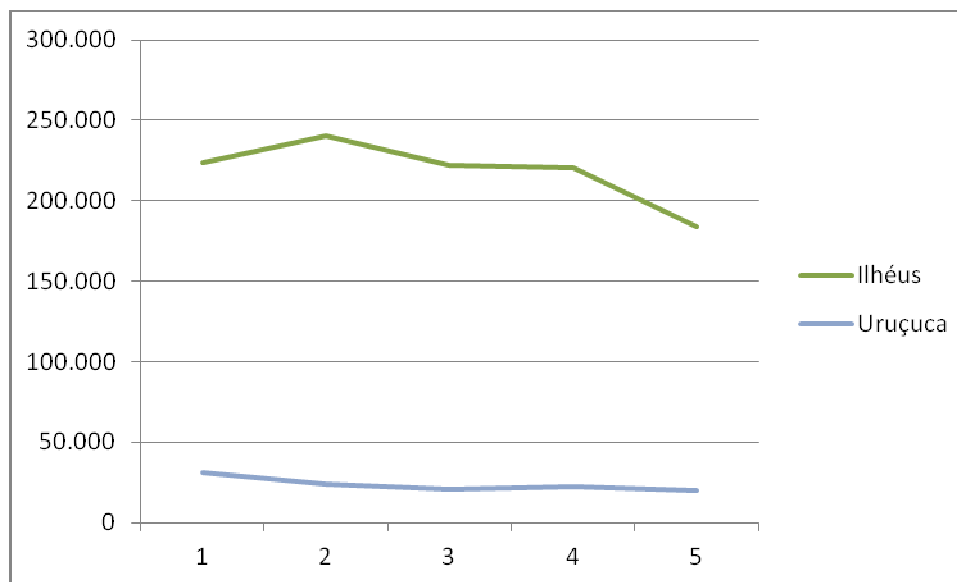
O crescimento demográfico é função dos seguintes fatores: (a) fecundidade, (b) mortalidade (crescimento vegetativo), (c) imigração e (d) emigração (saldo migratório).

Quadro II.5.3-10- Taxa de Crescimento Vegetativo da População.

Municípios	Taxa de crescimento Vegetativo (%)
Ilhéus	0,858
Itacaré	1,032
Maraú	0,55
Uruçuca	1,003
Camamu	1,047

Fonte: DIS/SESAB (2010).

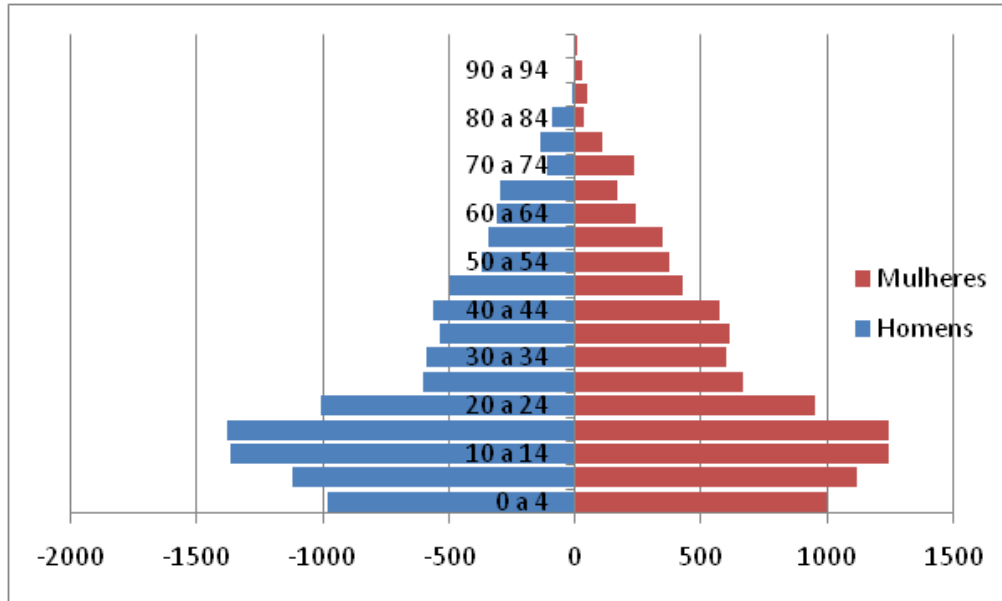
A análise da evolução da população, entre 1980 e 2010, dos municípios de Ilhéus e Uruçuca, aponta para um quadro de redução populacional (**Figura II.5.3-10**).



Fonte IBGE Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Figura II.5.3-10- Evolução Populacional (1970-2010).

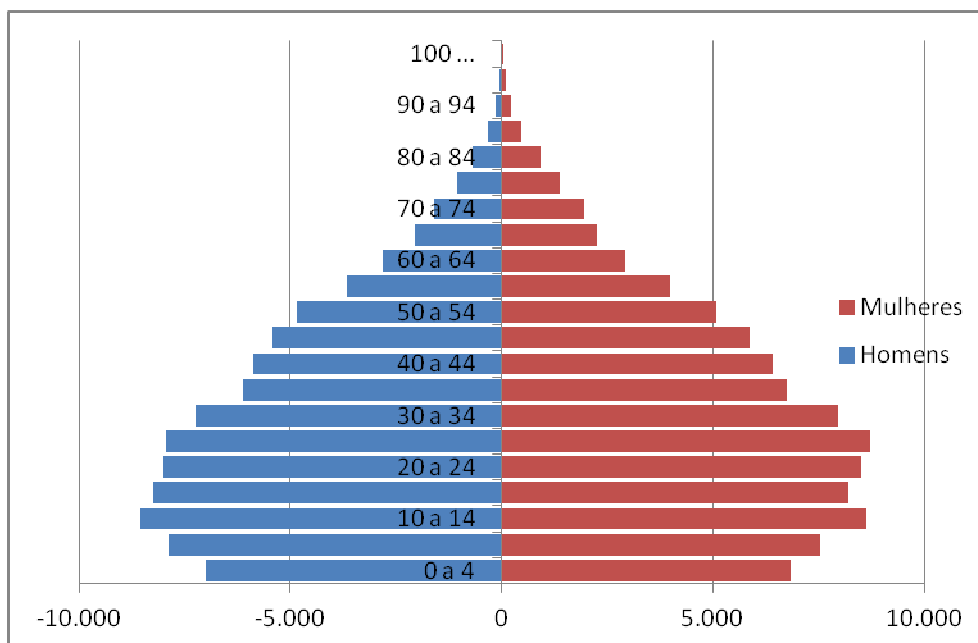
Ao mesmo tempo, os dados indicam, no mesmo período, um crescimento vegetativo da população. A análise da estrutura etária de Uruçuca mostra perdas populacionais elevadas, nas faixas de idade de 20 a 24 anos, e, de forma mais acentuada, dos 25 em diante. Em Ilhéus, a presença de perdas populacionais é menos evidente, mas pode ser percebida de forma discreta, nas faixas dos 15 aos 19 anos, principalmente na população feminina (**Figura II.5.3-11** e **Figura II.5.3-12**).



Fonte: IBGE (2010).

Figura II.5.3-11- Pirâmide Etária Uruçua.

O quadro descrito sugere que os dois municípios vêm perdendo população jovem, que emigra para outros locais do Estado, ou para outras unidades da federação, em busca de oportunidades de emprego ou para dar continuidade aos seus estudos. Em Ilhéus, existe uma tradição, entre os estratos médios e altos da população, de enviar seus filhos para completar seus estudos nos grandes centros urbanos. Entretanto, esse perfil vem se modificando, nos últimos anos, com a instalação, no município, de Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas.



Fonte: IBGE (2010).

Figura II.5.3-12- Pirâmide Etária de Ilhéus.

Itacaré, contudo, apresenta uma situação inversa da registrada em Ilhéus e Uruçuca. A atividade turística tem contribuído para a configuração da população local. Seu crescimento populacional, nos últimos anos, foi expressivo e com taxas superiores ao crescimento vegetativo, o que indica que o município vem recebendo fluxos de população, de municípios vizinhos e de outros Estados e até mesmo internacionais. A observação de campo constatou a presença de elementos de outros Estados, como paulistas e gaúchos, ou de outros países, como argentinos e italianos, à frente de lojas, pousadas, barracas de praias ou como proprietários de residências na região.

E) Infraestrutura

A área avaliada para determinar a influência do empreendimento (AEE) é bastante extensa, envolvendo cinco municípios dos territórios de Identidade do Litoral Sul e do Baixo Sul, que reúnem um conjunto considerável de infraestrutura, em saúde, educação, saneamento, transporte e segurança pública etc. A cidade de Ilhéus, como já foi mencionado neste relatório, é, junto com Itabuna, o maior polo econômico e populacional da região, ambas apresentando uma infraestrutura, pública e privada, bem expressiva.

Contudo, as atividades do empreendimento estão previstas nas poligonais afastadas da costa de Itacaré, e num corredor por onde deverão trafegar as embarcações de apoio, que farão a ligação entre as plataformas marítimas e o Porto de Ilhéus, na sede do município de Ilhéus. Isto significa que a maior parte da atividade a ser desenvolvida será realizada na área marítima situada na costa de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, não devendo ocorrer interferências de monta no continente, a não ser na área do Porto de Malhado, em Ilhéus. As atividades do empreendimento devem provocar um ligeiro aumento nas atividades do Porto de Ilhéus e um provável aumento no tráfego de veículos, especialmente nas vias de acesso a esse terminal portuário.

Infraestrutura Portuária

Ilhéus conta com inúmeros portos pesqueiros distribuídos pelas diversas localidades litorâneas do município. Na sede municipal, além dos terminais pesqueiros das colônias Z 19, situada no Pontal, e Z 34, localizada no Malhado, existe o terminal portuário da Ponta do Malhado (Porto de Ilhéus), que foi inaugurado em 1971, para substituir o antigo porto, localizado na foz do rio Cachoeira. O antigo Porto de Ilhéus, localizado perto do centro histórico da cidade, está sendo recuperado para atender à frota pesqueira do município.

A responsabilidade pela sua administração cabe à Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) que, desde 1977, responde pelos portos do Estado da Bahia. Atualmente, está em processo de licenciamento ambiental, o projeto de um novo porto para Ilhéus, que deverá ser instalado no distrito de Aritaguá.

O terminal em operação tem capacidade para atender ao transporte de carga e de passageiros, podendo atender até três embarcações simultaneamente. Em 2008, 45 navios de turismo atracaram no Porto de Malhado. Em 2009 esse número aumentou para 52 (**Quadro II.5.3-11**). O terminal escoia parte da produção de Ilhéus e Itabuna e atende também às regiões Sul, Extremo-Sul e Oeste do Estado da Bahia.

Quadro II.5.3-11 - Número de Navios operando no Porto de Ilhéus 2000-2009.

Tipo	Anos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carga geral	12	8	9	9	12	6	5	11	10	9
Graneleiro líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Graneleiro sólido	33	35	29	43	42	30	23	23	8	6
Navegação interna	21	20	23	23	12	19	37	25	162	164
Passageiro	11	13	10	17	23	15	25	37	45	52
Porta contêiner	21	16	2	2	3	0	0	0	0	0

Fonte: Codeba, 2010

O Porto de Ilhéus conta ainda com dois terminais privados, voltados para derivados de petróleo (Gás Liquefeito de Petróleo – GLP), administrado pela Brasilgás, e outro para o trigo do Moinho de Ilhéus, composto por “seis silos verticais, com capacidade estática de 10 mil toneladas, bem como instalações e equipamentos para recepção rodoviária de trigo a granel descarregado no cais do porto, estocagem, limpeza, processamento, ensacamento e entrega de seus derivados”⁶. A movimentação de carga refere-se basicamente aos combustíveis derivados de petróleo, álcool carburante, fertilizantes agrícolas e trigo. Contudo é importante observar que a quantidade de embarcações operando no Porto que vinha crescendo anualmente, caiu drasticamente depois de apresentar um pico em 2009. Além da recepção destes produtos, o porto é responsável pela expedição de cacau e seus derivados, bem como café, grafite, algodão, granito, couro e peles, piaçava e farelo de soja.

Infraestrutura Rodoviária

A infraestrutura rodoviária que atende ao município e ao terminal portuário é extensa, com duas rodovias interestaduais, as BR-101 e BR-116. As interligações locais são realizadas pelas rodovias BR-415 e BR-251 e as estaduais BA-001 e BA-655. O aumento de carga, nestas rodovias, em função das atividades a serem desenvolvidas pela empreendedora é muito pequeno, em relação ao volume de tráfego atual, não devendo representar uma interferência significativa na rede rodoviária. Por outro lado, existem diversos projetos de requalificação da malha viária, que incluem: a duplicação da BR-415 Ilhéus-Itabuna; a criação de um anel rodoviário em Ilhéus, evitando-se a atual necessidade de circulação pelo centro

⁶ Disponível em: http://www.codeba.com.br/porto_ilheus.php.

histórico da cidade, e um conjunto de anéis e vias, que deverão atender ao futuro Porto Sul e ao novo aeroporto de Ilhéus. Essas intervenções devem ampliar substancialmente a capacidade de circulação das vias rodoviárias da região, reduzindo ainda mais os efeitos que possam resultar do pequeno aumento de tráfego advindo das operações portuárias, voltadas ao atendimento das plataformas marítimas do empreendimento.

O município de Maraú é conformado, em grande parte, por uma península, que se volta em direção à Baía de Camamu, uma das maiores do Brasil. O principal modal de transporte é o hidroviário, utilizado não apenas pelos turistas, mas pela população, em seus trajetos cotidianos.



Figura II.5.3-13- Barco Escolar – Maraú.

É comum a população utilizar barcos para fazer compras, realizadas principalmente na cidade de Camamu, e também para ir ao trabalho e à escola (**Figura II.5.3-13**). Há barcos escolares que, na região da Baía de Camamu, recolhem as crianças, das ilhas e dos povoados, para levá-las à cidade de Maraú e/ou a outros estabelecimentos educacionais. A **Figura II.5.3-14**, a seguir, demonstra o potencial da Baía de Camamu para o transporte hidroviário.



Fonte: Camamu.net⁷.

Figura II.5.3-14 - Mapa das comunidades da Baía de Camamu.

A península de Marau também é entrecortada pela BR-030, parte de um antigo projeto de desenvolvimento, que incluía o Porto de Campinho, mas não chegou a se concretizar. Esta estrada ainda hoje não é asfaltada e tem baixas condições de trafegabilidade. A sua precariedade é um dos principais problemas da região, segundo a população local. Essa situação dificulta o acesso da população a outras localidades e municípios, uma vez que o transporte hidroviário

⁷ Disponível em: <http://dawidmorri.dominiotemporario.com/camatur/dicas.html>. Acesso em setembro 2011

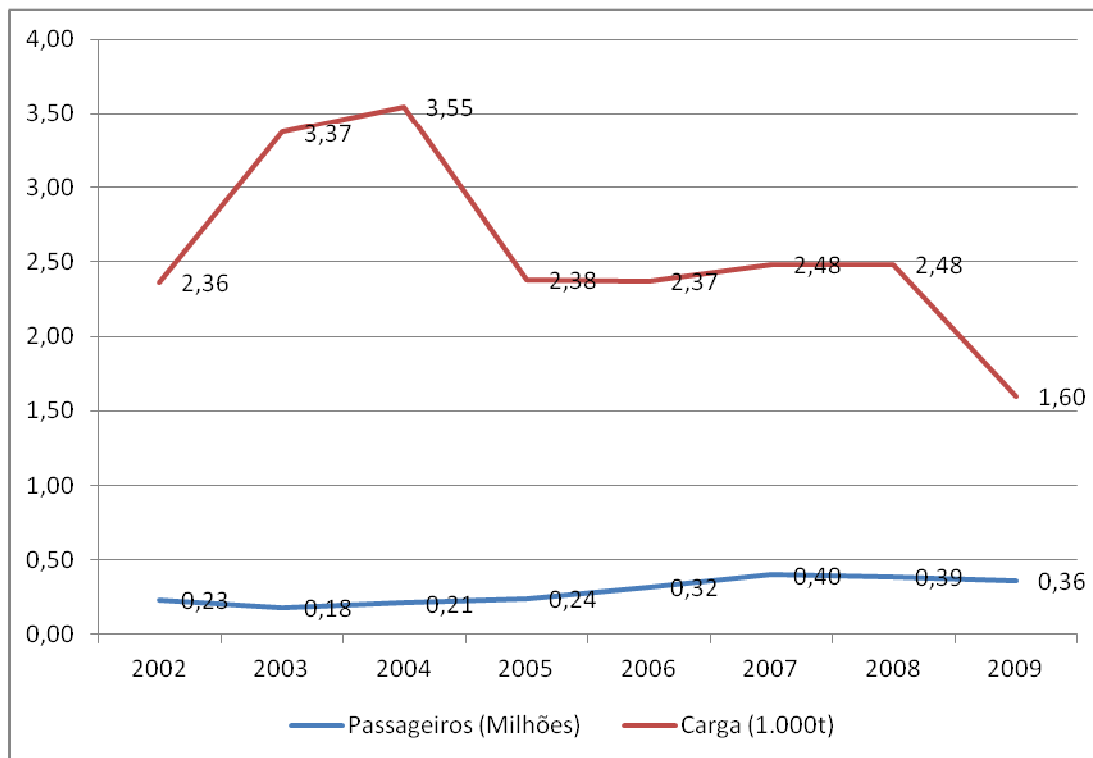
é utilizado apenas na contracosta da península, na Baía de Camamu. A deficiência da estrada obriga muitos moradores, inclusive os comerciantes, a se dirigirem de barco para Camamu para poderem, depois, atingir outros municípios, como Itabuna. Este trajeto poderia ser realizado de maneira muito mais fácil e rápida através da estrada.

Em geral, os municípios da área de estudo têm uma razoável estrutura de transporte, com exceção das estradas vicinais da zona rural. A construção, em 2009, da BA-001, que liga Camamu a Itacaré, contribuiu bastante para a acessibilidade da região, que era bastante dificultada, por sua própria formação geográfica, entrecortada por rios e baías. Nesse sentido, essa estrada, que se liga à BR-101, mas também a outras estradas da região, tem facilitado bastante a vida da população, bem como tem contribuído para ampliar o turismo.

Transporte Aéreo

Ilhéus possui o único aeroporto de porte médio em funcionamento na região e que deve sofrer um aumento no movimento de cargas e passageiros em função do empreendimento (**Figura II.5.3-15**). Este aeroporto é uma das principais portas de entrada para o Turismo da região, além de atender os passageiros de negócios do município de Itabuna.





Fonte: Infraero/BNB/ETENE/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas-CIEST

Figura II.5.3-15 - Movimento de Carga e Passageiros – Aeroporto de Ilhéus 2002-2009⁸.

Nos últimos anos o movimento neste terminal vem se reduzindo em função de problemas operacionais que limitou o horário dos voos e das crises que se abateram sobre a cultura do cacau na região, embora a economia esteja dando sinais de uma recuperação nos últimos anos.

O terminal apresenta ainda outros problemas como sua localização no bairro do Pontal, uma zona urbana densamente ocupada. A localização da pista de 1.577m, também apresenta limitações (**Quadro II.5.3-12**). A operação de grandes aeronaves exige uma ampliação da pista o que está inviabilizado porque suas duas extremidades estão limitadas pelo rio Cachoeira e a orla marítima. Atualmente existem estudos para a construção de um novo terminal aeroportuário em Ilhéus para substituir o atual. A seguir são apresentadas as principais características do Aeroporto Jorge Amado

⁸ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/bahia.pdf>. Acesso em outubro de 2011

Quadro II.5.3-12- Principais Características Técnicas Aeroporto de Ilhéus/Jorge Amado.
Coordenadas: 144854S/0390200W

Categoria: Pública
Tipo de operação: VFR/IFR Diurna/Noturna
Administração: Infraero
Elevação: 4 metros (15ft)
Luzes do aeródromo:
L21-Farol rotativo de aeródromo
L23 - Luzes de obstáculo
Designador 11/29
Dimensões: 1.577 x 45
Tipo de Piso: Asph
Resistência: 35/f/b/x/t
Comunicações: AFIS (APP 120.10)
Categoria requerida de aeródromo: RFFS REQ-6

Fonte: Fonte: Guia de Aeródromos. 2010

No Litoral Sul existem heliportos em Itacaré e em Itabuna. Ambos estão sob a administração privada. O de Itacaré pertence ao Resort Itacaré e possui capacidade de operação noturna e diurna conforme especificação no **Quadro II.5.3-13**, abaixo.

Quadro II.5.3-13- Características de Heliportos.

	Itacaré/HELPN Txai Resort ,Ba SIKI	ITABUNA/HELPN Itabuna, BA - SJIB
Coordenadas	142239S/0390038W	144925S/0391911W
Categoria	Privada	Privada
Tipo de operação	VFR Diurna/Noturna	VFR Diurna
Elevação	8M (26FT)	66M (217FT)
Luzes de Heliporto	L26 - Indicador de direção de vento iluminado	
Designador	27	20
Dimensões	21,5 x 21,5	26 x 26
Tipo de Piso	CONC	CONC
Resistência	4,3t	9,0t
Sistemas de luzes	L30 - Luzes de limite de área de pouso de heliportos	

Fonte: Guia de Aeródromos.

Sistema de Comunicações

É possível dizer que o sistema de comunicação da região é marcado por uma segregação clássica, entre as zonas urbanas e rurais. Nos principais núcleos urbanos, como Ilhéus e Itacaré há uma considerável estrutura comunicacional, principalmente quando se avalia o contexto local. O **Quadro II.5.3-14** apresenta os meios de comunicação identificados na área de estudo.

Nos povoados menores das zonas rurais a estrutura é mais deficitária, a exemplo da cobertura de telefônica móvel, a qual é insuficiente, inexistindo, em alguns casos, sequer telefones públicos.

Quadro II.5.3-14 – Meios de comunicação na área de estudo de socioeconomia.

Município	Rádio	Jornal	Revista	Televisão	Serviço de alto-falante
Camamu	-	-	-	-	A Voz da Cidade RB Publicidade D. S Publicidade
Maraú	-	Boca da Barra	-	-	A Voz da Cidade
Itacaré	Rádio Itacaré FM				
Uruçuca	Rouxinol FM	-	-	-	Transa Som Divulgações e Publicidade
Ilhéus	Gabriela FM Rádio Baiana de Ilhéus Rádio Cultural de Ilhéus Rádio Santa Cruz	Diário de Ilhéus Folha do Litoral Folha Verde Jornal UESC Folha da Praia Jornal Oficial do Município Novo Tempo O Marimbondó Pauta Tribuna Regional	Vitrine	TV Sul Bahia	-

Fonte: Censo Cultural da Bahia.

Sistema de Energia Elétrica

No que se refere à energia elétrica, é possível fazer a mesma análise, entre a zona urbana e a zona rural, ainda que o programa do Governo Federal “Luz para Todos” tenha conseguido ampliar consideravelmente a cobertura de energia

elétrica nos povoados rurais. De todo modo, é interessante notar que a oferta de energia elétrica se torna intermitente, em alguns povoados, principalmente na alta estação. Nesse aspecto, é possível citar os povoados da península de Maraú e mesmo o distrito de Olivença, em Ilhéus.

Saneamento Básico

A deficiência do sistema de saneamento básico da região é um dos problemas mais importantes, trazendo impactos às condições de saúde da população. De maneira geral, só há abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário nos principais núcleos urbanos, mais especificamente na sede municipal. Ainda assim, mesmo nas sedes municipais, a oferta de água e esgoto não chega a todas as residências.

No município de Maraú, a responsável pela oferta de água tratada é a Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Todavia, não há tratamento do esgoto, que é lançado *in natura* na Baía de Camamu.

Os principais povoados da península de Maraú não possuem abastecimento de água tratada, que é coletada em poços particulares. As residências também não dispõem de rede de esgoto e se utilizam de fossas, desde fossas sépticas a simples buracos no solo. Figuram nessa situação, povoados importantes, inclusive pontos de atração turística, como Barra Grande, Campinho, Algodões, Saquáira e Taipus, entre outros.

No município de Itacaré, a situação do saneamento básico vem apresentando problemas, na medida em que o município apresentou um crescimento bastante expressivo, nos últimos anos. A Embasa é a concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e até pouco tempo atrás, atendia apenas à sede municipal, e de forma limitada, sem cobrir todas as residências. Segundo notícias do site oficial da Embasa⁹, a estrutura de saneamento básico está sendo ampliada no município, inclusive em consequência do impacto do Porto Sul, cujo projeto está em fase de licenciamento pelo IBAMA. De acordo com as informações, para além da parte

⁹ Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br/content/embasa-leva-%C3%A1gua-dois-povoados-de-itacar%C3%A9>.



alta da cidade, mais duas localidades terão, em breve, acesso a água tratada: Vila Marambaia e Campo Seco.

Em Uruçuca, mais especificamente em Serra Grande, o saneamento básico também se encontra em situação precária (**Figura II.5.3-16**). A EMBASA é responsável ainda pelo saneamento desse município. O distrito de Serra Grande conta com uma ETA, mas não possui uma ETE, cujas obras vêm se estendendo, por um longo período, e com diversas paralisações, segundo os relatos da população (**Figura II.5.3-17**).

As carências de saneamento são visíveis nos bairros mais populares do distrito, onde não há calçamento e é possível observar línguas negras escorrendo pelas ruas.



Figura II.5.3-16 - Tipo de domicílio em Almir Carapiá.



Figura II.5.3-17 - Estação de Tratamento de Água – Serra Grande.

No município de Ilhéus, o atendimento aos serviços de água e esgotos é realizado pela concessionária EMBASA, em todas as etapas, da captação até a distribuição. Nas pequenas comunidades das zonas rurais, o esgoto não é tratado ou coletado, e a população se utiliza de fossas sépticas ou atira os dejetos diretamente nas várzeas, nos cursos d'água mais próximos e nos mangues. Apenas o distrito de Castelo Novo tem rede de esgoto, mas ela é antiga e insuficiente para a localidade. Além disso, é precária, de modo que se torna possível ver o esgoto correndo a céu aberto. A falta de coleta e tratamento de esgoto também pode ser observada em algumas áreas, de ocupação desordenada, nos bairros da sede municipal e em outros distritos, como Olivença.

A empresa mantém uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na saída oeste, às margens da BR-415 (km 3), um pouco antes do bairro de Banco da Vitória (14°47'58" S e 39°04'42" O). O material tratado é lançado no rio Cachoeira, que serve de corpo receptor.

O sistema de abastecimento de água de Ilhéus também é operado pela EMBASA, que divide o município em três setores: o setor Norte, que atende às praias do litoral norte, a partir do distrito industrial onde está a ETA, com vazão de 75l/s, responsável pelo atendimento a aproximadamente 40.000 ligações de água; o setor Centro, que corresponde ao centro da sede municipal do distrito industrial até a ponte do bairro do Pontal, atendido pela ETA Centro, com uma capacidade

de 285l/s, e o setor Sul, do bairro do Pontal, em direção ao Sul, onde se localiza a ETA do Pontal, com uma capacidade de 210l/s. É interessante notar que o abastecimento de água é intermitente, em diversas localidades, entre elas o distrito de Olivença, onde os entrevistados apontam este fator como responsável, junto com outros elementos, pela redução do turismo local, nos últimos anos.

Sistema de Segurança Pública

O entendimento acerca do conceito de segurança pública não se limita mais *stricto sensu* às questões relativas à criminalidade e à violência praticada entre as pessoas. Embora as ocorrências policiais sejam um indicador precípua a ser utilizado nas análises sociais, reiteramos que, atualmente, a questão da segurança pública pode ser questionada, enquanto um problema de política pública. Desse modo, os sistemas de segurança pública envolvem uma elaboração que integra a sociedade civil às formulações de políticas públicas, bem como abarcam a relevância de um modelo que não esteja vinculado apenas à questão da repressão policial e à capacidade operacional para tal tarefa. A confiança nas instituições promotoras da segurança tem sido um elemento crucial na definição da relação entre cidadãos e governos.

Todos os municípios da Área de Estudo dispõem de equipamentos de segurança pública compatíveis com o contexto de suas populações e o nível de desenvolvimento socioeconômico.

O município de Ilhéus atende às necessidades dos municípios do entorno e conta com 16 unidades da Polícia Militar, o município de Itacaré conta com três unidades, Maraú e Valença contam com quatro unidades, Uruçuca com duas unidades e Camamu com uma. Nota-se que todos os municípios possuem um efetivo policial distribuído de forma descentralizada, contando, todos os municípios da área de estudo, com delegacias coordenadas pela Polícia Civil.

As políticas públicas de segurança têm privilegiado o conceito de confiança, como uma relação necessária entre cidadãos e instituições públicas. Daí a orientação acerca do papel institucional das guardas municipais, voltadas, em linhas gerais, para a manutenção do patrimônio público, a ordem social e o auxílio na vigilância ao bem público.

Nos municípios da Área de Estudo ainda não existe um cenário de consolidação institucional das guardas municipais, enquanto política pública de segurança de grande relevância institucional, como podemos observar no

Quadro II.5.3-15. Dos municípios da área de estudo, apenas Ilhéus se destaca pelo efetivo policial e o papel de auxiliar na segurança patrimonial e na vigilância da cidade, em prol da ordem pública. As guardas de Camamu e Itacaré têm um efetivo policial muito reduzido, para o porte desses municípios, que ainda recebe um grande contingente de turistas, durante vários meses do ano. Os municípios de Marau e Uruçuca não contam com guarda municipal.

A falta de uma guarda municipal de grande relevância exacerba, por outro lado, a dificuldade de estabelecimento de uma política municipal de segurança, bem como a instalação de um espaço público participativo, de interação entre Estado e sociedade (conselhos, fóruns, encontros etc.).

Quadro II.5.3-15 - Dados da Guarda Municipal, 2009.

INDICADORES	ILHÉUS	ITACARÉ	MARAU	URUÇUCA	CAMAMU
Guarda Municipal - Existência	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Ano que foi criada	1980	2009	Não aplicável	Não aplicável	1990
Efetivo	123	12	Não aplicável	Não aplicável	7
Faixa do salário inicial	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Não aplicável	Não aplicável	Mais de 1 a 3 salários mínimos
A guarda utiliza	Armas de fogo e não letais	Nenhum tipo de arma	Não aplicável	Não aplicável	Nenhum tipo de arma

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (2009).

A Área de Estudo conta também com a presença de delegacias especializadas. A cidade de Ilhéus sedia a Delegacia de Proteção Ambiental, liderada pelo Sr. José Copertino. A Polícia Civil organiza-se, no interior, a partir das Coordenadorias de Policiamento no Interior (COORPIN), responsáveis pela gestão de segurança. Toda a região estudada está sob a gestão da 5ª COORPIN, sediada em Valença e 7ª COORPIN, com sede em Ilhéus.

As Delegacias Policiais (DP) estão presentes em todos os municípios da área de estudo e têm apoio de batalhões especiais da Polícia Militar (Choque, Caatinga, Pelotão Especial Tático Ostensivo, dentre outros).

Em termos metodológicos, a segurança não pode ser medida somente pelo nível de ocorrências registradas pelo sistema de informação dos governos. Deve-se levar em conta, também, a percepção da segurança pelos moradores, assim como estudos que aprofundem os tipos de infração/ocorrência que não são levados ao conhecimento das delegacias, especialmente devido às dificuldades de acesso ou por falta de confiança na atuação da polícia. Em suma, as ocorrências são parciais, em relação ao conjunto de indicadores de segurança pública, porém apontam para o grau de acontecimentos no âmbito das relações sociais, até por que, para Espinheira (2004, p. 26).

“À medida que os dados vão sendo refinados, a violência deixa de ser vista como resultante de comportamentos desviados ou de “maldade” das pessoas, para se configurar como uma condição de vida, forma de estar-no-mundo, estilo de vida em permanente tensão e isso, em grande parte, se deve à omissão, ou a mais completa ausência do Estado, ou ainda, o que é mais grave, o crime perpetrado pelo Estado no morticínio cotidiano que faz com que a polícia seja temida pela maioria dos moradores, que a sente como uma ameaça e é vista como ineficaz. Assim, desmistificada, a violência é uma construção política e politicamente se expressa na representação das desigualdades sociais e diferenças culturais, tendo o cenário urbano a configuração de sua arquitetura e estética¹⁰.”

Em geral, a infraestrutura pública de segurança concentra-se nas principais aglomerações e núcleos urbanos. Nesse sentido, é raro haver postos policiais em funcionamento e/ou delegacias, nas pequenas localidades, que, na maioria das vezes, são objeto de rondas, nem sempre tão regulares, conforme depoimentos de moradores.

No município de Maraú está sendo construído um Posto Policial, no povoado de Barra Grande, provavelmente em função do alto fluxo turístico nessa localidade **Figura II.5.3-18**. A sede conta com uma delegacia de polícia civil. Entre os entrevistados, nenhum deles avaliou negativamente a segurança pública.

¹⁰ Cf. ESPINHEIRA, Gey. Pesquisa: *Sociabilidade e Violência: criminalidade na vida cotidiana do Subúrbio Ferroviário de Salvador*. In: ESPINHEIRA, Gey (Coord.). *Sociabilidade e Violência: Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador*. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.



Figura II.5.3-18 - Posto policial em Construção - Barra Grande.

No distrito de Serra Grande, Uruçuca, também há uma delegacia (**Figura II.5.3-19**). No entanto, há relatos de que não há rondas preventivas em alguns de seus bairros.



Figura II.5.3-19- Posto Policial – Serra Grande Uruçuca.

No distrito de Olivença, que conta com uma delegacia da polícia militar, por sua vez, há relatos de que a violência aumentou, consideravelmente, nos últimos

anos, de modo que a segurança pública vem sendo avaliada de forma negativa (Figura II.5.3-20).

O número de trabalhadores envolvidos no empreendimento é muito pequeno uma vez que os equipamentos a serem instalados e utilizados não serão produzidos na região. A manutenção dos barcos e de outros equipamentos de apoio também deverá ser realizada fora da área de estudo. Pode-se concluir que é pouco provável a ocorrência de um incremento populacional na região que possa exercer pressão sobre os serviços de saúde e educação assim como nos demais elementos da infraestrutura, pública ou privada, descartando qualquer impacto do empreendimento sobre esses sistemas.



Figura II.5.3-20 - Posto Policial – Serra Grande Uruçuca.

F) Estrutura produtiva

O PIB é uma medida de fluxo de produção - produção por unidade de tempo (ano), em um determinado espaço geográfico. Por isso, ele não considera estoques de capital, que em última instância são componentes determinantes dos fluxos de produção, como por exemplo, capital social, capital humano, capital natural, nível de eficiência de instituições e etc.

A nova metodologia de cálculo do PIB municipal, construída de forma integrada aos procedimentos adotados do Sistema de Contas Nacional e Regional, permite comparações entre municípios, não só daqueles pertencentes à região econômica do Litoral Sul, composta por cinquenta e três municípios, assim como, com outros do estado da Bahia e do Brasil.

Os 417 municípios baianos apresentam características econômicas bastante diferenciadas. Entre eles estão aqueles com base econômica predominantemente agropecuária, outros com forte presença de indústrias e outros com preponderância do setor de serviços. Essas características, por si só, já permitem entender que, a depender da importância que cada setor assume na economia do município eles poderão gerar diferentes repercussões na evolução e tamanho do PIB municipal.

Ao observar o Produto Interno Bruto a preços correntes (**Quadro II.5.3-16**), fica evidente que os municípios mais representativos da região econômica do Litoral Sul são: Itabuna e Ilhéus. Os dois, no ano de 2008, representavam 44% do PIB de toda região. Participação que, em 2003, era superior a 51% de toda riqueza produzida na região econômica do Litoral Sul (região esta composta por cinquenta e três municípios). Analisando separadamente os municípios, o destaque fica por conta de Itacaré que, em 2003, apresentava um montante próximo de R\$ 39 milhões e depois de cinco anos esse valor já ultrapassava a casa dos R\$ 80 milhões. Em contrapartida, a cidade de Ilhéus apresenta uma queda em sua economia. Em 2007 esse montante era de R\$ 1,7 bilhão e após um ano seu valor cai para R\$ 1,6 bilhão. Fato esse que pode ser explicado pela queda em dois grandes setores econômicos: indústria e serviços.

Para efeito de composição e melhor compreensão, o setor industrial é formado por: indústria de transformação, indústria extrativa mineral, construção civil, e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A indústria de transformação, no município de Ilhéus, representa mais de 75% de todo valor agregado do setor industrial e ela juntamente com o setor de serviços, mais precisamente as atividades de comércio e alojamento e alimentação, foram responsáveis pela queda no valor de 2008 em relação ao ano anterior.

Quadro II.5.3-16- Produto Interno Bruto a Preços Correntes Por Região Econômica e Municípios Bahia - 2003 – 2008.

Região Econômica e Municípios	(R\$ milhões)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
ESTADO DA BAHIA	68.146,92	79.083,23	90.919,33	96.520,70	109.651,84	121.508,47
Litoral Sul	4.812,38	5.338,37	5.805,63	6.151,40	7.164,00	8.051,11
Camamu	72,13	77,92	93,09	92,82	106,37	129,30
Ilhéus	1.252,51	1.464,76	1.479,94	1.535,08	1.704,99	1.632,81
Itacaré	38,59	42,34	51,90	62,44	74,37	82,46
Maraú	35,94	39,09	43,05	46,28	52,50	61,84
Uruçuca	37,68	40,62	47,27	57,65	60,84	68,59

Fonte: SEI / IBGE

(1): Dados sujeitos a retificação

A participação do PIB a preços correntes, conforme **Quadro II.5.3-17**, mostra o município de Ilhéus como sendo o único a registrar perda de participação, saindo de 26% em 2003 para 20,3% em 2008. Por ser uma cidade de grande destaque na região, o Litoral Sul perde participação em relação ao estado. Em 2003, essa região econômica chegava a representar 7,1% de todo montante produzido na Bahia e em 2008 sua participação fica em torno de 6,5%.

Quadro II.5.3-17- Participação do PIB a preços correntes por região econômica e municípios Bahia, 2003 – 2008.

Região Econômica e Municípios	Ano					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
ESTADO DA BAHIA	68.146,92	79.083,23	90.919,33	96.520,70	109.651,84	121.508,47
Litoral Sul	4.812,38	5.338,37	5.805,63	6.151,40	7.164,00	8.051,11
Municípios	Participação (%)					
Camamu	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,6
Ilhéus	26,0	27,4	25,5	25,0	23,8	20,3
Itacaré	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0
Maraú	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8
Uruçuca	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9

Fonte: SEI / IBGE 2008

(1): Dados sujeitos a retificação

No que tange aos impostos sobre produtos, de acordo com o **Quadro II.5.3-18**, Ilhéus representa 31% da arrecadação de todo Litoral Sul, ou seja, quase 1/3 dos impostos da região. Esse feito enrijece para que o Litoral Sul represente 4,2% da arrecadação em relação ao estado da Bahia. No tocante ao PIB per capita, ou seja, o valor total da produção dividido pela população residente do espaço em

questão observa-se que Maraú mesmo apresentando o menor PIB dos municípios da área de estudo, figura-se à frente de Itacaré e Uruçuca. Fato esse explicado pela pequena quantidade de habitantes, pouco mais de 17 mil, em seu município.

No entanto, estes valores do PIB per capita não representam uma distribuição equitativa da riqueza. Esse indicador per capita é usado com frequência, seguindo a ideia de que a população local se beneficiaria com um aumento na produção de alguma atividade econômica. O fato é que o PIB não considera o nível de desigualdade de renda, e logo o PIB per capita não é uma medida de renda pessoal.

Quadro II.5.3-18- Impostos, PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes Bahia – 2008.

Região econômica e municípios	Impostos Sobre Produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	População (habitantes)	PIB Per Capita (R\$1,00)
ESTADO DA BAHIA	16.122,93	121.508,47	14.502.575	8.378,41
Litoral Sul	670,49	8.051,11	1.372.342	5.866,69
Camamu	8,03	129,30	32.981	3.920,56
Ilhéus	210,23	1.632,81	219.710	7.431,66
Itacaré	5,06	82,46	26.348	3.129,63
Maraú	2,49	61,84	17.386	3.557,05
Uruçuca	3,11	68,59	22.984	2.984,32

Fonte: SEI / IBGE 2008

Nota: Dados sujeitos a retificação

PIB Regional dos setores primário, secundário e terciário

A estrutura dos grandes setores da economia baiana onde ocorrerão impactos diretos decorrentes do empreendimento - as diferenças que assumem determinados segmentos produtivos nas atividades econômicas do município, nesse caso, evidenciada, principalmente, pela forte concentração no setor de serviços.

O setor terciário, diferentemente dos setores primário e secundário, absorveu os excedentes oriundos da exportação do cacau e desenvolveu mecanismos eficazes para a sua ampliação. Este setor foi beneficiado pelo fluxo de capitais dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santos, assim como do sucesso do turismo na região.

Ao longo da série de nove anos (1999 – 2008) (**Quadro II.5.3-19**) observam-se algumas mudanças no comportamento da economia local quanto à estrutura

setorial dos municípios da área de estudo. O município de Camamu apresenta um ganho de, aproximadamente, sete pontos percentuais no setor de serviços, saindo de 63,5% para 70,4%. Uruçuca passa a ter quase 80% da sua economia concentrada no setor terciário e o município de Maraú é o único que apresenta ganho de participação no setor agropecuário.

Nota-se que todos esses municípios, com a exceção de Ilhéus, apresentam uma ponderação de pouca representatividade no setor industrial. Isso ligado ao fato da incapacidade de conceder a crise como inerente à natureza do sistema cacauero, induziu, historicamente, a estratégias equivocadas e de efeito efêmero e que, seguramente, contribuíram para acelerar o ritmo da crise e conseqüentemente aprofundá-las.

Quadro II.5.3-19 - Estrutura setorial dos valores adicionados da economia baiana.

UF / Municípios	1999			2008		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
ESTADO DA BAHIA	7,3	27,2	65,5	8,5	28,0	63,4
Litoral Sul	12,3	18,5	69,1	10,3	24,7	65,0
Camamu	22,7	13,8	63,5	19,8	9,8	70,0
Ilhéus	4,1	32,9	63,0	3,8	28,7	67,5
Itacaré	23,1	9,4	67,5	15,6	14,1	70,3
Maraú	24,9	9,1	66,0	26,1	8,4	65,5
Uruçuca	15,4	10,2	74,4	8,9	12,9	78,2

Fonte: SEI / IBGE 2008

Ao comparar as outras regiões do estado com o Sul da Bahia, vê-se que esta gerou um grande volume de capital ao longo do seu processo de expansão econômica. Um grande problema foi que os capitais gerados nesse período não foram reinvestidos na região, nem transferidos para atividade industrial (ponderação de pouca expressão nessa atividade, a exceção de Ilhéus), em razão disso, ainda permanece com baixo dinamismo.

PIB Regional das principais atividades da região

No que diz respeito às principais atividades da região, os dados da agricultura, mais especificamente às culturas temporárias no ano de 2009 (**Quadro II.5.3-20**), permitem analisar o desempenho relativo à quantidade produzida pelas principais culturas, conforme se observa no quadro abaixo, o

cultivo de mandioca se destaca nessa região, por exemplo, Camamu responde por mais de 80% dessa cultura. Com relação ao estado da Bahia a quantidade produzida dos municípios em análise é de 2,4%. Esse destaque se deve a organizações ligadas à agricultura familiar que exploram o potencial industrial e comercial desse produto agregando valor com seu beneficiamento.

A cana-de-açúcar já foi à cultura mais importante até o final do século XVII. Através dessa lavoura, iniciaram-se as primeiras povoações na região.

Quadro II.5.3-20- Quantidade produzida da lavoura temporária Unidade da Federação e Municípios, 2009.

Unidade da Federação e Município	Lavoura temporária			
	Abacaxi (Mil frutos)	Cana-de-açúcar (Toneladas)	Mandioca (Toneladas)	Milho (Toneladas)
Bahia	121.127	4.630.196	3.437.100	2.157.719
Camamu	400	1.000	21.560	157
Ilhéus	315	-	7.020	15
Itacaré	300	-	2.160	12
Maraú	200	600	3.960	-
Uruçuca	130	400	2.700	5

Fonte: IBGE/PAM 2009

Quanto às lavouras permanentes, o dendê, a borracha e o palmito representam 33%, 26% e 23%, respectivamente, do total da produção desses cultivos em todo estado da Bahia no ano de 2009. As cidades de Camamu, Ilhéus e Itacaré, em 2009, somam uma participação muito significativa no cultivo do dendê (**Quadro II.5.3-21**). Essa representatividade chega a 98% de tudo que é produzido na área de estudo.

O cacau, cultura de grande responsabilidade pelo desenvolvimento econômico da região, hoje corresponde, aproximadamente, 18% e concentra no município de Ilhéus 7% em relação ao estado e 40% da quantidade produzida nos municípios da área de estudo. Sua produção é destinada à comercialização e industrialização de chocolate, geléia, vinagre, vinhos, suco, aguardente e doces diversos.

O retrato atual da agricultura na região é de um processo de diversificação nas lavouras, como, por exemplo, o cultivo do café que é de boa qualidade, mas possui dificuldades em sua comercialização e o cultivo do cacau que vive uma crise potencializada devido à condição de monocultura e baixa produtividade.

Suas principais culturas são: cacau, mandioca, coco-da-baía, dendê, palmito, piaçava e seringueira (produção e comercialização do látex e artefatos de borracha).

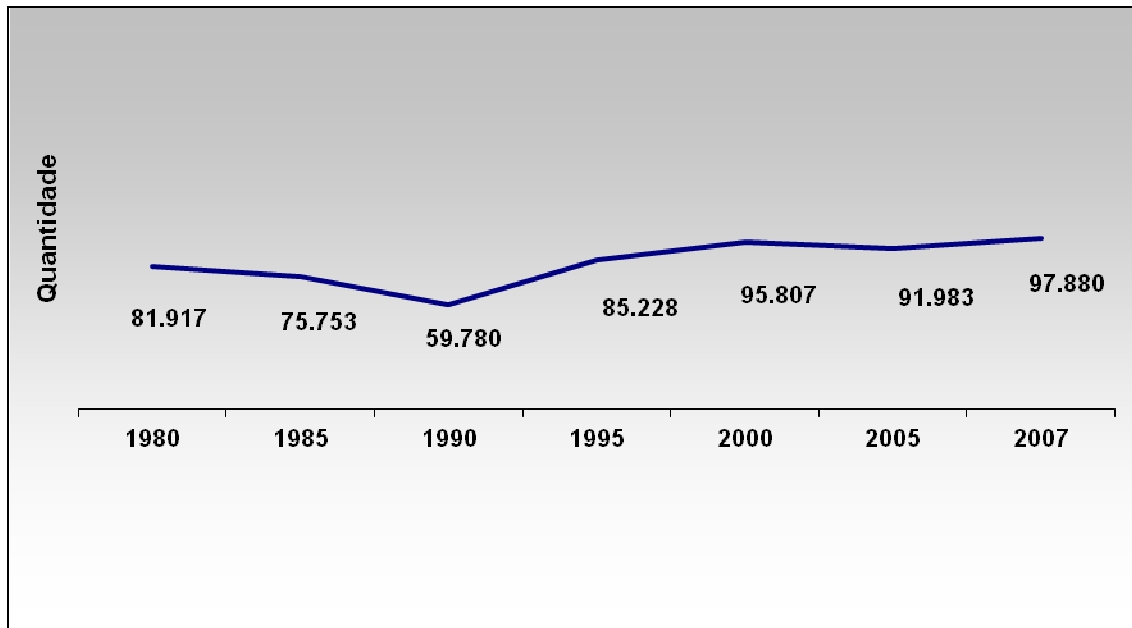
Quadro II.5.3-21- Quantidade produzida da lavoura permanentes 2009.

Unidade da Federação e Município	Lavoura permanente						
	Banana (Ton.)	Borracha (Ton.)	Cacau (Ton.)	Café (Ton.)	Coco-da-baía (Mil frutos)	Dendê (Ton.)	Palmito (Ton.)
Bahia	1.015.505	28.818	137.929	176.851	467.080	205.553	21.563
Camamu	13.600	3.370	2.588	216	5.055	29.960	4.720
Ilhéus	6.080	1.700	9.698	375	5.600	160	-
Itacaré	9.500	112	3.115	40	2.100	90	-
Maraú	12.600	980	2.362	100	6.000	764	-
Uruçuca	1.260	208	2.505	-	1.200	66	-

Fonte: IBGE/PAM 2009

A criação de bovinos é uma atividade econômica de grande relevância para o estado da Bahia e para os municípios da área de estudo, configurando-se assim em uma das principais atividades da região. É evidente que a expansão do rebanho no Litoral Sul está diretamente relacionada com as sucessivas crises da lavoura cacauzeira, no fim da década de oitenta, e com a progressiva demanda pelos diversos gêneros da pecuária, feita pelas populações dependentes desta lavoura, mas especificamente nos municípios de Ilhéus e Itabuna.

A evolução do rebanho bovino pode ser atribuída a um melhor padrão zootécnico e alimentar, além da crise que vem ocorrendo com a cacauicultura na região (**Figura II.5.3-21**).



Fonte IBGE/PPN

Figura II.5.3-21- Evolução do rebanho bovino no Litoral Sul 1980-2007.

Conforme a leitura do **Quadro II.5.3-22**, abaixo, além da bovinocultura, outras espécies animais estão presentes nas propriedades, quer para atender às necessidades de trabalho e transporte, como muares e asininos, quer para satisfazer o consumo familiar, como suínos e aves.

Quadro II.5.3-22- Efetivo dos rebanhos (cabeça) por tipo UF e Municípios, 2009.

Unidade da Federação e Município	Tipo de rebanho							
	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas
Bahia	10.230.469	598.326	19.097	279.134	291.387	1.753.475	23.230.270	9.552.770
Camamu	3.190	446	120	827	2.750	7.815	64.790	25.580
Ilhéus	15.800	2.050	-	65	3.650	10.920	107.450	55.700
Itacaré	2.640	700	-	4	930	990	21.400	5.600
Maraú	3.190	370	-	2	560	3.800	6.349	3.200
Uruçuca	2.530	280	350	-	2400	1.590	35.800	6.500

Fonte: IBGE/PPM, 2009.

O rebanho leiteiro é muito significativo no Litoral Sul. Segundo os dados divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – a produção

de leite dos municípios em análise, em sua produtividade em litros, sai de, aproximadamente, 4 milhões de litros de leite em 2006 para 7 milhões de litros de leite em 2009 (**Quadro II.5.3-23**). Isso é corroborado com a progressiva demanda pela pecuária leiteira na região. Cabe destacar, que a bovinocultura de leite corresponde à atividade que mais tem se desenvolvido na subárea cacauceira.

Quadro II.5.3-23- Produção de leite (mil litros) Bahia 2006 – 2009.

Unidade da Federação e Município	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Bahia	905.752	965.799	952.414	1.182.019
Camamu	221	220	226	270
Ilhéus	1.850	2.125	2.348	1.500
Itacaré	115	113	122	248
Maraú	138	140	146	273
Uruçuca	130	134	144	154

Fonte: IBGE, 2009.

Essa região caracteriza-se por um padrão de utilização da terra que contempla uma grande variedade de atividades produtivas, mas tendo como as principais, em termos econômicos, o cacau e o rebanho leiteiro.

Outra atividade importante para o Litoral Sul é a pesca, a qual é analisada em detalhe no **Item M – Caracterização da atividade pesqueira** deste Capítulo.

Por fim, a atividade turística também é relevante para atividade econômica da região. A possibilidade de expansão do turismo na região é notória, uma vez que possui um enorme potencial a ser explorado. O destaque vai para a Baía de Camamu que apresenta excelentes condições de navegabilidade, favorável para o desenvolvimento do turismo náutico.

A atividade turística cresce a cada ano no Sul da Bahia gerando emprego e renda. Mas esse aumento acarreta conseqüências positivas e negativas, e aí que entra a importância da sustentabilidade buscando reduzir ao máximo os impactos negativos e acentuar os efeitos positivos, pois sem planejamento as conseqüências ecológicas e sociais podem ser desastrosas. Claro que é impossível dizimar os impactos ambientais, mas com uma proposta de turismo sustentável eles podem ser minimizados.

O que o turismo não pode promover é acentuar a exclusão social da população local e marginalizar sua cultura. Pois, o que se vê, é que o lucro advindo dessa atividade não proporciona uma melhoria na qualidade de vida dos mais carentes. É o que chamamos de fatores de ordem decrescente, ou seja, do maior para o menor, pois as políticas priorizam os empresários, atraindo sempre mais investimentos sem o devido planejamento e esquecendo as necessidades da população nativa.

Fato marcante nessa atividade é a exclusão dos nativos no mercado de trabalho, pois não estão qualificados, perdendo a vaga para pessoas de outras localidades com um nível de educação maior. Mesmo os nativos que são incluídos no mercado formal, sofrem problemas com contratos temporários, não conseguindo estabilidade e os cargos ocupados em sua maioria são de baixa remuneração.

Com base nas finanças municipais da área de estudo, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é um tributo não-vinculado que incide sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo (devedor). É de competência dos municípios e do Distrito Federal. Tem como fato gerador a prestação de serviços e sua finalidade é exclusivamente arrecadatória.

Devido sua representatividade, cabe analisar a evolução na arrecadação do ISS, no período de 2008 a 2010 dos municípios da área de estudo. Ilhéus e Itabuna figuram-se como os de maior representatividade na região devido às potencialidades de sua economia (**Quadro II.5.3-24**).

A cidade de Ilhéus apresenta um dos melhores desempenhos na arrecadação de ISS entre os municípios nordestinos no ano de 2010. Das regiões do país, o Nordeste foi quem mais cresceu na arrecadação do ISS, com taxa de expansão de 10% em 2009 em relação ao ano anterior. Em 2010 o município de Ilhéus apresentou um crescimento de 46% em relação ao ano de 2009. O município de Uruçuca também obteve crescimento nesse mesmo período.

Quadro II.5.3-24- Finanças municipais Receita tributária, 2008, 2009 e 2010.

Municípios	ISS		
	2008	2009	2010
Camamu	919.186,89	567.651,77	601.995,57
Ilhéus	-	9.561.113,93	13.962.233,27
Itacaré	-	1.586.386,80	1.268.013,12
Maraú	892.192,09	613.074,22	-
Uruçuca	206.637,77	296.669,22	388.836,59

Fonte: STN/FINBRA, 2010.

O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Os dados referentes à arrecadação do ICMS, apesar de algumas limitações, sobretudo no tocante às isenções praticadas, podem ser utilizados como um indicador de avaliação no que se refere à dimensão das atividades econômicas regionais.

Ao fazer uma análise das cotas na região do Litoral Sul, no período 2008 – 2010 (**Quadro II.5.3-25**), nota-se um total arrecadado de R\$ 508 milhões, sendo que Ilhéus perfaz um montante em torno de R\$ 34 milhões, dos quais o setor terciário é responsável por mais de 50% dessa arrecadação.

Analisando os municípios quanto ao seu crescimento nominal no período 2008/2010, verifica-se que o município de maior crescimento foi Itacaré, com aproximadamente 23%, cuja economia local é fortemente concentrada no ecoturismo. Em segundo temos Maraú com crescimento de 18%. Por fim, em 2010, a cidade de Ilhéus apresenta uma retração na cota do ICMS em torno de 8% quando comparado a 2008.

Quadro II.5.3-25- Cotas de ICMS distribuídas aos municípios 2008, 2009, 2010.

Municípios	ICMS		
	2008	2009	2010
Litoral Sul	158.179.452,13	154.121.073,90	195.790.125,00
Camamu	2.784.476,77	2.517.393,75	3.106.308,21
Ilhéus	33.879.470,97	28.703.328,91	31.169.030,90
Itacaré	1.822.015,62	1.808.378,09	2.235.228,13
Maraú	1.580.196,64	1.496.127,91	1.878.775,04
Uruçuca	1.601.656,31	1.595.438,13	1.882.512,49

Fonte: STN/FINBRA, 2009.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é calculado com base na arrecadação total do IR e do IPI, sendo descontados os valores das restituições e dos incentivos fiscais. Também são utilizados coeficientes de participação divulgados anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Conforme estabelece o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), do valor total destinado ao FPM, 10,0% são distribuídos entre as Capitais, 86,4% entre os demais municípios, e o restante, 3,6%, são distribuídos entre os municípios do interior com mais de 156.216 habitantes, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981. Além disso, a Lei Complementar nº 91/97 definiu que os municípios de coeficiente 3,8 também participarão do Fundo de Reserva, nos termos do citado Decreto-lei. Cabe frisar que é a maior participação dentre todas as regiões do FPM total estão destinados ao Nordeste, com 35,22%.

Sendo assim, nesse recorte temporal (2009 – 2010) (**Quadro II.5.3-26**), merecem destaque os valores repassados pela União aos municípios da área de estudo. Ilhéus, embora tenha perdido moradores nos últimos anos, não teve redução no seu repasse conforme pode ser visto no quadro supracitado. No ano da crise, 2009, o município recebeu pouco mais de R\$ 40 milhões e com a recuperação da economia, no ano seguinte, o volume de dinheiro cresceu para, aproximadamente, R\$ 43 milhões. Não só Ilhéus, mas todos os outros municípios apresentaram ganho no FPM no ano de 2010 em relação a 2009.

Quadro II.5.3-26- Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 2008 – 2010.

Município	2008	2009	2010
Camamu	10.582.883,05	9.885.058,86	10.612.829,45
Ilhéus	43.630.243,30	40.153.254,89	42.900.329,16
Itacaré	9.260.022,75	8.649.426,58	9.286.225,79
Maraú	7.937.162,41	7.413.794,32	7.959.622,18
Uruçuca	7.937.162,41	7.413.794,32	7.959.622,18

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEF.

Fonte: STN/FINBRA, 2010

Levando-se em consideração as informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, observa-se o crescente número de unidades locais, nos municípios da área de estudo, que em três anos absorveram mais de

quinhentas novas unidades. O município de Itacaré responde por 67% desse total e apresenta um crescimento de 35% entre 2007 e 2009.

Quanto ao número de pessoas ocupadas, nesse mesmo recorte municipal (**Quadro II.5.3-27**), a taxa de crescimento fica em torno de 5% no triênio 2007-2009. Cabe destacar a cidade de Maraú que sai de um contingente de 845 pessoas em 2007 para 1.446 pessoas em 2009, crescimento acima dos 70%. Por outra ótica, a cidade de Ilhéus apresentou ligeira queda nesse período tanto no número de unidades locais quanto de pessoal ocupado.

Quadro II.5.3-27- Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado Bahia.

Município	Variável X Ano								
	Número de unidades locais (Unidades)			Pessoal ocupado total (Pessoas)			Número de empresas atuantes (Unidades)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Camamu	385	443	403	1.992	2.849	2.457	-	436	395
Ilhéus	3.680	3.682	3.635	31.466	34.037	30.742	-	3.542	3.499
Itacaré	483	492	650	3.067	3.045	3.128	-	483	640
Maraú	145	153	185	845	1.138	1.446	-	151	183
Uruçuca	217	222	258	1430	1.402	1.464	-	219	254

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2009

Focando-se na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0), **Quadro II.5.3-28**, vê-se a evolução dos municípios quanto à quantidade de empresas atuantes e desse modo, evidencia-se o crescimento econômico dessa região. No período de 2007 -2009, todas as atividades apresentaram aumento, a exceção foi a indústria extrativa que permaneceu com o mesmo número de estabelecimentos, vinte e seis.

Além disso, pode-se observar a força da economia no setor de serviços, com as atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas absorvendo o maior número de empresas, quase seis mil em 2009 e aproximadamente 100 novos estabelecimentos em apenas dois anos. Cabe ainda sublinhar, o desempenho da atividade de alojamento e alimentação com o surgimento de 88 novos estabelecimentos no período de 2007 a 2009. Esta atividade está diretamente relacionada ao volume da atividade turística da região, em especial o município de Itacaré responsável por praticamente metade desse crescimento.

Quadro II.5.3-28- Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total - 2007 – 2009.

Município	A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura		B Indústrias extrativas		C Indústrias de transformação		G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas		I Alojamento e alimentação	
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009
Camamu	6	8	2	1	20	25	185	194	16	18
Ilhéus	44	38	16	12	258	252	1.595	1.563	349	337
Itacaré	7	17	-	-	4	6	192	254	161	202
Maraú	4	5	-	1	3	4	55	53	48	66
Uruçuca	4	4	-	-	13	13	134	150	10	14

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2009

O comportamento do mercado formal, segundo as informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) dos municípios em destaque no biênio 2009/2010, evidencia uma grande concentração de emprego na indústria (**Quadro II.5.3-29**). O setor que empregou 116 pessoas em 2009 passa a empregar 1.357 pessoas em 2010, o que pode ser considerado um excelente crescimento do setor industrial.

A construção civil apresenta um arrefecimento no mercado de trabalho passando de 609 em 2009 para 405 empregos em 2010. Reflexo esse ocorrido em todo estado da Bahia, já que ao longo de 2009 a taxa de crescimento de 8,1% confirmava o bom momento pelo qual se passava este setor e que está diretamente relacionado às obras de infraestrutura do PAC em todo o estado da Bahia. No ano de 2009 o setor da construção civil liderou a geração de emprego com carteira assinada em todo estado. Com sua base de comparação elevada em 2009, é mais que natural a queda apresentada nessa atividade econômica em 2010.

O setor agropecuário no ano de 2010, segundo os dados da SEI, apresentou uma taxa de crescimento de 8,5% para o estado da Bahia. O cenário pode ser visualizado no mercado de trabalho formal. Este setor foi responsável por 108 novos empregos com carteira assinada, fato muito importante para região que tem na agropecuária sua principal fonte de renda. O destaque pode ser creditado ao bom desempenho da safra de cacau em 2010 que se expandiu 8,2% segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE).

O número de emprego com carteira assinada, em 2009, reflete o cenário mundial de crise no final de 2008 e seu rebatimento foi sentido já no ano seguinte. Com a volta da estabilidade econômica em 2010 os números gerados de empregos formais na região deslocam-se do patamar de 1.806 em 2009 para 3.117 empregos em 2010.

Quadro II.5.3-29- Comportamento do mercado de trabalho formal, por setor de atividade Bahia, 2009 e 2010.

Municípios	Indústria		Construção civil		Comércio		Serviços e Administração Pública		Agropecuária, extr. vegetal, caca e pesca		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Camamu	6	7	-5	-21	17	45	-15	-8	-10	-2	-7	21
Ilhéus	-171	565	252	-117	161	480	331	350	-60	3	513	1.281
Itacaré	-7	13	41	-22	10	31	-11	1	-13	25	20	48
Maraú	-1	0	11	3	4	19	4	-8	7	-4	25	10
Uruçuca	36	36	3	-15	11	-14	41	47	-78	11	13	65

Fonte: CAGED, 2010.

No tocante às pessoas de 10 anos ou mais ocupadas segundo atividade do trabalho principal no ano 2000, a seção agrícola (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal) apresenta o maior número de pessoas ocupadas (**Quadro II.5.3-30**). Em todos os municípios da Área de Estudo essa é a atividade que mais emprega. Percebe-se que Ilhéus concentra mais de 40% se comparado ao restante dos municípios. A atividade agrícola na cidade de Maraú chega a representar mais de 60% no volume de empregos gerados em todas as atividades dentro do município, corroborando com a importância desse setor na economia local. Outros municípios que apresentaram forte concentração foram: Camamu e Itacaré ambos com 50%.

Em segunda posição, em termos de seção de atividade, aparece o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com maior número de pessoas ocupadas no ano de 2000, segundo o IBGE.

Por ser uma atividade importante para a região, a pesca apresenta maior concentração de empregados em Ilhéus.

A seção alojamento e alimentação que pode ser utilizada como indicador de índice de quantum (volume) para atividade turística, expressa bem a vocação do município de Ilhéus, pois sua participação chega ser superior a 60%. Em Itacaré,

cidade com aptidão turística, esta seção corresponde a quase 8% dos empregos gerado no município.

Quadro II.5.3-30- Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal e seção de atividade do trabalho principal, 2000.

Seção de atividade do trabalho principal	Camamu	Ilhéus	Itacaré	Maraú	Uruçuca
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	5.346	15.444	3.294	3.020	1.705
Pesca	301	1.719	203	185	32
Indústria extrativa	30	64	-	-	35
Indústria de transformação	575	5.408	197	56	277
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	13	280	16	12	-
Construção	553	5.065	307	203	213
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	973	12.769	519	112	666
Transporte, armazenagem e comunicação	381	3.118	119	109	149
Alojamento e alimentação	355	4.274	516	179	286
Intermediação financeira	8	415	-	-	18
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	195	4.059	77	29	154
Administração pública, defesa e seguridade social	702	3.901	356	212	529
Educação	541	3.909	423	214	425
Saúde e serviços sociais	44	2.004	94	71	81
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	139	2.751	106	77	134
Serviços domésticos	476	6.900	323	304	365

Fonte: IBGE, 2000.

É importante, em termos locais, notar que a região em estudo possui um mercado de trabalho pouco dinâmico, o que sugere que a implantação da atividade de perfuração marítima nas Concessões BM-CAL- 11/12 na bacia de Camamu-Almada poderá atenuar essa situação, gerando mais postos de trabalho e dinamizando a economia, ao menos temporariamente, quando da fase de implantação das atividades e das instalações. Entretanto, é improvável que os postos de trabalho qualificado sejam ocupados por moradores da região, uma vez que a indústria de petróleo demanda profissionais com especialização e experiência.

A estimativa de geração de emprego direto e indireto tem como objetivo procurar quantificar o potencial de criação de postos de trabalho, no curto e médio prazo, como resultado de aumentos exógenos de demanda nos diferentes setores da economia da área de estudo. A indisponibilização de alguns indicadores inviabiliza a utilização do Modelo de Geração de Emprego (MGE).

G) Educação

O sistema de ensino público e privado nos municípios da área de estudo é gestado pela rede pública e privada, em nível municipal, estadual e federal, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-31** a seguir. A educação está presente na zona urbana e rural, sendo nesta última de quase total responsabilidade da rede pública municipal. As comunidades pesqueiras dispostas na área de estudo são atendidas, no nível fundamental, pela rede municipal, pois está sob sua responsabilidade, cabendo à rede estadual assumir a oferta de ensino médio na zona urbana. A concentração dessa oferta apenas na zona urbana, causa problemas para uma boa parte das comunidades, rurais e ribeirinhas, que necessitam se deslocar, todos os dias, para os estudos. A educação infantil tem sido oferecida, em grande parte, pela rede municipal, assim como a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O sistema educacional, nos municípios da área de estudo, é semelhante, na divisão e na atribuição de responsabilidades administrativas (ensino infantil, fundamental, médio, jovens e adultos etc.). As instituições privadas ofertam a maioria das vagas, no nível médio, e na zona urbana. O maior número de matrículas está no ensino fundamental.

Quadro II.5.3-31- Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, municípios, 2010.

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
Camamu	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	240
			Educação Infantil	602
			Ensino Fundamental	3.755
			Ensino Médio	0
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
		Educação Infantil	43	
		Ensino Fundamental	0	
		Ensino Médio	0	
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	140
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	433
			Ensino Médio	1.736
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
Municipal		Educação de Jovens e Adultos	779	
		Educação Infantil	547	
		Ensino Fundamental	4.164	
		Ensino Médio	0	
Privada	Educação de Jovens e Adultos	0		
	Educação Infantil	198		
	Ensino Fundamental	337		
	Ensino Médio	0		
Ilhéus	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	568
			Educação Infantil	116
			Ensino Fundamental	833
			Ensino Médio	183
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	1.297
			Educação Infantil	915
			Ensino Fundamental	4.536
			Ensino Médio	0
	Privada	Educação de Jovens e Adultos	0	
		Educação Infantil	0	
		Ensino Fundamental	0	
		Ensino Médio	0	
Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2.737	
		Educação Infantil	0	
		Ensino Fundamental	6.250	
		Ensino Médio	6.509	
Federal	Educação de Jovens e Adultos	0		
	Educação Infantil	0		

Continua

Continuação do Quadro II.5.3-31

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)		
	Municipal		Ensino Fundamental	0		
			Ensino Médio	0		
		Municipal		Educação de Jovens e Adultos	2.721	
				Educação Infantil	1.946	
			Privada		Ensino Fundamental	13.660
					Ensino Médio	0
		Privada		Educação de Jovens e Adultos	25	
				Educação Infantil	2.159	
	Privada			Ensino Fundamental	3.527	
				Ensino Médio	810	
	Itacaré	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0	
				Educação Infantil	0	
				Ensino Fundamental	0	
				Ensino Médio	0	
			Federal		Educação de Jovens e Adultos	0
					Educação Infantil	0
Ensino Fundamental					0	
Ensino Médio					0	
Municipal				Educação de Jovens e Adultos	28	
				Educação Infantil	343	
				Ensino Fundamental	1.335	
				Ensino Médio	0	
Privada			Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	12		
			Ensino Fundamental	24		
			Ensino Médio	0		
Urbana		Estadual		Educação de Jovens e Adultos	234	
				Educação Infantil	0	
				Ensino Fundamental	0	
				Ensino Médio	793	
		Federal		Educação de Jovens e Adultos	0	
				Educação Infantil	0	
				Ensino Fundamental	0	
				Ensino Médio	0	
	Municipal		Educação de Jovens e Adultos	605		
			Educação Infantil	751		
			Ensino Fundamental	3.372		
			Ensino Médio	0		
Privada		Educação de Jovens e Adultos	0			
		Educação Infantil	85			
		Ensino Fundamental	179			
		Ensino Médio	0			
Maraú	Rural	Estadual		Educação de Jovens e Adultos	0	
				Educação Infantil	0	
				Ensino Fundamental	91	
				Ensino Médio	296	
		Federal		Educação de Jovens e Adultos	0	
				Educação Infantil	0	
				Ensino Fundamental	0	
				Ensino Médio	0	
		Municipal		Educação de Jovens e Adultos	150	
				Educação Infantil	598	
				Ensino Fundamental	3.362	
				Ensino Médio	0	
	Privada		Educação de Jovens e Adultos	0		
			Educação Infantil	0		

Continua

Continuação do Quadro II.5.3-31

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	320
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	144
			Educação Infantil	130
			Ensino Fundamental	849
			Ensino Médio	0
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Estadual	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	364
			Educação Infantil	242
			Ensino Fundamental	874
			Ensino Médio	0
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	16
			Ensino Fundamental	44
			Ensino Médio	0
		Estadual	Educação de Jovens e Adultos	385
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	152
			Ensino Médio	880
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	0
			Ensino Fundamental	0
			Ensino Médio	0
		Municipal	Educação de Jovens e Adultos	916
			Educação Infantil	488
			Ensino Fundamental	3.332
			Ensino Médio	0
		Privada	Educação de Jovens e Adultos	0
			Educação Infantil	72
			Ensino Fundamental	148
			Ensino Médio	0

Fonte: SEI/SEC/MEC/INEP.

Na Bahia, as taxas referentes ao analfabetismo ainda são expressivas (15,6%, Censo 2010), embora algumas políticas públicas estejam em andamento

para enfrentar este problema social, de alto impacto. As taxas de analfabetismo dos municípios da área de estudo podem ser conferidas no **Quadro II.5.3-32**. A menor taxa de analfabetismo, em 2010, é de Ilhéus, por outro lado, o maior número de analfabetos está no município de Camamu (24,5%). A redução do número de analfabetos, entre 2000 e 2010, não foi suficiente para tornar as taxas de analfabetismo aceitáveis e esse quadro fica ainda pior, quando se considera a população semialfabetizada. O número ainda elevado de analfabetismo local revela-se um entrave ao desenvolvimento social. Os levantamentos de campo indicam um número elevado de analfabetos e semianalfabetos, entre os integrantes das comunidades de pescadores, e, dentre os que foram alfabetizados, a grande maioria só possui o ensino fundamental incompleto.

Quadro II.5.3-32- Classificação dos municípios, segundo a taxa de analfabetismo da população residente de 10 anos ou mais de idade, segundo a Bahia – 1991/ 2000/ 2010.

Municípios	Território de Identidade	1991			2000			2010		
		Total	Não alfabetizada	Taxa de analfabetismo (%)	Total	Não alfabetizada	Taxa de analfabetismo (%)	Total	Não alfabetizada	Taxa de analfabetismo (%)
Camamu	06 Baixo Sul	22.116	11.347	51,3	24.722	8.989	36,4	27.733	6.788	24,5
Ilhéus	05 Litoral Sul	164.954	57.267	34,7	177.848	34.975	19,7	154.988	18.156	11,7
Itacaré	05 Litoral Sul	12.625	6.905	54,7	13.416	4.377	32,6	19.352	4.187	21,6
Maraú	05 Litoral Sul	11.920	6.734	56,5	13.925	6.094	43,8	15.285	3.706	24,2
Uruçuca	05 Litoral Sul	22.257	10.740	48,3	16.107	4.670	29,0	16.392	3.359	20,5

Fonte: IBGE, Censo 2010.

O combate ao analfabetismo é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento social, que, junto com a educação profissional, pode proporcionar uma melhoria nas condições de vida das populações. Adquirir uma profissão muda o sentido de vida de um indivíduo, contribuindo para sua promoção social e o situando num “lugar social” na sociedade.

A educação profissional tem crescido na região, com a ampliação da rede federal de ensino, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), em Ilhéus e Uruçuca. Os cursos oferecidos são: aquicultura, guia de turismo regional, informática, segurança do trabalho e edificações.

A rede pública estadual também oferece vagas relacionadas ao Programa Trilha e as instituições privadas estão presentes em quase todos os municípios, destacando-se Ilhéus e Valença. As matrículas, efetuadas em 2011 por território de identidade, podem ser conferidas na **Figura II.5.3-22**, a seguir. O território do Baixo Sul atingiu 1.293 matrículas, no primeiro semestre deste ano, sendo que o Litoral Sul registrou o total de 3.275 matrículas. A educação profissional, embora incipiente enquanto política pública, está em fase de expansão, conformada, inclusive, à implementação do Programa Nacional do Ensino Técnico (PRONATEC), que pretende aumentar significativamente a rede de ensino técnico no país.

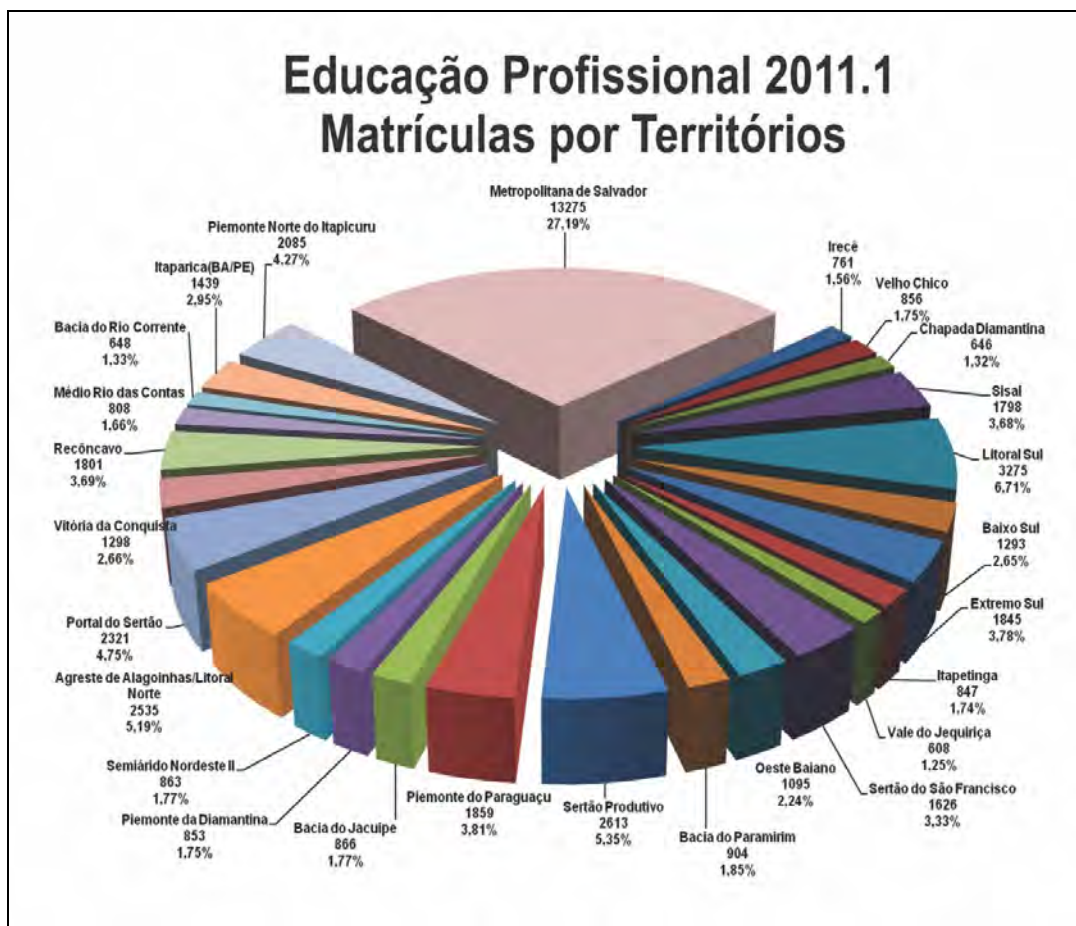


Figura II.5.3-22- Educação Profissional 2011.

A educação ambiental está presente nos municípios da Área de Estudo, através de parâmetros curriculares, em todos os níveis de ensino. Há projetos

pedagógicos que visam aprofundar e problematizar o conhecimento sobre o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, a relação homem x campo, dentre outros. Há também um número considerável de projetos sociais visando à educação ambiental e sendo desenvolvidos por ONGs e associações da sociedade civil, além de programas e ações específicas das prefeituras. A questão ambiental é relevante para os municípios de Ilhéus e Itacaré.

H) Lazer, turismo e cultura

As áreas costeiras que compõem o entorno das Concessões BM-CAL-11/12, da Bacia Camamu-Almada, figuram entre as de maior importância turística do Estado da Bahia. No que se refere às denominações oficiais turísticas do Estado da Bahia, a região conta com dois dos treze principais destinos do Estado: a Costa do Dendê e a Costa do Cacau. Segundo o site oficial de turismo no Estado:

“Situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, a Costa do Dendê é um verdadeiro mosaico de praias, baías, manguezais, costões rochosos, restingas, nascentes, lagoas, rios, cachoeiras e estuários. Seus 115 km de litoral abrangem as localidades de Valença, Morro de São Paulo, Boipeba, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Maraú.

As praias intocadas, de águas claras e quentes, com formações variadas de recifes de coral e emolduradas por vastos coqueirais, figuram entre as melhores do país, nos principais guias do gênero. O arquipélago fluvial do Rio Una abriga uma variedade de ilhas paradisíacas – Tinharé, Boipeba, Cairu. A estonteante Baía de Camamu abre-se em dez ilhas inexploradas, com vegetação primitiva e coqueirais. Os intermináveis manguezais servem de berçário para robalos, tainhas, caranguejos, siris, camarões, pitus, ostras e lambretas. Uma extensa contracosta de águas plácidas é ideal para navegação, vela, mergulho e pesca.

As imponentes cachoeiras são picos para a prática de esportes radicais. Uma Unidade de Conservação preserva a rica fauna e flora. As abundantes árvores de dendê, tempero que dá o gosto peculiar da culinária baiana, dão o toque final no cenário local. A natureza velada neste paraíso de grande diversidade ecológica divide a paisagem com um rico acervo histórico, herança do Brasil Colônia. Os povoados primitivos preservam características culturais tradicionais” (BAHIA, 2011)¹¹.

“A Costa do Cacau abarca cerca de 180 km, entre os municípios de Itacaré e Canavieiras. Reduto de belezas naturais, rios margeados por fazendas de cacau, praias intocadas, de vastos coqueirais, em meio à Mata Atlântica, e densos manguezais. A região encanta pelas paisagens e pela opulência dos anos áureos do chamado “ouro negro”. Sua arquitetura preserva o casario colonial, dos séculos XVIII e XIX, em ruas calçadas de pedra, igrejas e casarões antigos, reduto de parte importante da história nacional e que remonta ao período em que a produção e a exportação de cacau eram a atividade primordial da economia brasileira. Cenário de filmes, novelas e

¹¹ Disponível em: <http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-dende>. Acesso em 25/10/2011.

romances – grande parte da obra do escritor Jorge Amado, traduzida em diversos países, é ambientada em Ilhéus, principal cidade da Costa –, a região, além de reduto histórico, é destino certo para quem procura diversão e contato direto com a natureza.

Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca oferecem opções variadas aos visitantes. A abundância de praias inclui desde picos para a prática de surfe e pontos de pesca – em especial do robalo, em Canavieiras – a águas calmas e verdadeiros paraísos desertos. Cachoeiras radicais – como a do Cleandro, em Itacaré –, rios e corredeiras são um convite à prática de esportes de adrenalina e aventura, como rafting, rapel e canoagem” (BAHIA, 2011)¹².

Nesses dois grandes destinos, o turismo é exercido nos mais diversos segmentos. Ainda de acordo com a estruturação do turismo, realizada pelo Governo do Estado da Bahia, estão presentes, na região, usos turísticos que variam entre os segmentos a) sol e mar; b) náutico; c) pesca; d) ecoturismo; e) esporte e aventura; f) étnicos; e g) GLS.

Em toda a região, o segmento de sol e mar é o mais importante, em termos quantitativos. Conforme se pôde observar nas descrições oficiais do Governo, as costas do Dendê e do Cacau caracterizam-se por sua beleza natural, principalmente as belas praias. Nesse aspecto, o turismo de sol e mar não apenas é o mais fundamental, como também constitui uma das bases mais consistentes da economia local. Em torno dessa atividade, surgem inúmeras outras, a ela vinculadas, direta ou indiretamente, como, por exemplo, barracas de praia, restaurantes, hotéis, pousadas, campings, agências de turismo e passeios, entre outros serviços que compõem parte importante da economia local.

É possível dizer que, na região, o turismo de sol e mar se fundamenta em dois grandes grupos: o turismo de alto nível e o turismo de massa. O primeiro é conformado pelo turismo realizado pelos extratos mais ricos da população, provenientes da capital do Estado, de outros Estados brasileiros e de outros países. Esse tipo de turismo exige serviços mais qualificados, na maioria das vezes, desenvolvidos pelos grandes resorts, que proliferam por toda essa região.

Algumas localidades destacam-se pela atração desse tipo de turismo, tais como: Barra Grande (península do município de Maraú), Taipus de Fora (península do município de Maraú), Itacaré e Ilhéus, onde o porto de Malhado recebe um número expressivo de cruzeiros turísticos. Não obstante, esse turismo tem impacto, também, em outras localidades da região, principalmente a partir

¹² Disponível em: <http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-cacau>. Acesso em 25/10/2011.

dos passeios oferecidos pelas agências de turismo, assim como em áreas menos centrais, mas que são consumidas, a partir do estabelecimento de resorts, que, cada vez mais, contam com um sistema próprio de transporte e serviços, dependendo menos das localidades do entorno. É importante salientar que esse tipo de turismo chega por diversos modais de transporte. Muitos desses visitantes vêm por Salvador e chegam a lugares, como Morro de São Paulo, Boipeba e Barra Grande, através de transporte marítimo, que vem direto da capital ou partindo de Valença e Camamu, ou mesmo através de voos regulares, que ligam a capital a esses destinos. Outros visitantes chegam através do Aeroporto de Ilhéus e se dirigem para locais, como Itacaré e mesmo Barra Grande. Alguns, evidentemente, também utilizam o modal rodoviário, muitas vezes em complementação aos demais, além dos transatlânticos que aportam em Ilhéus.

No outro polo, está o turismo de massa, desenvolvido por um público mais heterogêneo, em termos econômicos e sociais. Nesse grupo, é possível falar de um turismo de classe média e em um turismo popular. O primeiro refere-se à atração de um contingente de visitantes das camadas médias, provenientes das principais cidades do Estado e mesmo de outros Estados. Esse tipo de turismo é representado por um movimento que ocorre principalmente na alta estação, dos meses de setembro a março (fundamentalmente até o fim do carnaval), quando as pessoas costumam visitar a região, nos finais de semana, feriados e férias. Os feriados mais importantes, como o réveillon, e os meses de janeiro e fevereiro atraem o maior volume de turistas para a região.

Já o turismo popular é desenvolvido basicamente pela população moradora do entorno dessa região litorânea, fundamentalmente proveniente de municípios do interior. A península de Maraú, por exemplo, funciona como um balneário dos municípios de Ubaitaba e Aurelino Leal, distantes cerca de 80 km das praias. Esse tipo de turismo volta-se principalmente para as praias menos elitizadas, onde os preços são mais acessíveis. Em Maraú, isso é representado pelas praias de Algodões e Saquaíra. Mais ao Sul, no município de Ilhéus, especialmente nas suas praias da área norte, é comum observar casas pertencentes a pessoas dos municípios de Jequié e Ipiáu, distantes cerca de 190 km.

O turismo de sol e mar atrai também o turismo náutico, uma vez que a região é entrecortada por inúmeros rios, conformando baías, estuários e inúmeras ilhas.

Devido à geografia local, os principais meios de transporte marítimo e fluvial são bastante utilizados para acesso a ilhas e demais localidades. A região da Costa do Dendê é conformada por diversos atracadouros, que são utilizados, tanto para fins turísticos, como para atividade pesqueira. Destacam-se os atracadouros das principais cidades, como o de Camamu e Maraú. No entanto, são também bastante importantes os atracadouros das principais ilhas e das localidades que dão acesso, mais fácil e rápido, a algumas delas. Destacam-se os atracadouros de Graciosa (Taperoá), Torrinhas (Cairu), que dão acesso às vilas de Morro de São Paulo, Boipeba e Moreré, e o atracadouro de Camamu, que dá acesso a toda a baía homônima, especialmente à vila de Barra Grande, no município de Cairu. A região da Costa do Cacau, por sua vez, já possui acessos por via terrestre, bastante potencializado pela inauguração da ligação Camamu-Itacaré, a BA-001, inaugurada no ano de 2009.

Está presente também, na região, um turismo de pesca que, no entanto, não parece estar muito bem mapeado e/ou não demonstra ser tão importante, com exceção do Pesqueiro Royal Charlotte, um banco de corais considerado um dos locais mais propícios para a pesca do mítico peixe marlin azul. Esse local, no entanto, localiza-se, mais ao sul, no município de Canavieiras, de modo que esse tipo de turismo não deve ser afetado pelo empreendimento.

O ecoturismo e o turismo de esporte e aventura vêm ganhando espaço na região, em função do ecossistema, extremamente diversificado, em relação à flora e à fauna, acidentes geográficos, trilhas e corredeiras. Destaca-se, na região, a prática de diversos esportes, como o rafting (Itacaré/Serra Grande), o voo livre (praticado em Serra Grande), o boia-cross (Itacaré), a canoagem (Baía de Camamu/Maraú) e o surf (Itacaré). Há ainda a presença do mergulho, que é bastante procurado devido às formações de corais na região. Nesse aspecto, as localidades de Três Coqueiros, próxima a Barra Grande e Taipus de Fora, conformam-se como os principais destinos.

A região, como um todo, é dotada de diversas belezas naturais e possui diversas Unidades de Conservação, que incluem as zonas marítimas, fluviais e estuarinas. Destacam-se a Baía de Camamu, a Costa de Itacaré/Serra Grande, a Lagoa Encantada e o rio Almada, além da Unidade de Conservação da Península de Maraú entre outras reservas particulares -RPPNs.

Registra-se, ainda, o turismo étnico, afro e indígena. Na região, como um todo, há diversos quilombos, especialmente em Itacaré, onde atualmente tem crescido esse tipo de turismo alternativo, diferente do turismo de massa, que valoriza o conhecimento dessa realidade tradicional. Nesse sentido, há rotas direcionadas ao interior dessa região, para que os turistas conheçam a vida dos pequenos agricultores e suas roças de dendê, piaçava, cacau, pimenta e guaraná. Há ainda uma valorização do turismo étnico-indígena, principalmente no distrito de Olivença, em Ilhéus, onde ainda há uma forte presença dos Tupinambás, cuja cultura tem importantes influências.

Por fim, é importante salientar que as principais aglomerações dessa extensa área, notoriamente Ilhéus e Itacaré, têm integrado uma das mais novas dinâmicas do mercado turístico, que é o turismo GLS ou “gay-friendly”.

As **Figura II.5.3-23** e **Figura II.5.3-24**, a seguir, demonstram as principais atividades turísticas da região e os diversos atrativos, como praias, rios, cachoeiras, entre outros. Neles, é possível observar a importância do turismo náutico, marítimo e ecoturístico.



Fonte: BAHIA, 2011. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-dende>. Acesso em: out. 2011.

Figura II.5.3-23- Mapa turístico Costa do Dendê.



Fonte: BAHIA, 2011. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-cacau>. Acesso em: out. 2011.

Figura II.5.3-24 - Mapa Turístico Costa do Cacaú.

A maior parte das atividades turísticas desenvolvidas na região tem correlação com o seu ambiente natural. No entanto, as diversas manifestações

culturais são também bastante importantes. Nesse sentido, a região possui uma enorme riqueza cultural, sendo marcada por manifestações religiosas, populares e folclóricas, para além da sua culinária, que associa as influências portuguesa, africana e indígena, sendo especialmente voltada para os frutos do mar.

É possível dizer que as manifestações culturais locais se vinculam a dois movimentos: um de manutenção de determinadas tradições – representadas por atividades folclóricas, como a capoeira, o maculelê, o bumba meu boi, o samba de roda, o terno de reis, e as festividades para os santos e padroeiros, sejam eles católicos ou africanos; e outro movimento, compreendido com um reflexo da globalização e da homogeneização cultural que vêm sendo realizadas com a ampliação do poder dos meios de comunicação de massa e o aumento do número de turistas na região que, embora em alguma medida, queiram conhecer e apreciar a cultura local, também trazem a sua influência, mais urbana e cosmopolita.

Essa cultura mais cosmopolita, por assim dizer, não se difunde, necessariamente, em detrimento da cultura popular/tradicional, ainda que isso também ocorra, mas pode ainda com ela dialogar na produção um novo cenário cultural, que envolve os dois elementos. Nesse aspecto, a cidade de Itacaré é um exemplo bastante ilustrativo, à medida que mantém alguma de suas características tradicionais, como a influência da cultura afro-brasileira, expressa em diversas manifestações culturais, ao mesmo tempo em que também sofre a influência de diversas outras culturas, que foram trazidas por turistas, especialmente aqueles que compraram propriedades e se estabeleceram na região.

Devido à localização do empreendimento, situado a uma grande distância da costa, e à localização da estrutura de apoio, em Ilhéus (Porto de Ilhéus), é possível inferir, num primeiro momento, que os segmentos turísticos passíveis de sofrer algum impacto direto das atividades desenvolvidas, nas Concessões BM-CAL-11/12 da Bacia de Camamu-Almada, seriam o náutico e o de pesca esportiva. Contudo, observa-se que as diversas atividades turísticas da região mantêm uma íntima correlação entre si e com outras atividades econômicas, como a pesca, as atividades extrativistas e a cultura local, de tal forma que as

interferências que venham a ocorrer num determinado setor seguramente irão resultar em alterações nos outros, de forma sistêmica.

1) Controle e Fiscalização Ambiental

Este item diz respeito aos órgãos e instituições públicas encarregadas pelo controle e fiscalização ambiental na Área de estudo das Concessões Exploratórias BM-CAL-11/12, de acordo com o previsto no Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/2011.

A Lei Federal nº 6.938, de agosto de 1981 estabelece as bases para a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e dispendo sobre a articulação e responsabilidade de seus órgãos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o tema ambiental como matéria constitucional e estabeleceu novos parâmetros para os entes federados, onde os municípios foram dotados de autonomia política, administrativa e financeira. Desde então os municípios começaram a instituir políticas municipais de meio ambiente, com o intuito de regulamentar as questões ambientais locais.

A seguir serão descritas as principais instituições atuantes na área de estudo.

Esfera Federal

Na esfera federal de poder são verificados os seguintes órgãos responsáveis pela fiscalização e pelo controle ambiental, sendo eles:

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Criado pela Lei nº 7.735, o IBAMA, entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização ambiental, em âmbito nacional. A fiscalização do IBAMA objetiva garantir que os recursos naturais do país sejam explorados racionalmente, de acordo com as normas e regulamentos estabelecidos para a sua sustentabilidade, visando assegurar um

meio ambiente ecologicamente equilibrado. No que tange à área de estudo o IBAMA atua através da Superintendência do IBAMA em Salvador – SUPES-BA.

ANP

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foi implantada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil.

Autarquia federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANP é responsável pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis, de acordo com a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997).

Cabe à ANP, de acordo com a Lei nº 9.478/1997 (Art. 8º, Inciso VII), conhecida como Lei do Petróleo, que instituiu a Agência, promover a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato. A fiscalização pode ser exercida diretamente pela ANP ou mediante convênios com órgãos dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Agência Nacional de Águas – ANA

Amparada pelo disposto na Lei nº 9.433/97, na Lei nº 9.984/00 e no Decreto nº 3.692/00, a ANA tem como atribuição fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União, conforme disposto na Constituição Federal.

A fiscalização se configura como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo uma atividade finalística da ANA. Pode ser definida como a atividade de controle e monitoramento dos usos dos recursos hídricos, voltada à garantia dos usos múltiplos da água. Tem caráter repressivo e preventivo, na medida em que deve fazer com que os usuários de recursos hídricos cumpram a legislação e, ao mesmo tempo, informar os usuários dos

preceitos legais e dos procedimentos para sua regularização. A regularização se dá por meio da declaração do uso que faz da água e obtenção da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, concedida pelo Poder Público federal ou estadual.

Esfera Estadual

Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) foi criado através da Lei nº 12.212 de 4 de maio de 2011, promovendo a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos, por meio da fusão do Instituto do Meio Ambiente – IMA- com o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGA -, ambos autarquias estaduais vinculadas à Secretaria de Meio Ambiente - SEMA.

O INEMA tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima.

Este órgão estadual atua na articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e com a sociedade civil organizada, a fim de dar mais agilidade e qualidade aos processos ambientais.

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos apresenta dois endereços principais, listadas abaixo, além do ambiente virtual através da sua página da internet, <http://www.inema.ba.gov.br>.

- Monte Serrat: Rua Rio São Francisco, 01 - Monte Serrat, CEP – 40.425-060, Salvador – Bahia – Brasil Telefone: (71) 3117-1400 Fax: (71) 3117-1200.
- Itagara: Av. ACM, nº 357 - Itagara - CEP 41.825-000 - Salvador – Bahia. Tel. (71) 3116-3200 Fax. (71) 3355-1400

Esfera Municipal

A Lei Federal nº 6.938, de agosto de 1981 estabelece as bases para a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e dispendo sobre a articulação e responsabilidade de seus órgãos nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. O SISNAMA define que os órgãos ou entidades locais responsáveis pelo controle e a fiscalização das atividades que potencialmente degradam o meio ambiente pertencem à esfera municipal.

A gestão ambiental dos municípios, em sua maioria, está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, a saber:

Secretaria de Meio Ambiente de Camamu

Endereço: Praça Doutor Pirajá da Silva, 275 Centro

Fone: (73) 3255-2105

Secretaria de Meio Ambiente de Maraú

Praça Siqueira Campos, S/Nº Centro.

Telefone: (73) 3258-2106 / pmmarau@hotmail.com

Secretaria de Meio Ambiente de Itacaré

Rua Ruy Barbosa, 11, Centro

Telefone: 73 3251-2134

Secretaria de Meio Ambiente de Uruçuca

Endereço: Rua Vital Soares, 100, Centro (73) 3239-2039

prefeituradeurucuca@bol.com.br

Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus

Secretaria fica localizada na sede da Maramata - Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata, no turno vespertino.



Esferas das Unidades de Conservação

Cada Unidade de Conservação possui seu comitê gestor, de caráter deliberativo, que participa das decisões e medidas relacionadas a elas, porém o que o comitê de uma unidade decide não entra em vigor nas demais, podendo servir apenas de base para possíveis medidas. Estes comitês são compostos pelo Poder Público e pela Sociedade Civil.

J) Instrumentos de Gestão Ambiental

Nos municípios que compõem a Área de Estudo das atividades do empreendimento existem inúmeros planos e programas governamentais, em andamento ou com implantação prevista para curto e médio prazo.

No Território de Identidade do Litoral Sul¹³, no qual estão inseridos os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, foi elaborado, recentemente¹⁴, para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, o Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PENAPES. Este Plano¹⁵ objetiva a construção de

“um suporte técnico para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico” (op. cit)

Até 2009, o INGA mantinha, na região da RDS 05, pontos de monitoramento da qualidade das águas das bacias hidrográficas dos rios de Contas, Cachoeira, Almada, Colônia e Una. Com a recente reestruturação da estrutura de fiscalização e controle ambiental, as atribuições do INGA - Instituto de Gestão das Águas e Clima passou para o novo sistema composto pelo INEMA- Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

¹³ Considerou-se, na elaboração deste estudo, 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O território de Identidade do Litoral Sul integra a RDS 05 e o Baixo Sul, onde se situam os municípios de Maraú e Valença, a RDS 06.

¹⁴ Julho de 2010.

¹⁵ GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PENAPES, Primeiro Bloco, TOMO II – Diagnósticos e Levantamentos, V. 6 – RDS 04 – Litoral Sul, julho de 2010.

Nos municípios da área de estudo estão inseridas 43 unidades de conservação, sob administração da esfera Estadual, Federal e particulares (Reservas particulares de Proteção Natural - RPPN), como detalhado no item II.5.2 deste EIA.

Nos municípios, o Plano Diretor é um instrumento fundamental para a gestão ambiental e obrigatório para as cidades com população superior a 20 mil habitantes ou que apresentem especial interesse turístico, conforme estabelece o Estatuto das Cidades. Na área de estudo, apenas Itacaré, Ilhéus e Valença possuem populações que se enquadram neste patamar. A sede do Distrito de Serra Grande pode ser considerada como de especial interesse turístico, assim como a sede e outros destinos turísticos da península de Maraú.

Na área de estudo, já contam com Plano Diretor aprovado as cidades de Ilhéus, Valença e o Distrito de Serra Grande, que pertence ao município de Uruçuca. Itacaré e Uruçuca estavam com planos em elaboração e discussão pública, com previsão de aprovação ainda para este ano.

Ilhéus possui uma Secretaria Municipal específica para o Meio Ambiente, um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de 2006, e uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1991.

Itacaré conta com Secretaria de Meio Ambiente, vinculada à Secretaria de Agricultura e Turismo. Seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano estava em fase de discussão pública, a sede conta com um instrumento de zoneamento urbano, para regulamentar as construções, mas cuja aplicação não é rigorosa.

Uruçuca possui uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1980, para a sede municipal, e um Plano Diretor Urbano para o Distrito de Serra Grande, que estabelece um rigoroso zoneamento para uso e ocupação do Solo. Este Plano Diretor está sendo atualizado. A Lei de Ordenamento estava em desuso e está em fase final de elaboração um Plano Diretor para a sede municipal.



K) Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico

As comunidades dos municípios da Área de Estudo desenvolvem diversas atividades agropecuárias, dentre as quais se destacam, além do cacau e da criação de gado de corte, culturas como banana, café, mandioca, dendê e coco.

Nas lavouras permanentes, **Quadro II.5.3-33**, no ano de 2009, o município de Camamu contabilizou mais de 95% de todo dendê produzido na área. Além dessa lavoura, Camamu se destaca também na produção de palmito, sendo responsável por 95% da produção. Valença apresenta outro destaque, dentre suas lavouras, o coco-da-baía, cultura que atinge quase 50% da produção total da região.

Quadro II.5.3-33- Quantidade produzida pelas lavouras permanentes por Unidades da Federação e Municípios da área de estudo, 2009.

Unidade da Federação e Município	Lavoura permanente						
	Banana (Ton)	Borracha (Ton)	Cacau (Ton)	Café (Ton)	Coco-da-baía (Mil frutos)	Dendê (Ton)	Palmito (Ton)
Bahia	1.015.505	28.818	137.929	176.851	467.080	205.553	21.563
Camamu	13.600	3.370	2.588	216	5.055	29.960	4.720
Ilhéus	6.080	1.700	9.698	375	5.600	160	-
Itacaré	9.500	112	3.115	40	2.100	90	-
Maraú	12.600	980	2.362	100	6.000	764	-
Uruçuca	1.260	208	2.505	-	1.200	66	-

Fonte: IBGE/PAM (2009).

No que diz respeito às lavouras temporárias (**Quadro II.5.3-34**), o destaque fica por conta da quantidade de mandioca produzida na região.

Quadro II.5.3-34- Quantidade produzida pelas lavouras temporárias, por Unidade da Federação e Municípios, 2009.

Unidade da Federação e Município	Lavouras temporárias			
	Abacaxi (Mil frutos)	Cana-de-açúcar (Ton)	Mandioca (Ton)	Milho (Ton)
Bahia	121.127	4.630.196	3.437.100	2.157.719
Camamu	400	1.000	21.560	157
Ilhéus	315	-	7.020	15
Itacaré	300	-	2.160	12
Maraú	200	600	3.960	-
Uruçuca	130	400	2.700	5

Fonte: IBGE/PAM (2009).

Na Área de Estudo a pesca artesanal é uma das atividades de maior importância social e econômica, pois emprega e beneficia uma ampla parcela da população de baixa renda.

A atividade de extração de marisco (mariscagem) também é intensa em toda a região, e responsável pelo sustento de grande parte da população das pequenas comunidades ribeirinhas, envolvendo um contingente populacional significativo. Contudo, sua natureza artesanal e a forma como o produto é comercializado não permitem um levantamento preciso da quantidade de mariscos obtida ou comercializada, mas o contingente de pessoas dedicadas à atividade evidencia sua relevância social.

A atividade pesqueira é estruturada nas três esferas de governo e regulada por legislação específica. O órgão da administração federal responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola é o Ministério da Pesca e Aquicultura. Este ministério também responde por licenciamentos, organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, que cadastra pescadores artesanais ou profissionais e exerce fiscalização. Na esfera Estadual, a atividade pesqueira é acompanhada por empresas como a Bahia Pesca, criada em 1982, para “fomentar a aquicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia”¹⁶. A Bahia Pesca vem atuando na atração de investimentos, na criação de pólos produtores e no fortalecimento das cadeias produtivas.

No nível municipal, o acompanhamento das atividades pesqueiras é executado pelas secretarias de pesca dos municípios. Contudo, nem todos os municípios possuem secretarias exclusivas para a regulação dessa atividade.

Uma análise detalhada da atividade Pesqueira será objeto do **Item M** deste relatório.

L) Qualidade da Paisagem Natural

O uso do termo paisagem, pelo senso comum, possui sentido estético, visual, de aparência, denotando uma combinação de objetos visíveis pelo homem por

¹⁶ Disponível em: <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/bahia-pesca>. Acesso em: out. 2011.

meio de seus filtros, humores e finalidades e geralmente está associado a combinações harmônicas no espaço. Em dicionários da língua portuguesa, este termo é definido com referência à área abrangida pelo lance de vista.

Para a ciência a definição do termo é permeada por discussões teóricas, que perpassam elementos físicos, bióticos e antrópicos, analisados ou não em conjunto, visando o entendimento de um determinado sistema em busca do entendimento dos mais diversos objetivos.

Humboldt, geo-botânico, foi o primeiro cientista a teorizar a respeito do termo paisagem em trabalhos científicos em sua obra Viagem às Regiões Equinociais, no século XIX, (CHRISTOFOLETTI, 1999; METZGER, 2008).

Em 1938, o termo “LANDSCHAFTSOEKOLOGIE” passa a ser utilizado pelo geógrafo alemão Carl Troll em seus estudos. Este termo significa Ecologia da Paisagem, e foi empregado na tentativa de unir a Geografia (Paisagem) e a Biologia (Ecossistema) para incluir o homem na análise espacial sob a perspectiva de que paisagem não se restringe ao natural, mas ao que compõe o ambiente analisado. Esta linha teórica parte do princípio de que aspectos culturais e sócio-econômicos constituem elementos relevantes na dinâmica da paisagem.

Dessa maneira, Troll visualizava a aplicação da Ecologia da Paisagem aos propósitos humanos, tais como o planejamento regional, ordenamento urbano e ao desenvolvimento das terras. Portanto, a Ecologia da Paisagem objetiva o estudo das inter-relações entre os indivíduos em uma determinada porção espacial, buscando compreender a troca de matéria e energia entre a biosfera e a antroposfera, e a relação entre ambas e os componentes abióticos.

A base teórica fornecida por Troll passou por adaptações na medida em que diversas ciências a incorporavam às suas pesquisas, para obter respostas mais adequadas aos seus anseios.

Na ciência ecológica, os estudos se direcionaram, segundo Metzger (2008), à importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos, bem como à importância destas relações em termos de conservação biológica. Nesta perspectiva, o foco são os seres vivos, que estão inseridos no espaço geográfico restrito aos processos desempenhados por eles, a paisagem, como, por exemplo, ecossistemas ripários, ecossistemas lacustres e ecossistemas fluviais.

Para Christofolletti (1999), a abordagem ecossistêmica, feita pela Ecologia, apresenta sintonização holística, pois salienta como relevância maior interação entre os componentes em vez do tratamento direcionado para cada aspecto característico individualizado. Outra característica fundamental corresponde ao fato de que são entidades que devem corresponder a unidades discerníveis na superfície terrestre, que devem ser identificadas e circunscritas pelas suas fronteiras.

Na perspectiva geográfica, o foco é o homem, que exerce grande influência sobre a configuração e a dinâmica da paisagem (METZGER, 2008). A atuação desse agente é bem ampla, sem fronteiras bem definidas, o que torna a análise extremamente complexa. Sendo assim, o estudo da Ecologia da Paisagem, sob enfoque geográfico, corresponde à análise dos sistemas ambientais para as sociedades humanas, sendo constituídos pelos elementos físicos e biológicos da natureza, tendo sua análise voltada para a sociedade (CHRISTOFOLETTI, 1999).

Diferentes nos seus objetivos de estudos, a ciência ecológica e a ciência geográfica tem como ponto em comum compreender a paisagem natural como o resultado de uma complexa e dinâmica relação entre os elementos que o compõem, ou seja, dentro de uma perspectiva integradora e/ou holística, como afirma Ab'Saber:

"[...] A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades [...]. As paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente [...]" (AB'SABER, 2003).

Nos estudos direcionados para a área de estudo, dentro da perspectiva da Ecologia da Paisagem, a denominação da categoria analítica para a análise da Qualidade da Paisagem Natural, será a de Sistema Ambiental, que, segundo Christofolletti (1999), "representam entidades organizadas na superfície terrestre, de modo que a espacialidade se torna uma de suas características inerentes". Esta classificação segue a padronização das Formações Geomórficas definidas pela SEI (2011). Cada Sistema Ambiental, ainda, foi subdividido em Unidades de Paisagem, definidos de acordo com peculiaridades locais.

De acordo com Nascimento *et al* (2004/2005), Unidades de Paisagem constituem o agrupamento de um conjunto de dados ecológicos relativamente

estáveis e homogêneos, que são resultantes de dinâmicas singulares e permitem que a combinação de suas variáveis formem níveis de interdependência próprios à elas.

Para este estudo a correlação realizada para divisão das Unidades de Paisagem considerou os aspectos físicos e sócio-econômicos e partem do pressuposto de que “a subdivisão dos geossistemas possibilita estudar unidades de paisagens classificando-as e correlacionando-as ao potencial de uso e à interferência social do ambiente” (NASCIMENTO *et al*, 2004/2005)

O objetivo da segmentação da área de estudo foi estudar cada unidade para que, a partir do entendimento da sua dinâmica, fosse possível avaliar a qualidade da paisagem natural, bem como sua importância para o desenvolvimento local, regional e nacional.

De acordo com as teorias referidas, foram contemplados 02 Sistemas Naturais, subdivididos em 13 Unidades de Paisagem, onde os primeiros foram definidos pela classificação da SEI (2011) e os últimos por análise direta em imagem de satélite da área. Esta delimitação teve como critérios características Cobertura Vegetal/Usos do Solo e tipo de Ecossistema Litorâneo dentro de cada Sistema Natural. O critério Cobertura Vegetal/Usos do Solo sintetiza o clima, a pedologia e a geomorfologia, onde esta última representa a relação entre o clima e o embasamento rochoso. Segundo Ross:

“[...] as formas diferenciais do relevo decorrem, portanto, da atuação simultânea, porém, desigual das atividades climáticas, de um lado, e da estrutura da litosfera de outro, bem como a clareza de que tanto o clima quanto a estrutura não se comportam sempre iguais.” (ROSS, 2006, p. 355)

Já os Ecossistemas Litorâneos foram incluídos na divisão das Unidades de Paisagem por constituírem Componentes de Valor Ambiental - CVAs, por tanto, significativos na análise da qualidade da paisagem, bem como por sua importância para a população em termos econômicos e culturais.

Esta categorização é abrangente e responde tanto aos estudos dentro da abordagem ecológica como da abordagem geográfica. O **Quadro II.5.3-35** a seguir esquematiza as referidas porções espaciais analíticas, levando em consideração a área avaliada, a saber, municípios de Camamu, Marauá, Itacaré, Uruçuca e Ilhéus.

Quadro II.5.3-35- Sistemas Naturais e Unidades de Paisagem por município.

Município	Sistemas Naturais	Unidade de Paisagem
Camamu	Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	Ambiente Estuarino com Manguezal
		Ambiente Estuarino com Manguezal Antropizado
		Ambiente Estuarino Urbanizado
		Vegetação
		Vegetação Antropizada
Ilhéus	Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	Ambiente Estuarino com Manguezal
		Ambiente Estuarino Urbanizado
		Vegetação
		Vegetação Antropizada
		Praia Arenosa Urbanizada
	Domínio de Mares de Morros e Tabuleiros Costeiros	Vegetação
		Vegetação Antropizada
Itacaré	Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	Vegetação
		Vegetação Antropizada
		Praia Arenosa com Vegetação Antropizada
	Domínio de Mares de Morros e Tabuleiros Costeiros	Vegetação
		Vegetação Antropizada (presença significativa de CR)
		Praia Arenosa com Vegetação Antropizada
Maraú	Planícies Marinhas e Fluvio-marinhas	Praia Arenosa Vegetada
		Praia Arenosa Urbanizada
		Praia Arenosa Vegetada com Corais/Recifes
		Ambiente Estuarino com Manguezal
		Ambiente Estuarino com Manguezal Antropizado
		Ambiente Estuarino Urbanizado
		Vegetação
		Vegetação Antropizada
Uruçuca	Domínio de Mares de Morros e Tabuleiros Costeiros	Vegetação
		Vegetação Antropizada

A ocupação do Sul da Bahia se iniciou por volta do séc. XVI. Deste então a paisagem natural da área está sofrendo alterações, que acompanham as transformações econômicas e sociais ocorridas desde o mesmo período. Estas modificações se referem principalmente à extração do pau-brasil, e à agropecuária que tomou as áreas onde foi retirada a cobertura vegetal devido a aquela prática (CAR, 1995). No final do séc. XVIII, de acordo com Leite *et al*

(1976 *apud* CAR, 1995), se iniciaram os cultivos de algodão, café e cacau na região, esta última significativa até os dias atuais.

Já no séc. XIX houve incremento no adensamento das cidades litorâneas baianas, movimento seguido pelos municípios da área de estudo (ANDRADE, 1996). É, também, neste século que a atividade cacauzeira se consolida no estado.

No sec XX, há a expansão pecuária na região, que passa a coexistir nas unidades rurais de produção com a cacauicultura (LEITE *et al* 1976 *apud* CAR, 1995). A partir dos anos de 1960, com a construção do Porto do Malhado, em Ilhéus, e com a ampliação da malha rodoviária, que permitiu, através da BA-001, a ligação entre Ilhéus e Canavieiras, a Sul, e Itacaré, a Norte, foi dado início à modificação dos ecossistemas litorâneos, que passam a sofrer maior intervenção humana direta e indireta, com alterações estruturais e em seus processos, modificando a dinâmica ecológica dos mesmos (ANDRADE, 1996).

Na década de 80 do séc. XX o cultivo do cacau entra em decadência, quando a pecuária passa a prevalecer e outros cultivos são contemplados. Além destas atividades há extração de madeira nativa.

Atualmente os municípios estudados voltam parte de sua economia para o turismo e para a pesca, artesanal ou esportiva, que causam menos prejuízos à qualidade da paisagem, porém não abandonam as atividades agrícola e pecuária, esta última feita em campos abertos, em meio às plantações ou ao longo de áreas vegetadas.

Com todas as modificações brevemente relatadas é possível ter dimensão de como os diversos ciclos econômicos vividos pela região Sul da Bahia alteraram a paisagem local, particularmente o litoral dos municípios englobados na área de estudo. Estas mudanças se intensificaram nos últimos 50 anos devido ao significativo desenvolvimento vivido pelos mesmos, principalmente no quesito urbanização, que tem efeitos devastadores sobre a paisagem, no sentido tanto das formas, quanto da qualidade.

Para especificar de maneira adequada à escala do estudo segue a caracterização da qualidade ambiental dos Sistemas Naturais através das Unidades de Paisagem constituintes. Vale ressaltar que o estudo foi feito em uma faixa de, aproximadamente 10 km costa a dentro, pois esta foi a área considerada significativa para a análise da Qualidade da Paisagem Natural para a região em

questão, uma vez que o empreendimento tem sua localização no mar, após a quebra da plataforma.

O uso do termo qualidade neste estudo refere-se ao estágio de preservação, conservação e manutenção da paisagem natural, evidenciando as modificações ocorridas nesses espaços.

Sistemas ambientais pré-litorâneos

Os Sistemas Ambientais Pré-Litorâneos correspondem à transição ecológica, entre o litoral e o interior. Caracterizado por um clima tropical úmido passando a subúmido, com índices pluviométricos em torno de 1.600 mm anuais e temperaturas médias anuais de 24,5° C.

As feições morfológicas que compõem a paisagem natural dessa faixa são os Domínios de Mares de Morros, Tabuleiros e os Patamares Orientais, sendo que este último não será contemplado, pois este não ocorre na área de estudo.

Domínios de mares de morros e os tabuleiros costeiros

Segundo a SEI (2011), tomado seu conjunto, os Domínios de Mares de Morros e os Tabuleiros Costeiros ocupam uma superfície que compreende na Área de Estudo os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus. Correspondendo a uma área de morros com vertentes convexas modeladas em rochas cristalinas antigas e de feições tabulares, cuja origem está ligada à estrutura de camadas sedimentares terciárias que recobrem aquelas rochas. A diversidade de paisagens é devido à interação de fatores litoestruturais e morfoclimáticos, modificados pela ação humana.

Essa região se caracteriza pelo desenvolvimento das atividades agrícolas diversas, como: o extrativismo vegetal, a agricultura comercial (cultivo de cacau, mandioca, dendê, banana, seringueira, dentre outros). As transformações ambientais propiciadas por essas atividades se devem, predominantemente, à intensificação do desmatamento, com a retirada da cobertura vegetal original, no caso áreas de Mata Atlântica. Essa formação florestal caracteriza-se por espécies

densas e bastante diversificadas, que contribui para a preservação dos sistemas ambientais da região, inclusive os costeiros.

A substituição dessa cobertura vegetal, por culturas agrícolas favorece ao aumento do desequilíbrio do ambiente natural, com aceleração dos processos erosivos, que por sua vez, compacta o solo, levando-o a uma degradação. O assoreamento dos rios também decorre das formas predatórias de utilização dos recursos naturais e acarretam danos aos ecossistemas litorâneos e marinhos, o que, por sua vez, causa prejuízo, principalmente, à população local, devido às interferências na atividade pesqueira na mariscagem, além de prejudicar a atividade turística, que depende da beleza natural.

As Unidades de Paisagem, associadas a este Sistema Ambiental na Área de estudo, bem como sua qualidade natural, são:

- **Vegetação:** constitui uma unidade que mantém as características da vegetação local sem alteração antrópica significativa. Esta unidade ocorre nos municípios de Itacaré e Uruçuca. A Qualidade da Paisagem Natural nesta Unidade de Paisagem é caracterizada pela manutenção das características originais da cobertura vegetal ou estágio avançado de regeneração, com as características naturais mantidas.
- **Vegetação Antropizada:** se caracteriza pela interferência significativa do homem na Paisagem Natural, comprometendo a sua qualidade. Nela ocorrem áreas de pastagem em meio à vegetação ou em pastos, além da substituição total ou parcial da cobertura vegetal nativa por agricultura. As referidas modificações alteram tanto as características visuais como a dinâmica ambiental local. Esta Unidade de Paisagem ocorre nos municípios de Itacaré e Uruçuca.
- **Praias Arenosas com Vegetação Antropizada:** esta unidade possui vegetação modificada pela ação dos agentes antrópicos na Paisagem Natural, porém elas não descaracterizam totalmente a área onde foram realizadas. Pesa a favor do decréscimo da Qualidade da Paisagem Natural a degradação das praias arenosas que, além de constituírem importantes ecossistemas, têm valor para as comunidades

estabelecidas próximas a ela, por fazerem parte de suas tradições e de seu sustento através da atividade turística e da pesca, principalmente.

Sistema ambiental litorâneo

Sistemas Ambientais Litorâneos estão inseridos em clima tropical úmido, com ocorrência de chuvas todos os meses do ano devido à influência do sistema meteorológico Polar Atlântico, originado nas altas latitudes do hemisfério sul. As temperaturas médias anuais são em torno de 24,5° C (SEI, 1999).

Situado em extensão territorial de aproximadamente 300 km, esses sistemas compreendem os terrenos sedimentares com altimetria variável de 2 a 100 metros, com paisagens naturais de significativa beleza e complexidade ambiental.

Em decorrência de um conjunto de fatores naturais como as variações climáticas, a influência da tectônica e o processo de erosão e sedimentação possibilitam condições ecológicas essenciais para a formação de uma diversidade de paisagens naturais, sendo possível defini-las, como áreas de: Planícies Marinhas e as Planícies Flúvio-Marinhas.

As planícies marinhas e flúvio-marinhas

Planícies Marinhas são ambientes naturais formados por praias, cordões litorâneos, restingas e terraços arenosos, ambientes construídos pela acumulação sucessiva de sedimentos inconsolidados, cortados por canais e retrabalhados pelos mecanismos das marés. Essas formas são colonizadas por Formações Pioneiras com espécies rasteiras e arbóreo-arbustivas de restingas típicas de áreas halófitas e de terrenos inundados (SEI 2011).

As praias constituem um dos ambientes mais comuns desse Sistema Natural, sendo locais de grande atrativo para o desenvolvimento da atividade turística. Este ecossistema litorâneo tem sido descaracterizado, em decorrência do processo de uso e ocupação promovidos pela especulação imobiliária, pela ocupação desordenada, pela extração da areia das praias, e o crescimento rápido

do turismo em áreas sem infra-estrutura básica, o que vem contribuindo para um relevante decréscimo da Qualidade da Paisagem Natural na área de estudo.

O problema ambiental bastante comum é a poluição por resíduos sólidos industriais e domésticos, assim como por efluentes líquidos, que são lançados diretamente no mar e rios, tanto pela população local, como pelas embarcações que transitam nas praias e rios.

De maneira geral, esses impactos ambientais repercutem no comprometimento da balneabilidade das praias, possibilitando um sério problema de saúde pública, econômico e de degradação ambiental.

Com relação às Planícies Flúvio-Marinhas, a SEI (2011) afirma que nesses ambientes naturais estão inseridos os manguezais e lagunas que testemunham a evolução dos baixos cursos dos canais fluviais instalados em sedimentos inconsolidados, constituindo terrenos lamosos e areno-silto-argilosos, interpostos entre as formações marinhas e as continentais, ao longo de todo litoral.

Os manguezais são sistemas naturais formados por uma associação especial de animais e plantas que vivem na faixa entre marés das zonas costeiras baixas, ao longo do estuário, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas. Sistema natural típico de áreas de transição entre ambientes terrestre e marinho (MACHADO, 2007).

As comunidades próximas aos manguezais possuem uma relação tradicional com os mesmos, de onde retiram alimentos. Em geral essas comunidades são dependentes da existência do referido ecossistema e dos ciclos biológicos associados para sua sobrevivência. Pescadores e marisqueiras, por exemplo, retiram grande parte dos alimentos para suas famílias, dos manguezais.

Destaca-se nos manguezais da Bahia, especialmente na região sul, espécies como o Guaiamum, e outras tantas espécies de caranguejo, siri, bem como moluscos, como a lambreta, o sururu, que normalmente estão associadas ao mangue.

Outras espécies freqüentam ainda os manguezais para alimentação, sendo também representativas na produção de alimentos para as comunidades costeiras, como é o caso de algumas espécies de peixes, como a caranha, o robalo, o baiacu (“come lambreta”), o carapitanga, o caramuru (“se alimenta de caranguejo mole”), a carapeba e a tainha.

Os ambientes de manguezais vêm passando por transformações ambientais significativas e preocupantes, pois a degradação desses ambientes, que são por natureza berçários de várias espécies animais e vegetais, compromete a preservação e manutenção dessas espécies, além de afetar a fonte de renda e sobrevivência das comunidades pesqueiras da região.

Os problemas ambientais nesses ambientes se devem a vários fatores, como: a especulação imobiliária e a ocupação desordenada, impactos provocados por aterramentos, levando os manguezais a perdas territoriais; a expansão das fazendas para a exploração de camarões e o desmatamento para o uso da lenha.

Nesse processo de degradação ambiental dos manguezais existem outros elementos provedores de impactos, como esgotos industriais e domésticos, e impactos decorrentes das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na Plataforma Continental desta região.

As unidades de Paisagem contempladas por este Sistema Natural são:

- Ambientes Estuarinos com Manguezal: constituem áreas onde ocorrem Ecossistemas de Manguezal, cujas características naturais não se encontram significativamente alteradas pela ação antrópica, tendo sua Qualidade da Paisagem Natural pouco alterada. Esta Unidade de Paisagem ocorre em Camamu, Ilhéus e Marajú.
- Ambientes Estuarinos com Manguezal Antropizado: Nestas unidades a Qualidade da Paisagem Natural se caracteriza pela alteração parcial ou total da vegetação e dinâmica ambiental, devido à significativa intervenção do homem no sistema, comprometendo suas características naturais. O processo de antropização nesta unidade se torna comprometedor para a população local devido à importância do ecossistema em questão para a manutenção da vida marinha, sobretudo do pescado e dos mariscos, de que depende a mesma. São parte desta Unidade de Paisagem os municípios de Marajú e Camamu.
- Ambiente Estuarino Urbanizado: é nestas unidades que a Qualidade da Paisagem Natural, para os ambientes estuarinos, está mais comprometida, uma vez que há substituição quase total das

características naturais por células de urbanização, onde há pouca ou nenhuma vegetação, podendo a mesma não conter exemplares nativos. Elas ocorrem em Camamu, Ilhéus e Maraú.

- **Praias Arenosas Vegetadas:** constituem aquelas unidades em que a fisionomia natural da paisagem, normalmente com vegetação de Restinga ou Apicum, se mantém pouco ou não alterada pela ação do homem. Nelas a Qualidade da Paisagem Natural é significativa devido à proximidade com o estado original da paisagem. Este modelo de Unidade de Paisagem ocorre associada a formações de Corais/Recifes, o que torna ainda mais importante a manutenção da Qualidade da Paisagem Natural em níveis adequados, como é o caso desta unidade. Vale ressaltar que, particularmente, em Maraú este modelo ocorre em suas duas variações, com e sem formações de Corais/Recifes.
- **Praias Arenosas com Vegetação Antropizada:** estas unidades seguem a mesma configuração e possuem a mesma Qualidade da Paisagem natural estabelecidas pela unidade homônima descritas para os Sistemas Naturais Pré-Litorâneos, porém contempla o município de Itacaré. Vale ressaltar a ocorrência de áreas com Costões Rochosos neste município.
- **Praias Arenosas Urbanizadas:** são as unidades onde a condição natural da paisagem foi total mente substituída pela condição antropizada da mesma e cuja Qualidade da Paisagem Natural se caracteriza pelo comprometimento da condição natural devido ao uso feito do ambiente, fator modificador da dinâmica natural e, por tanto de suas feições. A Paisagem Natural, portanto, se encontra totalmente alterada. Nesta Unidade de Paisagem se inserem os municípios de Ilhéus e Maraú. Este último possui o agravante da associação entre Praias Arenosas e formações de Corais/Recifes.
- **Vegetação:** as unidades deste modelo seguem a mesma configuração e possuem a mesma característica da Qualidade da Paisagem Natural aferida para a unidade homônima descrita para os Sistemas Naturais

Pré-Litorâneos, porém contempla os municípios de Camamu, Ilhéus, Itacaré e Marau.

- Vegetação Antropizada: as características da Qualidade da Paisagem Natural definidas para esta Unidade de Paisagem seguem as mesmas atribuições conferidas ao modelo de mesmo nome para os Sistemas Naturais Pré-Litorâneos, porém contempla os municípios de Marau, Itacaré, Ilhéus e Camamu.

Conforme a caracterização da qualidade da Paisagem Natural apresentada, pode-se concluir que a área em estudo constitui um grande mosaico de características naturais, tanto por suas atribuições inatas quanto pelos diversos usos pretéritos e atuais.



M) Caracterização da Atividade Pesca

A atividade pesqueira marítima no litoral baiano apresenta características típicas das pescarias de regiões tropicais: explora recursos multiespecíficos distribuídos em uma considerável diversidade de ambientes estuarinos e marinhos. Na área de estudo, a plataforma continental entre o município de Camamu e o município de Ilhéus apresenta-se muito estreita. Na porção norte da área, as maiores larguras da plataforma são encontradas em frente à Baía de Camamu, porém não excede os 30 km de largura. O ponto mais estreito está localizado na região de Itacaré, com cerca de 10 km, aumentando progressivamente no sentido de Olivença, onde esta largura situa-se em torno de 18 km.

As pescarias neste trecho da linha de costa ocorrem associadas a diferentes tipos de feições sedimentares que compõem o fundo submarino. A presença de desembocaduras de rios entre os municípios da área de estudo favorece a ocorrência de fundos lamosos e areno-lamosos na porção mais interna da plataforma. Estes fundos compostos principalmente por sedimento de origem terrígena sustentam uma frota numerosa que realiza a pesca de “arrasto de fundo”, direcionada para a captura do camarão. Em algumas regiões, quando associados a desembocaduras de rios maiores como os Rios de Contas, Almada e Cachoeira, estes fundos “arrastáveis” podem se estender até a isóbata de 50m.

Nas porções média e externa da plataforma predominam fácies de areia e cascalho de origem biogênica, intercalados por substratos consolidados, bancos de algas calcárias, canais e ravinas. Estas feições sustentam uma pescaria tradicional, onde são utilizados como petrecho principal anzóis e linha de mão, empregados na captura de espécies de peixes demersais recifais que apresentam um maior valor comercial (MARTINS, *et al.*, 2006).

Devido à pequena largura da plataforma na área de estudo, o esforço de pesca tende a se concentrar em zonas de pesca e pesqueiros compartilhados por frotas artesanais de diferentes comunidades, dedicadas às pescarias tradicionais de subsistência ou para fins comerciais (CEPENE, 2006; OLAVO *et al.*, 2005).

Pesca industrial e empresarial

Em relação à pesca industrial e empresarial, não foi registrada nenhuma frota ou embarcação específica sediada nos municípios baianos da área de estudo. Embarcações dedicadas à pesca oceânica, que atuam ao largo da região de Ilhéus e adjacências, pertencem principalmente à frota espinheleira dedicada à pesca de grandes peixes pelágicos (meca, agulhões, dourados, atuns e afins), sediada em Itaipava, porto da região sul do estado do Espírito Santo. São embarcações de maior porte e grande autonomia, que podem realizar pescarias durante períodos prolongados, em viagens de pesca que podem durar semanas no mar (MARTINS *et al.*, 2006).

Segundo dados coletados em campo, estas embarcações atuam a uma distância da costa que varia entre 25 a 45 milhas náuticas e não se sobrepõem as áreas costeiras de pesca tradicionalmente utilizadas pela frota regional. Portanto, apresentam grande mobilidade e autonomia para explorar áreas de pesca alternativas à área do empreendimento durante o período da atividade de perfuração, mesmo as embarcações classificadas como de pequena escala da frota de Itaipava. Segundo Martins e Doxey (2006), embarcações dessa frota tem expandido sua área de atuação para o nordeste e norte do país, havendo registros de pescarias realizadas até o estado do Pará. Informações coletadas junto à fiscalização do IBAMA em Ilhéus, durante o levantamento de campo realizado em 2011, apontam para uma atividade de pesca oceânica que pouco se aproxima da costa. Estas embarcações já foram abordadas pelo IBAMA até cerca de 50MN de distância da costa, ao largo da área de estudo. Ainda segundo a fiscalização do IBAMA, a frequência destas embarcações nas proximidades da costa é quase inexistente.

Já não operam mais na área de estudo as lanchas industriais sediadas em Ilhéus (classificadas como LIN pelo IBAMA, 1998), pertencentes a empresas dedicadas à exploração da lagosta no sul da Bahia e na região dos bancos de Abrolhos e Royal Charlotte. Da mesma forma, já não são vistas com a frequência observada entre 2000-2005 (IBAMA, 2006), as embarcações lagosteiras sediadas em outros estados do Nordeste, sobretudo da Paraíba e Ceará, que realizavam a pesca direcionada para lagostas utilizando redes e manzuás. Segundo o IBAMA,

isso se deve a baixa produtividade atual destes recursos, decorrente da sobrepesca na região.

Pesca artesanal e de subsistência

Utilizando a classificação da pesca marítima no Brasil segundo sua finalidade ou categoria econômica (GEO Brasil, 2002), pode-se constatar que no litoral baiano a atividade pesqueira podem ser incluídas em duas categorias: a pesca de subsistência, exercida com o objetivo de obtenção do alimento, não tendo finalidade comercial; e a pesca artesanal (ou de pequena escala) que contempla tanto as capturas com o objetivo comercial, associada à obtenção de alimento para as famílias dos participantes, como o da pesca com o objetivo essencialmente comercial.

A atividade pesqueira estabelecida nos municípios da área de estudo será caracterizada neste EIA considerando:

- (i) As características das frotas sediadas em cada município;
- (ii) Os tipos de pescarias desenvolvidas na área;
- (iii) As características socioeconômicas e culturais das comunidades pesqueiras;
- (iv) Principais áreas de pesca.

Esta caracterização baseia-se nos dados e informações dos relatórios e publicações disponíveis do Programa ESTATPESCA (IBAMA 2002, 2003, 2005 e 2006); do Programa REVIZEEE/Score Central (COSTA *et al.* 2005; MARTINS *et al.* 2006); do Relatório Executivo Nacional do Programa REVIZEE (MMA 2006); e do Relatório de Controle Ambiental da Atividade de Perfuração dos Blocos da Bacia Camamu-Almada (OLAVO, 2002).

A informação secundária e os dados pretéritos foram complementados e atualizados com dados primários obtidos em três levantamentos realizados em campo, nos períodos de: 16 a 19 de outubro de 2008; 21 a 28 de fevereiro de 2011; e de 30 de setembro a 07 de outubro de 2011. As referidas campanhas tiveram entre seus objetivos principais a atualização dos dados da frota

pesqueira, o georreferenciamento das comunidades de pescadores e marisqueiras, e o georreferenciamento dos pesqueiros (áreas de pesca) localizados na plataforma continental ao largo dos municípios de Ilhéus até a Península de Maraú, área costeira confrontante às locações das Concessões BM-CAL 11 e 12.

Durante as saídas de campo foram realizados embarques para a confirmação da localização das áreas de pesca tradicionalmente exploradas ou potencialmente freqüentadas pelas embarcações das comunidades da área de estudo, dedicadas ao arrasto de camarão, pesca de lagosta, pesca de linha e anzol, e da pesca com espinhéis de superfície.

Com o intuito de melhor avaliar a área de influência do empreendimento, foram incluídos, no levantamento de campo realizado em 2011, comunidades específicas de municípios mais distantes da área de perfuração que possuem embarcações de maior autonomia e que eventualmente podem utilizar áreas de pesca na região da plataforma continental entre Ilhéus e a península de Maraú. São elas: comunidade do Tento (município de Valença), comunidade de Barra do Serinhaém (município de Ituberá) e comunidade de Ilha do Contrato (município de Igrapiúna).

Composição das frotas pesqueiras dos municípios da área de estudo

A frota sediada no litoral baiano é composta por diversos tipos de embarcações pequenas e de pouca autonomia para navegação, como canoas, catraias, botes de alumínio e jangadas tradicionais, com propulsão a remo, vela ou motor. Observam-se também embarcações de maior autonomia, como os barcos de convés, geralmente motorizados e de comprimento variando entre 8 e 12 metros. Em geral, esta frota associa diversos aparelhos de pesca, visando maximizar a captura em biomassa. Os dados disponíveis sobre a frota artesanal sediada na área de estudo serão aqui apresentados considerando os diferentes tipos de embarcação, compatíveis com a classificação proposta pelo Programa ESTATPESCA / IBAMA (CEPENE, 2006).

De acordo como os dados mais atuais, obtidos nos levantamentos de campo realizados em 2011, um total de 1998 embarcações de pesca foi registrado nos

municípios da área de estudo. A **Figura II.5.3-25** apresenta a distribuição do número de barcos por tipo de embarcação. Observa-se que 55% (1098) dessa frota regional é constituído por canoas, embarcação utilizada sobretudo para a navegação e pesca em águas rasas, muito costeiras, ou em águas abrigadas dos estuários e baías da região. Camamu apresentou a maior frota de canoas (totalizando 462), seguido por Ilhéus, Maraú e Itacaré com respectivamente 230, 225 e 180 unidades. No município de Uruçuca foi registrada apenas uma canoa.

Outros 23,8% das embarcações dos municípios pesquisados está constituído por 476 barcos de convés, motorizados e capazes de explorar áreas de pesca em mar aberto, na plataforma continental ao largo da área de estudo. Estes barcos de convés estão concentrados em Ilhéus (250 barcos) e Itacaré (121). Camamu e Maraú apresentam um número menor deste tipo de embarcação, respectivamente 70 e 35 unidades em atividade na pesca e também no transporte de passageiros. Os restantes 21,2% da frota regional está distribuída pelas categorias catraia, bote, jangadas e jangas, além de algumas barcos e canoas de fibra recentemente introduzidas em Ilhéus e Itacaré.

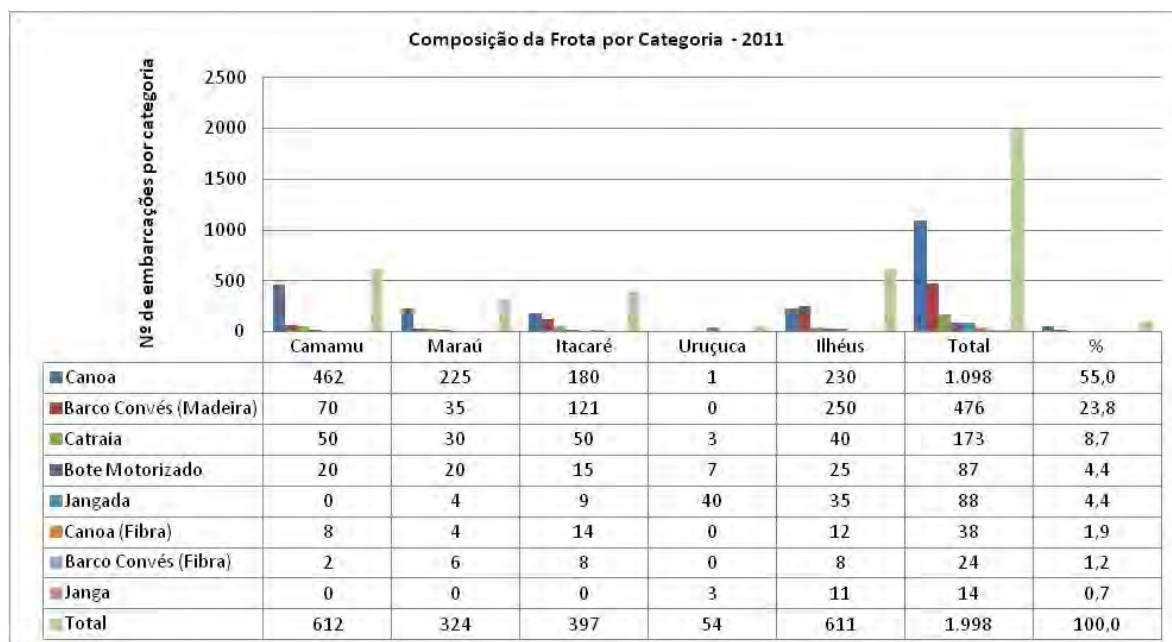


Figura II.5.3-25 – Composição das frotas dos municípios da área de estudo, por tipo de embarcação. Fonte: dados primários obtidos nos levantamentos de campo realizados em 2011.

Considerando as estatísticas de pesca disponíveis para o período 2002-2006 (CEPENE, 2002; 2003; 2005; 2006) e os dados levantados em campo durante 2008 e 2011, observa-se que a proporção das embarcações compondo as frotas dos municípios analisados continuou de forma similar, com a predominância das canoas seguida pelos barcos de convés em todos os anos. Flutuações anuais pouco significativas podem estar associadas a diferenças relacionadas à modificação na metodologia de coleta de dados do Programa ESTATPESCA após 2003, e também relacionada com a própria dinâmica das frotas.

De uma forma geral, pode-se considerar as frotas pesqueiras de Camamu e Maraú mais vocacionadas para a pesca costeira-estuarina, enquanto Itacaré, Uruçuca e Ilhéus apresentam maior contingente de embarcações para a exploração de recursos marinhos em áreas da plataforma externa, mais afastadas da costa.

Um aspecto peculiar da área de estudo é a presença de uma frota de jangadas tradicionais nos municípios de Ilhéus e Uruçuca. Os dados oficiais de 2002 e 2003 registraram 14 jangadas para cada um destes municípios (CEPENE, 2002; 2003). Durante o levantamento de campo realizado em outubro de 2008 foram identificadas 33 jangadas tradicionais no município de Uruçuca, 27 em Ilhéus e uma em Maraú, totalizando 61 jangadas na área de estudo. Em campo também foi registrada a construção de novas jangadas, indicando a manutenção da tradição deste tipo de embarcação na região, em especial nas localidades de Ponta do Ramo, Ponta da Tulha e Serra Grande.

Em 2011, foram registradas 88 jangadas em quatro municípios: Maraú (4), Itacaré (9), Uruçuca (40) e Ilhéus (35). Esta observação é interessante, pois mesmo com a entrada de novas embarcações nestas localidades, como botes motorizados e catraias, as jangadas continuam sendo construídas, o que configura a expansão de uma frota de características bastante precárias, porém funcionais. Outra observação importante é que parte das jangadas sediadas nas localidades ao norte de Ilhéus e Uruçuca passaram a utilizar um pequeno motor de popa (**Figura II.5.3- 26** e **Figura II.5.3- 27**), denominado “motor de rabeta”, substituindo ou complementando a propulsão tradicional à vela, o que aumentou a autonomia para a visita de mais de uma área de pesca por viagem, além de proporcionar uma maior segurança de retorno à praia, mesmo sob condições de

vento desfavorável. A adaptação de pequenos “motores de rabeta” às jangadas potencializa a possibilidade de exploração de áreas mais distantes dos portos de origem.



Figura II.5.3- 26 - Jangada equipada com motor de “rabeta” sediada em Uruçuca.



Figura II.5.3- 27 - Detalhe do “convés” da Jangada que dá suporte ao motor de “rabeta”.

Além das frotas dos cinco municípios analisados, também foram consideradas informações de comunidades específicas identificadas através dos dados do Monitoramento Pesqueiro do Campo de Manati, cuja frota frequenta as regiões adjacentes à península de Marau e à costa de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus (**Quadro II.5.3- 36**).

Quadro II.5.3- 36 – *Composição das frotas das localidades de Barra do Serinhaém, Ilha do Contrato e Tento (Valença) que frequenta áreas de pesca na zona costeira entre a península de Marau e Ilhéus.*

Comunidades Pesqueiras	Canoa	Canoa (Fibra)	Jangadas	Janga	Catraia	Bote Motorizado	Barco convés (madeira)	Barco convés (fibra)
Barra do Serinhaém	28	4	0	0	12	2	40	0
Ilha do Contrato	40	8	0	0	3	4	12	0
Tento (Valença)	132	0	0	0	0	2	152	0

Fonte: PETROBRAS - Monitoramento Pesqueiro do Campo de Manati, 2005 a 2010.

Estas frotas locais apresentam uma composição semelhante ao padrão observado para as localidades dos demais municípios analisados, onde as canoas e barcos de convés se mantêm como principais embarcações que as compõem.

Os municípios de Valença e Ilhéus possuem as maiores frotas de barcos de convés e motorizados, o que confere a estas frotas melhores condições de trabalho a bordo e maior autonomia e mobilidade, possibilitando um maior afastamento em relação aos portos de origem e a exploração de regiões produtivas mais distantes.

Para estimar o contingente regional de embarcações mais aptas para operar em mar aberto, foi utilizado como critério o tipo de casco (com quilha / sem quilha) e a disponibilidade de convés (presença/ausência) (OLAVO, 2002). Estas duas características são indicadores da capacidade de navegação, autonomia e a mobilidade para realizar a procura por pesqueiros mais produtivos em termos de biomassa e valor comercial das espécies.

Nesta classificação, foram consideradas capazes de operar em mar aberto as embarcações das seguintes categorias: barcos de convés, barcos motorizados sem convés (tipo boca aberta), botes motorizados e barcos a vela. Entre as embarcações identificadas como as que operam em zonas abrigadas (estuários e

proximidades da costa) foram consideradas as categorias: canoas e catraias a remo.

No caso específico das jangadas, este critério de classificação não se aplica. Segundo informações dos pescadores jangadeiros, as jangadas sediadas nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré utilizam preferencialmente áreas de pesca em mar aberto, alcançando em muitos casos a isóbata de 200m. Segundo eles, a escolha de áreas mais distantes da costa, em profundidades maiores favorece a captura de espécies de maior valor comercial.

Do total de 2.437 embarcações contabilizadas nos municípios e localidades avaliadas na área de estudo, obteve-se uma proporção de 67% (1.625 unidades) das embarcações atuantes em áreas abrigadas e 33% (812) para as atuantes em mar aberto e regiões mais distantes da costa. Neste cálculo, as jangadas tradicionais foram consideradas como embarcações que atuam em mar aberto (**Quadro II.5.3- 37 e Figura II.5.3- 28**).

Quadro II.5.3- 37 – *Composição da frota na área em estudo para o ano de 2011 tradicionais.*

Embarcações de áreas abertas	% de embarcações por categoria que atuam em áreas abertas
Barco convés madeira	75,2
Bote motorizado	12,1
Jangadas tradicionais	8,7
Barco convés fibra	2,8
Janga	1,2
Embarcações de áreas abrigadas	% de embarcações por categoria que atuam em áreas abertas
Canoas	83,7
Canoas de fibra	3,3
Catraias	13,0



Figura II.5.3- 28 – Percentual de embarcações que operam em mar aberto e ambientes abrigado. Fonte: Dados coletados em outubro de 2011.

Avaliando a capacidade de distanciamento do porto de origem até as áreas de pesca é pertinente considerar que dentre as embarcações que atuam em mar aberto apenas os barcos de convés apresentam uma maior autonomia e capacidade de permanecer um maior período em atividade de pesca no mar. As outras embarcações aqui também classificadas como embarcações que “operam em mar aberto” (jangadas, jangas e botes) são de pequena autonomia já que não existe condição de longa permanência no mar, sendo utilizadas em saídas diárias, normalmente saindo pela manhã e retornando no final da tarde. Esta característica reduz o “raio de ação” destas embarcações em relação ao porto de origem, sendo geralmente utilizadas áreas de pesca mais próximas do porto de origem, de maneira que a viagem não ultrapasse mais de um dia de mar.

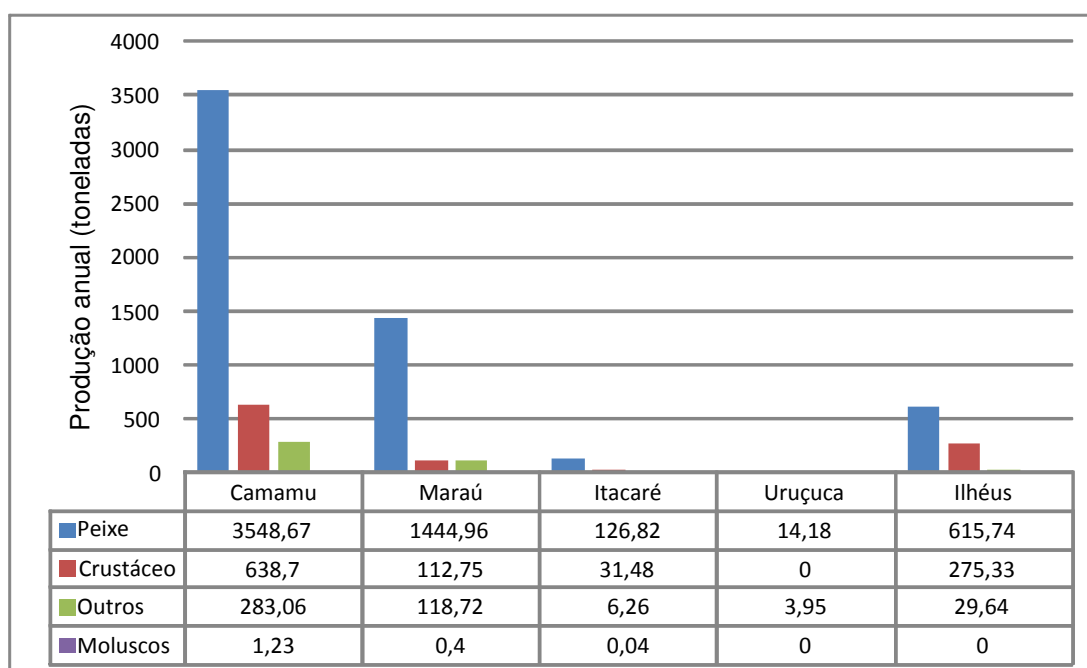
No período do verão, alguns pescadores que utilizam estas embarcações de menor porte podem alterar sua rotina de pesca podendo passar até no máximo duas noites em atividade de pesca sem retorno ao continente, contudo, a maioria mantém as saídas diárias. As embarcações de convés dos municípios analisados realizam principalmente dois tipos de pescaria: a pesca de arrasto de camarão e a pesca de linha de mão. Entretanto, é comum a utilização de mais de um aparelho de pesca por embarcação, incluindo as redes de espera.

Estimativas de produção por município

A produtividade pesqueira dos municípios da área em estudo foi avaliada através das estimativas de produção disponíveis para cada tipo principal de recurso pesqueiro ou grandes grupos, conforme publicado no boletim estatístico do IBAMA mais recente, para o ano de referência de 2006 (CEPENE, 2006). Fonte: ESTATPESCA 2006

Figura II.5.3- 29 mostra que os peixes foram os recursos mais produtivos. Os crustáceos foram também abundantes nos municípios de Camamu e Ilhéus. A produção registrada para o grupo molusco é pouco expressiva.

A categoria “outros” refere-se a espécies variadas de baixo valor comercial. As proporções observadas para a produção por grandes grupos de recursos no ano de 2006 é semelhante à observada nas estatísticas disponíveis para os anos de 2002 e 2003 (CEPENE, 2002, 2003).



Fonte: ESTATPESCA 2006

Figura II.5.3- 29 - Produção por grupo de organismos por município em 2006.

Segundo os dados de produtividade avaliados por grandes grupos de espécies, em todos os municípios analisados, os peixes foram os principais recursos capturados seguidos dos crustáceos. Entre os crustáceos, destacam-se as espécies de camarões sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), do camarão

branco (*Litopenaeus schmitti*) e do camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis*), capturados principalmente pelos saveiros, apresentaram o maior volume produzido (6.7732.1t – 15,7% para o ano 2006).

Para o grupo dos peixes, a sardinha-faca (*Opistonema oglimum*), capturada artesanalmente pelas canoas, representou, em 2006, a principal espécie em termos de produção (6.374,1 t -14,8%). Merece destaque por sua produção e valor, os vermelhos com safra em fevereiro e dezembro e a guaiúba, com safra em junho e julho.

Principais pescarias desenvolvidas na área de estudo e produção por petrecho de pesca

Pesca de arrasto de camarão

A pesca de arrasto de camarão ocorre nas regiões costeiras da plataforma continental, associadas a fundos lamosos e areno-lamosos próximos as desembocaduras dos rios. A frota que realiza a pescaria de arrasto de camarão é composta por embarcações de convés com tamanhos que variam entre 6 e 10m.

A partir do tamanho da embarcação e o modo de execução da pescaria em si, podemos dividir a frota de arrasto entre: (i) as embarcações de arrasto com recolhimento de rede manual, que operam em águas mais rasas desde a profundidade de 15m até cerca de 25m e, (ii) embarcações de arrasto com guincho, equipados com “braços mecânicos” para a garantir a abertura da rede e “guincho” de recolhimento da rede. Este equipamento possibilita a operação de redes maiores em águas mais profundas podendo alcançar até cerca de 45m.

Segundo Campos (2007) as frotas de arrasto de camarão do baixo sul apresentam um esforço de pesca em “horas de mar” situado em torno de 12 horas e as operações são em geral de um dia de duração, consideradas pescarias de “ir e vir”. Ainda segundo este autor, as embarcações que realizam saídas de até uma semana de duração são principalmente da comunidade do Tendo, do município de Valença.

Entretanto, é importante ressaltar que mesmo quando se consideram viagens com duração de sete dias, estas embarcações não costumam permanecer todo o

tempo no mar, retornando diariamente para o continente. A diferença é que eles passam a freqüentar portos de conveniência, mais próximos das áreas de pesca que estão explorando. Este costume é denominado regionalmente como “fazer porto”, o que significa: ficar em portos dos quais não são oriundos, enquanto exploram áreas distantes de seu porto de origem.

Esta característica de realizar viagens com maiores períodos é própria da frota de Valença sendo menos comum em outras localidades. A maior parte das embarcações de arrasto dos municípios da área de estudo é de pequeno porte e realizam operações diárias de pesca. Mesmo no município de Ilhéus, as embarcações não possuem a tradição de se deslocarem muito, realizando suas pescarias na plataforma adjacente ao litoral norte de Ilhéus e Itacaré. Em direção ao sul, a frota camaroeira de Ilhéus realiza suas atividades até a região de Olivença.

Nas pescarias de arrasto realizadas com redes de tração manual, as embarcações são de menor porte, e tem sua tripulação formada em geral três pessoas, que são o mestre da embarcação e dois marinheiros (Campos 2007). Já as embarcações com guincho apresentam um número de tripulantes que variam entre dois e seis tripulantes incluindo o mestre de pesca.



Figura II.5.3- 30 - Barco de arrasto de camarão com “braços” e guincho mecanizados – Bairro do Tento – Valença.



Figura II.5.3- 31 - Embarcações de pesca de linha e arrasto de camarão sediadas em Itacaré.

Entre os principais recursos explorados na região estão o camarão branco *Litopenaeus schimitti* (Figura II.5.3- 32), o camarão rosa *Penaeus subtilis* (Figura II.5.3- 33) e o camarão sete barbas *Xiphopenaeus kroyeri*. (Figura II.5.3- 34).



Figura II.5.3- 32 - Camarão branco *Litopenaeus schimitti*.



Figura II.5.3- 33 - Camarão rosa *Penaeus subtilis*.



Figura II.5.3- 34 - Camarão sete barbas *Xiphopenaeus kroyeri*.

Pesca Linha de Mão

A pesca com linha de mão é realizada por todas as categorias de embarcações encontradas ao longo do litoral baiano, desde pequenas canoas e catraias em regiões estuarinas, a embarcações de convés, que realizam uma pesca comercial explorando pesqueiros distribuídos sobre toda a plataforma

continental, região da quebra e início do talude. Esta frota é formada por barcos de convés motorizados e é denominada frota linheira (OLAVO *et al* 2005).

A linha de mão pode variar entre “linha de fundo”, na captura de espécies demersais e “linha de superfície” na captura de espécies de hábitos pelágicos. A linha de fundo explora áreas de fundos consolidados, que podem estar intercalados com sedimentos cascalhosos, arenosos, e até mesmo lamosos. Dentro das modalidades de linha utilizadas no litoral da Bahia Olavo *et al* (2005) identificou cinco tipos diferentes de linha de mão utilizadas pela frota do estado da Bahia: linha tipo barandão, bate-puxa, boiada, pindaça e parada.

Entre os peixes, destacam-se as capturas de espécies demersais, associadas com fundos consolidados e algumas espécies pelágicas. Segundo informações dos pescadores locais, entre os peixes demersais que vivem associados a fundos consolidados, os principais alvos da captura são os vermelhos (**Figura II.5.3- 36**) da família Lutjanidae; os badejos, meros e garoupas da família Serranidae.



Figura II.5.3- 35 - Barcos de convés de pesca de linha com casco de Fibra de Vidro sediados no Pontal.



Figura II.5.3- 36 - Vermelho guaiúba *Ocyurus Crysurus* em peixaria do Pontal – Out 2011.

Entre os peixes de hábitos pelágicos foram citados como principais espécies exploradas os xaréus da família Carangidae, as cavalas e atuns da família Scombridae e os dourados (**Figura II.5.3-37**) da família Coryphaenidae.

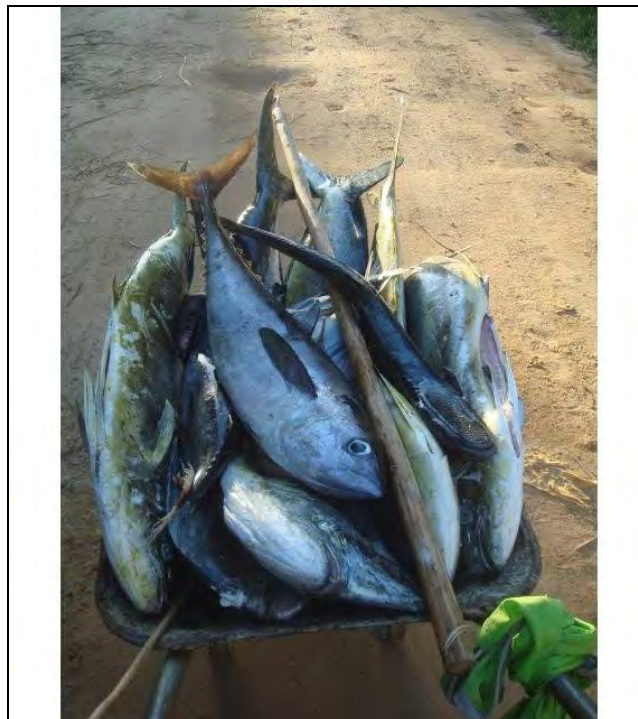


Figura II.5.3-37 - Atuns *Tunnus spp.* e Dourados *Coryphaena hippurus* capturados pela frota de linha de mão Fevereiro 2011.

A seguir são apresentadas as principais pescarias nos municípios avaliados no âmbito deste EIA.

Principais pescarias - Camamu

A sede municipal de Camamu polariza a comercialização do pescado desembarcado por grande parte dos pescadores artesanais de diversas comunidades do interior da baía de Camamu. Considerando as estatísticas de produção disponíveis para a última década (CEPENE, 2002; 2003; 2006), fica evidente a importância da pesca realizada em águas abrigadas e predominância dos recursos estuarinos nos desembarques registrados no município.

Em 2002, a arte de pesca mais produtiva em Camamu foi o arrasto de praia (1.771 t), seguidas pelo curral (1.653 t), e em terceiro foi a linha com (700 t). Também se destacaram pescarias tipicamente artesanais, como os manzuás utilizados na captura de siris e aratu (207 t) e redes de cerco (203 t). Em 2003, as pescarias mais produtivas foram novamente aquelas empregando o curral (2.915 t, contribuindo com 31% da produção), seguidas pelo arrasto de praia (2.591 t; 17,5%) e as pescarias de linha e anzol (1.523 t; 16,2%). Em 2006, o arrasto de praia também foi o aparelho mais produtivo (1.350t; 30,2%), seguido pelas linhas (893 t; 20,0%) e redes de espera (691 t; 15,5%). A observação em detalhe das pescarias e sua produtividade incluem os currais, redes de cerco, e manzuás como pescarias importantes na produtividade do município, ressaltando a captura de espécies de pescarias realizadas em ambientes estuarinos e águas costeiras (**Quadro II.5.3- 38**).

Quadro II.5.3- 38 - Produção anual por arte de pesca do município de Camamu-2006.

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Arrasto de praia	1.350,43	30,2
Linhas	893,30	20,0
Rede de espera	691,63	15,5
Espinhel	346,93	7,8
Curral	276,52	6,2
Camaraozeira	252,29	5,6
Rede de cerco	238,45	5,3

Continua



Continuação Quadro II.5.3-38

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Rede de arrasto camarão	201,01	4,5
Manzua	94,55	2,1
Ressa para peixe	74,31	1,7
Coleta manual	31,57	0,7
Mangote	5,05	0,1
Rede arrasto/linha	4,67	0,1
Tarrafa	4,14	0,1
Cacoeira	1,38	0,0
Coleta/linha aratu	0,86	0,0
Jereré siri	0,32	0,0
TOTAL (t)	4.467,41	100,0

Fonte: ESTATPESCA (CEPENE, 2006)

Principais Pescarias – Marau

O município de Marau tem sua sede localizada às margens da baía de Camamu e a maior parte de sua atividade pesqueira é realizada dentro do ambiente estuarino, utilizando petrechos de pesca típicos para a pesca neste tipo de ambiente. Assim como em Camamu, as pescarias mais produtivas em Marau no ano de 2002 foram os currais com (209 t) respondendo por 45% do pescado capturado, seguido pela linha (138 t) que correspondeu a 30% das capturas, e as redes de espera com (74 t) respondendo por 16% das capturas.

Estas três artes de pesca foram as mais produtivas também no ano de 2003, com as linhas ficando responsáveis por 32% da produção (523 t), seguidas pelos currais responsáveis por 27% das capturas (441 t), e as redes de espera com 26% (428 t). Em 2006, estas pescarias continuaram compondo a maior parte das capturas em Marau destacando a importância das pescarias realizadas em ambientes abrigados, o que também pode ser confirmado quando analisada a composição da frota de Marau, onde as canoas foram as embarcações mais numerosas. **(Quadro II.5.3- 39)**.

Quadro II.5.3- 39 - Produção anual por arte de pesca do município de Marau – 2006.

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Rede de espera	696,63	41,58
Linhas	413,71	24,69
Curral	386,74	23,08
Manzua	83,09	4,96
Rede de cerco	37,07	2,21
Arrastao de praia	26,4	1,58
Rede de arrasto camarão	25,04	1,49
Mergulho livre	3,43	0,20
Espinhel	1,79	0,11
Coleta manual	1,43	0,09
Tarrafa	0,16	0,01
TOTAL (t)	1.675,5	100,00

Fonte: ESTATPESCA (CEPENE, 2006)

Principais Pescarias - Itacaré

O município de Itacaré, apesar de se encontrar as margens da foz do Rio de Contas conta com manguezais pouco expressivos devido à predominância de uma baixa salinidade em seu estuário. As principais pescarias realizadas ocorrem em áreas abertas, sobre a plataforma continental. Apesar do arrasto de praia ter sido a pescaria mais produtiva do município em 2002, sendo responsável por 38% das capturas (82 t), a segunda pescaria mais produtiva foi a de linha, responsável por 35% da produção (76 t), seguida pela de rede de arrasto de camarão respondendo por 23% da captura. Observa-se que cerca de 121 embarcações de convés e 180 canoas estão sediadas no município. A quantidade de barcos de convés confere uma maior autonomia à frota que pode realizar suas pescarias em mar aberto.

As mesmas características foram observadas na produção por arte de pesca em 2003 e 2006, com destaque para as pescarias com linhas, responsáveis por 36% e 41% da produção, respectivamente. O arrasto de camarão respondeu por 36% e 17,8% da produção nos anos de 2003 e 2006. O **Quadro II.5.3- 40** apresenta os dados mais atualizados sobre a produção registrada por arte de pesca para o ano de 2006.

Quadro II.5.3- 40 - Produção anual por arte de pesca do município de Itacaré – 2006.

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Linhas	67,55	41,04
Arrastao de praia	41,54	25,24
Rede de arrasto camarão	29,33	17,82
Rede de espera	15,49	9,41
Cacoeira	10,36	6,29
Rede arrasto/linha	0,25	0,15
Linha para aratu	0,07	0,04
TOTAL (t)	164,59	100,00

Fonte: ESTATPESCA (CEPENE, 2006)

Principais Pescarias - Uruçuca

Segundo os dados do ESTATPESCA, no município de Uruçuca, toda a produção registrada está relacionada à pesca com linha de mão, principal arte utilizada em 2002 e 2003. Em 2006 uma nova arte de pesca figura nos registros de produção de Uruçuca, as redes de espera, responsáveis por 23% das capturas anuais desembarcadas no município (**Quadro II.5.3- 41**). A utilização dessas artes de pesca reflete a característica principal da frota do município formada por jangadas tradicionais, que utilizam como principal petrecho de pesca a linha de mão, e as redes de espera como arte secundária.

Quadro II.5.3- 41 - Produção anual por arte de pesca do município de Uruçuca – 2006.

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Linhas	13,79	76,1
Rede de espera	4,32	23,9
TOTAL (t)	18,11	100,0

Fonte: ESTATPESCA (CEPENE, 2006)

Principais Pescarias - Ilhéus

Os dados de produção por arte de pesca em Ilhéus apresentam uma maior variedade de petrechos. As pescarias mais produtivas são as que empregam linhas de mão e o arrasto de camarão. Essas pescarias responderam por 55% e 33% das capturas desembarcadas registradas no ano de 2002. A mesma

predominância das linhas e redes de arrasto de camarão como as pescarias mais produtivas ocorrem para os anos 2003 e 2006 (**Quadro II.5.3- 42**).

A maior produtividade da pesca de linha e arrasto, em relação à observada em Uruçica e Itacaré, esta diretamente associada à melhor estrutura das frotas de Ilhéus e ao caráter mais comercial da atividade pesqueira no município. Ilhéus se caracteriza por possuir uma importante frota de barcos de convés que, na década de 90, representava um dos principais portos pesqueiros do litoral baiano. A frota de Ilhéus ainda hoje é constituída por canoas, mas são os barcos de convés os responsáveis pela maior parte das capturas. Entre as espécies capturadas pela pesca de linha destacam-se os peixes demersais de alto valor comercial, como os vermelhos e badejos. Nos períodos a safra dos peixes pelágicos oceânicos, durante o verão, a frota linheira redireciona seu esforço de captura para espécies como as cavalas, dourados e atuns, conforme observado a seguir, no item que relaciona as principais espécies capturadas por município.

Quadro II.5.3- 42 - Produção anual por arte de pesca do município de Ilhéus – 2006.

Arte de pesca	Produção (toneladas)	% produção por arte de pesca
Linhas	354,62	38,52
Rede de arrasto camarão	223,43	24,27
Rede de cerco	127,29	13,83
Rede de espera	100,44	10,91
Cacoeira	45,44	4,94
Espinhel	18,02	1,96
Arrastao de praia	15,61	1,70
Manzua	15,37	1,67
Tarrafa	13,61	1,48
Covo peixe	6,18	0,67
Jeréré siri	0,36	0,04
Ressa para peixe	0,23	0,02
Rede arrasto/linha	0,05	0,01
TOTAL (t)	920,65	100,00

Fonte: ESTATPESCA (CEPENE, 2006)

Principais espécies capturadas por município

As capturas por espécies dos municípios da área de estudo estão indicadas no **Quadro II.5.3- 43**, para o ano de 2006. Os respectivos nomes das espécies

capturadas também seguiram a designação do ESTATPESCA para o litoral baiano (CEPENE, 2006). As informações dos dados oficiais confirmam capturas multiespecíficas realizadas em todos os municípios da área de estudo. A produtividade varia de acordo com as espécies e os principais petrechos de pesca.

Quadro II.5.3- 43 – Captura por espécie (toneladas) nos municípios da área de estudo – ano de 2006.

Espécie	Camamu	Marau	Itacaré	Urucuca	Ilhéus
Sardinha	828,66	337,72	21,97	1,36	62,76
Carapeba	351,45	151,71	3,84	0	11,85
Vermelho	367,33	112,55	5,28	0,37	28,47
Camarão grande	226,02	12,82	5,54	0	68,25
Camarão pequeno	164,95	5,8	18,61	0	113,75
Guaiuba	133,61	50,29	12,37	0	142,11
Camarão médio	97,34	7,87	3,72	0	40,62
Arraia	159,81	81,48	7,2	0,83	29,52
Lagosta vermelha	23,37	1,76	3,34	0	51,77
Pescada	116,09	87,87	1,46	0,46	22,14
Dourado	111,97	29,37	5,5	0,98	45,1
Robalo branco	90,47	75,99	3,72	0,07	12,03
Cavala	98,67	35,77	6,83	2,35	21,07
Badejo pintado	143,15	42,45	3,71	0,11	10,08
Tainha	28,01	114,99	0,15	0	4,82
Bagre	95,88	31,31	3,83	0,03	14,42
Siri	95,05	83,07	0	0	0,43
Bicuda	88,85	34,62	3,18	1,38	2,18
Cacão	70,7	17,18	2,45	0,11	11,25
Sardinha do reino	138,16	0,23	0	0	0,28
Cioba	80,37	23,62	2,65	0	12,42
Dentão	53,87	26,16	4,33	0,02	17,27
Xaréu	58,03	24,04	6,7	0,04	10,2
Corvina	24,73	26,36	7,21	0,3	19,13
Espada	81,83	18,11	0,07	0,01	2,55
Arioco	39,25	5,85	7,76	0,66	27,05
Garajuba	57,53	30,27	5,83	1,44	9,83
Caranha	68,38	13,2	0,13	0	0,86
Arabaiana	42,68	6,54	0,96	0,02	13,13
Albacora	20,53	5,96	3,51	0,96	30,14
Diversos	4,26	1,36	0	0	0,02
Mero	27,27	3,65	0,14	0	24,54

Continua

Continuação Quadro II.5.3-43

Espécie	Camamu	Marau	Itacaré	Urucuca	Ilhéus
Agulha	37,21	16,1	0,59	0	0,26
Xango	25,96	10,39	0,02	0,86	12,54
Caranguejo	31,2	1,43	0	0	0
Manjuba	42,79	0,34	0,23	0	2,92
Cangulo	9,11	8,01	0,14	0,08	3,2
Bonito	5,98	4,51	3,68	0,31	4,59
Xinxarro	18,31	5,25	0,07	0,01	0,38
Beijupira	9,13	3,29	0,15	0,03	1,25
Cherne	8,26	3,09	0,26	0	0,68
Aratu	0,47	0	0,03	0	0
Aracimbora	5,44	1,49	0,7	0,06	2,61
Marisco	0,56	0,4	0,04	0	0
Saramunete	0	0	0	0	1,28
Voador	0,52	1,36	0	0	0,21
Ostra	0	0	0	0	0
Lagosta_verde	0,3	0	0,24	0	0,51
Jabu	0	0	0	1,32	0
Sururu	0,67	0	0	0	0
Garapau	0	0,62	0	0	0
Budião	0,01	0	0	0	0,16
Boca torta	0	0	0	0	0,01
Biquara	0	0,26	0	0	0,01
Galo	0	0	0,11	0	0
Enchova	0	0	0	0	0
Amoréia	0	0	0	0	0
Outros	283,06	118,72	6,26	3,95	29,64
Total	4467,25	1675,23	164,51	18,12	920,29

Fonte: ESTATPESCA.

Número de pescadores e marisqueiras

As informações sobre o número de pescadores e marisqueiras em atividade nos municípios e localidades visitados foi obtido junto às colônias de pesca e associações da classe. Sua estimativa foi realizada também com base nas entrevistas realizadas junto aos próprios pescadores e/ou marisqueiras nos locais onde não existiam dados disponíveis sobre o número de pessoas envolvidas na atividade.

A aquisição destas informações sempre está sujeita a um certo grau de incerteza quanto ao número de pessoas envolvidas, considerando a própria

dinâmica da atividade e pela falta de censos que consigam contabilizar com uma maior precisão o número de pessoas que realizam a atividade de pesca como principal meio de sobrevivência.

Em muitos casos, o número de pessoas envolvidas na pesca flutua devido à variabilidade na oferta de trabalho ao longo do ano, principalmente nos municípios costeiros onde o turismo é realizado com uma maior intensidade, como no caso de Itacaré, Camamu e Marau. Para a estimativa de pescadores e marisqueiras nos municípios da área em estudo, foram visitadas as comunidades pesqueiras dos cinco municípios aqui considerados, além das localidades específicas de Ilha do Contrato (Igrapiuna) e Barra do Serinhaém (Ituberá) e o Bairro do Tento (na sede de Valença), que possuem embarcações com potencial para explorar a zona costeira entre Itacaré e Ilhéus.

Estas informações estão detalhadas por localidade e entidades de pesca consideradas no levantamento realizado na área em estudo, conforme apresentado no **Quadro II.5.3- 44**.

Quadro II.5.3- 44 – Número total de pescadores e marisqueiras nos municípios e localidades da área em estudo.

Município	Localidade / Entidades de classe	Nº Pescadores	Nº Marisqueiras	Total
Valença	Colônia Z-15	3.436	2.165	5.601
Valença	Bairro do Tento	250	0	250
Total Valença		3.686	2.165	5.851
Igrapiuna	Ilha do Contrato	106	0	106
Total Igrapiuna		106		106
Ituberá	Barra de Serinhaém	410	0	410
Total Ituberá		410		410
Camamú	Colônia Z-17	430	170	600
Camamú	Ilha Grande	150	50	200
Camamú	Barcelos do Sul	163	15	178
Total Camamú		743	235	978
Maraú	Praia do Piracanga	20	26	46
Maraú	Algodões	130	0	130
Maraú	Saquaira	35	30	65
Maraú	Taipus de Fora	25	0	25
Maraú	Barra Grande	60	0	60
Total Maraú		245	56	301
Itacaré	Colônia Z-18	740	900	1.640
Itacaré	ASPERI	60	30	90
Itacaré	Cooperativa Mista de Itacaré	70	80	150
Itacaré	Ass. de Pesc. e Mar. do Por de Trás	70	145	215
Itacaré	Ponta Grossa	60	25	85
Total Itacaré		940	1.155	2.095

Continua

Continuação Quadro II.5.3-44

Município	Localidade / Entidades de classe	Nº Pescadores	Nº Marisqueiras	Total
Uruçuca	Pé de Serra Grande	25	0	25
Uruçuca	Sargi	30	20	50
Uruçuca	Associação de Pescadores e Marisqueiras de Serra Grande	20	40	60
Total Uruçuca		75	60	135
Ilhéus	Pontal	70	0	70
Ilhéus	Colônia Z-19 - Pontal	340	500	840
Ilhéus	Bairro N.Sra. Vitória / Rio do Engenho	15	12	27
Ilhéus	Bairro Nelson Costa / Mangueira	50	70	120
Ilhéus	Entrada do Bairro Teotônio Vilela	40	180	220
Ilhéus	Bairro Teotônio Vilela Quadra 1	100	250	350
Ilhéus	Porto Velho / Centro	160	0	160
Ilhéus	Praíha	200	0	200
Ilhéus	Colônia Z-34	3.670	1.400	5.070
Ilhéus	Barra de São Miguel	600	150	750
Ilhéus	Mamoã	18	0	18
Ilhéus	Ponta da Tulha	30	0	30
Ilhéus	Ponta do Ramo	40	0	40
Total Ilhéus		5.333	2.562	7.895

Em geral, as comunidades de pescadores e marisqueiras são os locais onde estes mantêm suas relações econômicas e sociais.

Nas localidades situadas fora dos centros urbanos, as comunidades pesqueiras mantêm uma relação de maior proximidade, onde em muitos casos estas comunidades são formadas por componentes de duas ou três famílias. Esta característica resulta em uma maior unidade e articulação para a realização da pescaria, onde embarcações são emprestadas, ou grupos de marisqueiras se reúnem para irem juntas realizar a coleta do marisco.

Quando localizadas nas sedes dos municípios menores (e.g. Itacaré, Uruçuca) as comunidades de pescadores também mantêm vínculos de proximidade, entretanto não se observa uma integração em relação à socialização das embarcações e aviamentos de pesca, existindo inclusive grupos divergentes em relação às questões relacionadas com o manejo dos recursos e políticas que envolvem o setor.

Uma terceira situação encontra-se nas comunidades de pescadores que estão localizados em centros urbanos maiores (como nas cidades de Valença e Ilhéus) onde as comunidades são apenas residentes no mesmo bairro e o vínculo existente restringe-se a questões de vizinhança, onde apenas grupos pequenos de pescadores são mais próximos. Em geral existe um reconhecimento dos

pescadores em atividade que exercem as mesmas pescarias, ou seja, entre os pescadores que realizam um tipo específico de pescaria (e.g. arrasto de camarão), sem que isso signifique numa maior aproximação e vínculos sociais.

No caso dos centros urbanos, as marisqueiras que moram próximas também acabam estabelecendo uma parceria para os deslocamento, indo juntas aos locais de coleta, garantindo uma maior segurança. Como a mariscagem é regida pelos regimes de maré, e em determinados dias do mês os períodos de maré baixa ocorrem durante a madrugada, existe o perigo inerente aos ambientes urbanos, principalmente nos bairros populares onde residem. Dessa forma, a parceria estabelecida está muito mais associada à segurança de “andar em grupo” do que uma relação de amizade.

A descrição detalhada das comunidades pesqueiras visitadas na área em estudo serão apresentadas no **Item N – Identificação e Caracterização de Populações Extrativistas** do presente EIA.

Caracterização das áreas de pesca

Elaboração dos Mapas dos Pesqueiros e Áreas de Pesca

Neste estudo, os locais de pesca da plataforma continental explorada pelas frotas artesanais das regiões do Baixo Sul e Sul da Bahia foram caracterizados com base em dados primários obtidos nas campanhas realizadas em 2008 e 2011, complementados pela informação secundária proveniente de estudos acadêmicos e projetos de pesquisa e monitoramento desenvolvidos na região. Maior detalhamento foi obtido para a área adjacente às Concessões BM-CAL 11 e 12, em especial o setor da costa entre Itacaré e Ilhéus, confrontante às locações dos poços a serem perfurados, incluindo a rota de navegação das embarcações de apoio entre as locações dos poços e o porto de Ilhéus.

Para a definição das áreas a serem visitadas para o mapeamento dos locais de pesca, foi realizada uma análise prévia sobre a localização dos poços, os diferentes tipos de embarcações e pescarias realizadas na região. A partir desta primeira análise, foi constatado que as pescarias realizadas pela pesca artesanal comercial e de subsistência estabelecida na área de estudo ocorre nas regiões de

entre marés, plataforma continental e quebra do talude, entre a região da entrada da Baía de Camamu e a sede do município de Ilhéus. Dessa forma, utilizando como critério a importância das áreas de pesca para as comunidades costeiras regionais, foram consideradas as localidades de Ponta do Mutá na Península de Maraú, como limite norte, e a sede do município de Ilhéus, na barra do Pontal, como limite sul.

Em relação à distância da linha de costa, os limites foram estabelecidos pela própria largura da plataforma continental, que varia de cerca de 23km na entrada da baía de Camamú, a 6km na frente de Itacaré, e uma largura média em torno de 11km ao longo da península de Maraú e litoral norte de Ilhéus. Estes limites foram escolhidos com base em entrevistas realizadas com diversos mestres de pesca que atuam na região, que indicaram um limite de atuação em função do (i) tipo de pescaria realizada, (ii) capacidade de navegação e autonomia das embarcações e (iii) custo dos insumos necessários para a realização das pescarias.

Como praticamente a totalidade da pesca artesanal da área de estudo é realizada sobre a plataforma continental até um máximo de 200 metros de profundidade, e os poços previstos nas Concessões BMCAL 11 e 12 estão situados em lâminas d'água superiores a 1.400 metros, considerou-se que as possíveis interferências da atividade de perfuração sobre a pesca artesanal estariam relacionados basicamente à sobreposição das áreas de pesca e rotas de navegação das embarcações de apoio, durante as atividades de perfuração em cada locação das concessões BM-CAL 11 e 12.

Os locais de pesca foram agrupados considerando sua dimensão, seguindo a classificação dada por Nunes (2003), identificando duas categorias: (i) pesqueiros pontuais, formados por uma feição rochosa (e.g. afloramento rochoso, recife de arenito, recife de coral) e as fácies sedimentares que o circundam; ou (ii) áreas de pesca mais abrangentes, formadas por conjuntos de feições rochosas e as fácies sedimentares circundantes.

A localização e identificação do tipo de substrato dos pesqueiros e áreas de pesca foram executadas durante os trabalhos de campo, a partir das entrevistas com os mestres e pescadores mais experientes, e posterior acompanhamento ou abordagem das embarcações, para georreferenciamento no mar, durante as

pescarias. Como boa parte da frota em atuação nos municípios da área de estudo não possui equipamentos de localização e rastreamento do fundo marinho, como GPS e ecossondas, em muitos casos a identificação dos locais de pesca e tipo de substrato foi feita através dos métodos tradicionais dos pescadores, utilizando técnica secular de sondagem com chumbada, usada ainda hoje pelas embarcações locais, mesmo aquelas que já possuem ecossondas (**Figura II.5.3-38**).

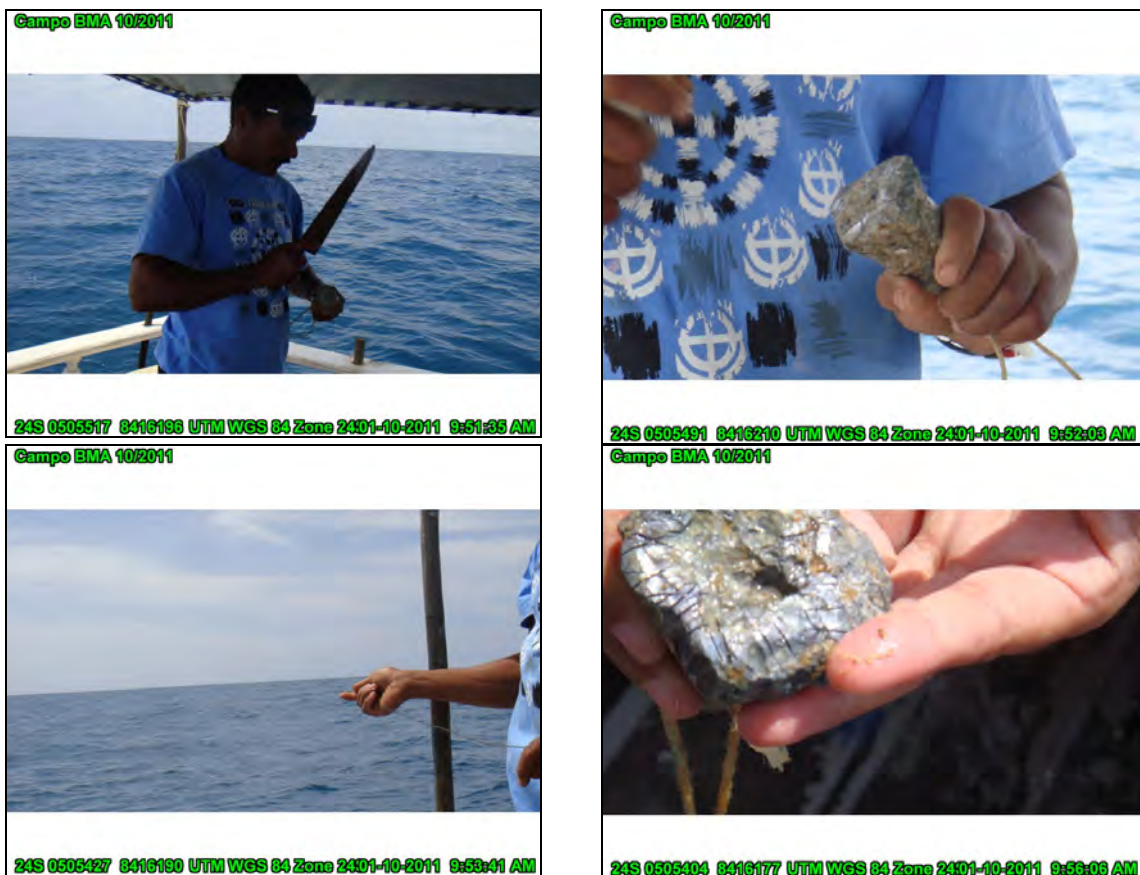


Figura II.5.3- 38 - Demonstração da sondagem com chumbada para confirmação do tipo de fundo nos sítios de pesca .

Para definição do contorno e tamanho em superfície de cada pesqueiro ou área de pesca, foram criadas zonas concêntricas com diâmetros variando entre 500 e 2.000m. O valor mínimo de 500m e valor máximo de 2.000m em torno de cada ponto baseia-se em trabalhos que demonstram que espécies de peixes demersais como das famílias Haemulidae, Lutjanidade, Serranidade, Scaridae que vivem associados a fundos consolidados, podem realizar migrações diárias

de alimentação, chegando a distanciar-se até cerca de 1,5 km da sua área de residência (Lowe-McConnel 1987).

Informações complementares sobre as espécies capturadas em cada pesqueiro, seus respectivos tamanhos, além da própria percepção do pescador a respeito da dimensão e forma do pesqueiro, foram utilizadas como indicadores para estimativa da área em superfície de cada pesqueiro.

No caso das áreas de pesca maiores, e em particular para as áreas de arrasto de camarão, os polígonos foram estabelecidos com base nos diversos pontos georreferenciados em uma mesma área de pesca e/ou nos diferentes tipos de fundo encontrado (cascalho, areia, lama etc) respeitando-se os limites das isóbatas como área do contorno. Como base para validação dos tipos de fundo e composição do sedimento verificados em campo, foi considerado o mapa de composição faciológica de Freire (2006).

A Figura II.5.3- 39 apresenta o mapa dos pesqueiros existentes na área de estudo da atividade.



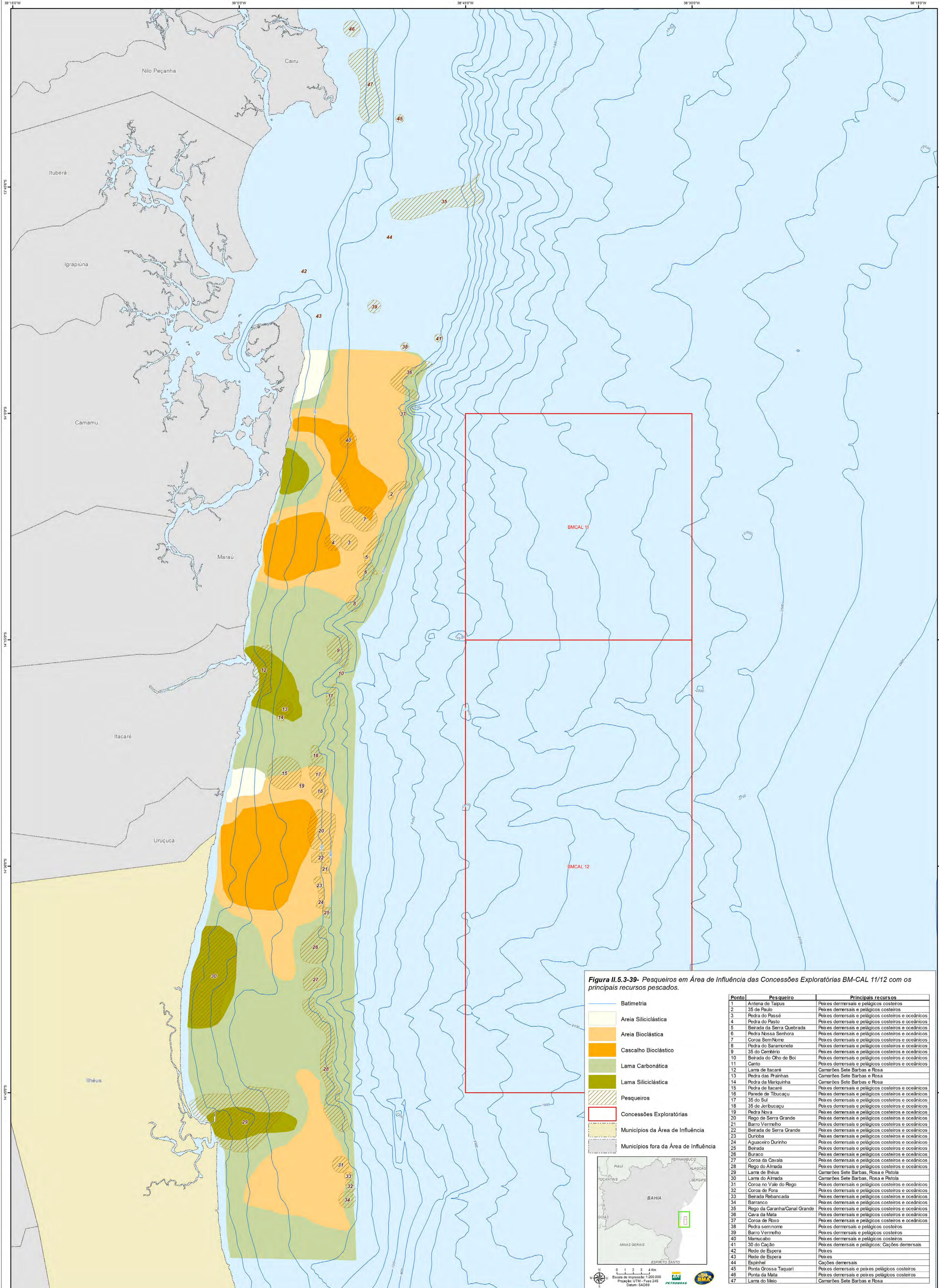


Figura II.5.3-39- Pesqueiros em Área de Influência das Concessões Exploratórias BM-CAL 11/12 com os principais recursos pescados.

- Batimetria
- Areia Siliciclástica
- Areia Bioclástica
- Cascalho Bioclástico
- Lama Carbonática
- Lama Siliciclástica
- Pesqueiros
- Concessões Exploratórias
- Municípios da Área de Influência
- Municípios fora da Área de Influência

Ponto	Pesqueiro	Principais recursos
1	Antena do Taipus	Peixes demersais e pelágicos costeiros
2	35 de Paulo	Peixes demersais e pelágicos costeiros
3	Pedra do Passé	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
4	Pedra do Pasto	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
5	Beirada da Serra Quebrada	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
6	Pedra Nossa Senhora	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
7	Coroa Sem Nome	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
8	Pedra do Saramonete	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
9	35 do Cemitério	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
10	Beirada do Olho de Boi	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
11	Carito	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
12	Lama de Itacaré	Caranguejos Sete Barras e Rosa
13	Pedra das Pratinhas	Caranguejos Sete Barras e Rosa
14	Pedra da Mariquinha	Caranguejos Sete Barras e Rosa
15	Pedra de Itacaré	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
16	Parede de Tibucaçu	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
17	35 do Sul	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
18	35 de Jorubucaçu	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
19	Pedra Nova	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
20	Rego de Serra Grande	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
21	Barro Vermelho	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
22	Beirada de Serra Grande	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
23	Durica	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
24	Aguaceiro Durinho	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
25	Beirada	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
26	Buraco	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
27	Coroa da Cavala	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
28	Rego do Almada	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
29	Lama de Itéus	Caranguejos Sete Barras, Rosa e Pistola
30	Lama do Almada	Caranguejos Sete Barras, Rosa e Pistola
31	Coroa no Vale do Rego	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
32	Coroa de Fora	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
33	Beirada Rebancada	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
34	Barranco	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
35	Rego da Caranha/Canal Grande	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
36	Cava da Mata	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
37	Coroa de Roxo	Peixes demersais e pelágicos costeiros e oceânicos
38	Pedra sem nome	Peixes demersais e pelágicos costeiros
39	Barro Vermelho	Peixes demersais e pelágicos costeiros
40	Marmacão	Peixes demersais e pelágicos costeiros
41	30 do Cação	Peixes demersais e pelágicos; Cações demersais
42	Rede de Espera	Peixes
43	Rede de Espera	Peixes
44	Espinhal	Cações demersais
45	Ponta Grossa Taquari	Peixes demersais e pelágicos costeiros
46	Ponta da Mata	Peixes demersais e pelágicos costeiros
47	Lama do Meio	Caranguejos Sete Barras e Rosa

0 1 2 3 4 Km
 Escala de impressão: 1:200.000
 Projeto: UTM - Fuso 245
 Datum: SAD69

PÁGINA EM BRANCO



Áreas de pesca das comunidades pesqueiras do município de Ilhéus: Barra de São Miguel, Porto do Malhado, Porto Antigo (centro) e Pontal.

A frota de arrasto de camarão sediada em Ilhéus é composta, em parte, por embarcações mecanizadas armadas com tangones (“braços”) e guinchos para a abertura e recolhimento das redes. Esta frota consegue explorar zonas mais profundas (operando até mais de 40m de profundidade) dos fundos lamosos e arenosos das áreas arrastáveis ao largo das regiões adjacentes à sede de Ilhéus, na área conhecida como Lama de Ilhéus, ao largo da Ponta do Malhado, e fácies de lamas siliciclásticas mapeadas ao norte de Ilhéus e na região próxima à foz do Rio de Contas (Itacaré), conhecidas como Lama do Almada e Lama de Itacaré, respectivamente (**Figura II.5.3- 39**). Cabe mencionar que a Instrução Normativa do IBAMA nº14 de 14/10/2004 proíbe o exercício da pesca de arrasto motorizado a menos de 1 Km da costa da divisa dos municípios de Maraú e Itacaré até a divisa dos Municípios de Canavieiras e Belmonte.

Essas embarcações também não realizam pescarias para regiões mais distantes devido à baixa produtividade e ao alto custo das viagens. Assim como nos outros municípios, a frota de arrasto de Ilhéus realiza saídas diárias na madrugada, retornando aos portos de origem entre o final da manhã e o início da tarde. A frota camaroneira de Ilhéus fica sediada principalmente nas proximidades da sede da Colônia Z-34, no porto do Malhado, e da sede da Colônia Z-19, na barra do Pontal, e também no porto Velho, localizado no centro da cidade.

Já os barcos de convés da frota linheira sediada em Ilhéus explora regiões mais distantes no sentido sul, preferindo as áreas de pesca mais produtivas dos bancos Royal Charlotte e Banco de Abrolhos. A frota que freqüenta esta região costuma passar períodos maiores no mar, realizando viagens de pesca com duração variando entre 8 e 10 dias de mar, excluindo o tempo de navegação até os locais de pesca. De um modo geral, pode-se considerar que as embarcações da frota linheira artesanal de Ilhéus realizam saídas quinzenais.

As embarcações de menor porte e as embarcações sediadas em Barra do São Miguel, que realizam a pesca de linha, exploram recursos da zona de quebra da plataforma e talude superior, em áreas mais próximas dos portos de origem, em direção norte, entre a sede de Ilhéus e o município de Itacaré. Nesta zona,

destacam-se as seguintes áreas de pesca e pesqueiros: Rego do Almada, Coroa da Cavala, Buraco, Aguaceiro Durinho, Barro Vermelho, Durioba e Rêgo de Serra Grande.

Entre 2009 e 2011 algumas embarcações de Ilhéus começaram a realizar pescaria com espinhel pelágico de deriva, tendo como alvo recursos como o espadarte (*Xiphias gladius*), atuns e afins. Essas embarcações locais não costumam se afastar muito da costa, realizando esta atividade entre as isóbatas de 400 e 600m, sobre a zona oceânica do talude superior. Os pescadores entrevistados estimaram um número de cinco embarcações atualmente sediadas em Ilhéus que realizam a pesca de espinhel de deriva como principal pescaria.

Durante as entrevistas realizadas em campo, quando questionados sobre a frequência com que embarcações de outros municípios e de outros estados são avistados pescando na região ao largo do município de Ilhéus, só foram citadas a frequência de duas embarcações de linha de Alcobaça e três embarcações de Porto Seguro. Estas embarcações são conhecidas por freqüentarem a região durante as safras de verão de espécies pelágicas oceânicas, como dourados, cavalas, atuns e afins.

Em relação à frota de outros estados, registra-se a frequência de embarcações oriundas de Itaipava/ES, que realizam pesca oceânica com espinhel de superfície. Segundo os pescadores de Ilhéus, estas embarcações atuam mais costa fora, ao largo da zona de quebra da plataforma. Também foram citados os barcos da Paraíba e Ceará que costumavam visitar a região para a realização da pesca de Lagosta, mas que atualmente são cada vez menos avistadas na área devido à redução da produtividade da pesca da lagosta.

Áreas de pesca utilizadas pelas comunidades de jangadeiros do município de Uruçuca: Pé de Serra e Sargi; e do litoral norte do município de Ilhéus: Ponta do Ramo, Ponta da Tulha

Estas localidades apresentam uma característica única em relação a todos os outros municípios na área em estudo, que é a presença de uma frota constituída basicamente por jangadas tradicionais que realizam pesca com linha de mão.



Esta frota atua em mar aberto, na zona de quebra da plataforma e talude superior para realizar suas pescarias. Os pesqueiros que são explorados pelas jangadas e também são visitados pela frota linheira de Itacaré e Ilhéus são: Rêgo do Almada, Durioba, Aguaceiro Durinho e Rego de Serra Grande (**Figura II.5.3-39**). Estas jangadas exploram tanto espécies demersais recifais, de maior valor comercial, como pescaria de espécies pelágicas, principalmente no verão quando ocorre a safra dos “peixes de passagem”, como as cavalas, dorados, atuns e afins.

Os pescadores jangadeiros destas localidades realizam uma pesca de subsistência, complementada pela venda do pescado de maior valor comercial de forma a complementar as necessidades básicas da família. Considerando a pouca autonomia das jangadas e vulnerabilidade deste tipo de embarcação, destaca-se a dependência das comunidades de jangadeiros dessa região em relação aos pesqueiros tradicionalmente explorados em seus territórios de pesca localizados entre Itacaré e a sede do município de Ilhéus.

Áreas de pesca do município de Itacaré

As entrevistas realizadas em campo identificaram que no município de Itacaré, as embarcações da sede municipal são as únicas que realizam a pesca em águas abertas, especificamente as embarcações dedicadas ao arrasto de camarão e à pesca com linha de mão.

As embarcações que realizam o arrasto de camarão são de pequeno porte e não possuem equipamentos mecanizados (como tangones e guinchos), sendo o lançamento e recolhimento das redes realizados manualmente nas embarcações, o que limita os arrastos a profundidades que não ultrapassam a isóbata de 20 metros.

As áreas de pesca dessas embarcações incluem a região conhecida como Lama de Itacaré (Figura II.5.3-39), nas proximidades de Itacaré. Estas áreas não se sobrepõem com as áreas eventualmente exploradas pelas frotas de Valença e Ilhéus, já que as áreas de lamas não são acessadas pelas embarcações de Itacaré, por questões de limitação tecnológica.

A frota linheira sediada em Itacaré utiliza preferencialmente as áreas ao sul do município, principalmente na região de Serra Grande, nomeadamente os pesqueiros: 35 do Cemitério, Beirada do Olho de Boi e Canto. Nas entrevistas realizadas com os mestres de pescaria, apenas uma embarcação de pesca linheira de Itacaré utiliza eventualmente áreas ao norte, na região da península de Marau.

Áreas de pesca das frotas do município de Marau

Em geral, as pescarias de mar aberto realizadas pelas comunidades do município de Marau ocorrem nas proximidades das comunidades, sendo sempre muito costeiras. Para efeitos de representação, toda a zona costeira no entorno da península de Marau, até a isóbata de 15m, pode ser considerada como área de pescarias diversas realizadas pelas comunidades de Taipus, Cassange, Saquaira, Algodões e Piracanga.

No município destaca-se a comunidade de pescadores de Barra Grande, como aquela que possui embarcações de convés que operam a maiores distâncias da costa, em mar aberto, dedicadas sobretudo à pesca de arrasto de camarão e também linha de mão, além de mergulho para a caça submarina. Segundo os pescadores entrevistados durante os trabalhos de campo, as áreas de pesca preferencialmente exploradas pela frota de camarão só se estendem até a região de Itacaré em anos de boas safras. Nos anos em que a produção é mais fraca, os camaroneiros se distanciam menos de Barra Grande, visando otimizar a relação custo-produção.

Segundo as estatísticas de desembarques do projeto de Monitoramento Pesqueiro do Campo de Manati, entre os anos de 2005 e 2010 a frequência de viagens de pesca das embarcações de Barra Grande dedicadas ao arrasto de camarão, e que visitaram áreas de pesca ao sul da latitude de Itacaré, manteve-se abaixo de 4% do total de viagens registradas ao longo dos últimos anos (**Quadro II.5.3- 45**). Exceção é observada para o ano de 2008, quando se registrou apenas 35 viagens realizadas pelas embarcações camaroneiras da localidade, das quais quatro foram realizadas na Lama de Itacaré, elevando o percentual das viagens para 11,4% do total monitorado.



As embarcações de Barra Grande que operam nas pescarias com linha de mão e mergulho também apresentam uma baixa frequência de uso das áreas de pesca de linha em direção ao sul de Itacaré (entre 1 e 2% do total de viagens de pesca) (**Quadro II.5.3- 46**). O motivo também está relacionado ao custo das viagens de pesca, além da proximidade de sítios de pesca altamente produtivos na região imediatamente ao norte e a leste de Barra Grande, como os pesqueiros Rêgo da Caranha, 30 do Caçõ e Cava da Mata.

Áreas de pesca das frotas do município de Camamu

A frota pesqueira do município de Camamu está voltada principalmente à pesca costeira-estuarina, o que se reflete no número de canoas, sendo a maior frota identificada na área de estudo. Em segundo lugar está a frota de barcos de convês que possui uma maior autonomia de navegação e atua entre profundidades de 40 e 100m, principalmente nos pesqueiros localizados entre a península de Maraú e a ilha de Boipeba (município de Cairu), denominados: Coroa Sem Nome, 35 de Paulo, 30 do Caçõ, Ponta da Mata, Lama do Meio e Ponta Grossa de Taquarí.

Considerando as estatísticas de desembarques do projeto de Monitoramento Pesqueiro do Campo de Manati, entre os anos de 2005 e 2010, o número de viagens realizadas pelas embarcações de Camamu dedicadas ao arrasto de camarão, e que visitaram áreas de pesca ao sul de Itacaré, oscilou entre uma e duas viagens por ano, a exceção dos anos de 2006 e 2010, quando nenhuma embarcação monitorada visitou a área ao sul de Itacaré (**Quadro II.5.3- 45**).

Uma situação similar foi observada em relação às embarcações de Camamu que operam nas pescarias com linha de mão, as quais também apresentaram uma baixa frequência de uso das áreas de pesca de linha em direção ao sul de Itacaré (entre zero e 3 viagens por ano) (**Quadro II.5.3- 46**). O motivo também está relacionado ao custo das viagens de pesca, além da proximidade de sítios de pesca produtivos ao largo da península de Maraú.

Áreas de pesca das frotas das comunidades de Ilha do Contrato, Barra do Serinhaém e Tento (Valença)

O levantamento em campo identificou que as embarcações linheiras das comunidades de Ilha do Contrato, Barra do Serinhaém e Valença realiza a pesca preferencialmente entre as profundidades de 20 a 100m. A frota de Ilha do Contrato e Valença apresentaram registros mais freqüentes, em direção sul, para o pesqueiro Rêgo da Caranha e 35 de Paulo, ocorrendo registros também para os sítios de Barro Vermelho, 30 do Cação e Cava da Mata. Cabe mencionar que os pesqueiros denominados Parede de Tibucaçu (Itacaré), Rêgo de Serra Grande e Rêgo do Almada (Ilhéus) também são frequentados por esta frota, ainda que com menor frequência (Figura II.5.3- 39). Segundo dados do monitoramento pesqueiro do Campo de Manati, a atividade linheira dessas localidades apresentou uma baixa frequência de uso das áreas ao sul de Itacaré. Para a Ilha do Contrato o número de viagens oscilou entre uma a três, para os anos de 2005 a 2010. Para a localidade de Valença foi observada uma diminuição no número de viagens registradas ao sul de Itacaré, ao longo dos anos de monitoramento (**Quadro II.5.3- 46**).

De acordo com os dados coletados em campo, as embarcações da pesca de linha sediadas em Barra de Serinhaém utiliza preferencialmente os pesqueiros: Rêgo da Caranha, 30 do Cação, 35 do Cemitério, Beirada do Olho de Boi e Canto. Estas frotas tem como limites de atuação as áreas entre Guaibim (município de Valença) e Itacaré, eventualmente podendo alcançar o litoral de Ilhéus.

Os dados do monitoramento do Manati 2005 a 2010, mostram que os barcos de arrasto da Ilha do Contrato teve uma frequência de visitas ao sul de Itacaré praticamente nula, as únicas exceções foram registradas nos anos de 2005 e 2008, quando respectivamente 6,7% e 4,3% das viagens realizadas tiveram como destino as áreas de pesca ao norte de Ilhéus.

Quanto à frota camaroneira de Valença (Tento), na maioria dos anos de monitoramento foram obtidas frequências inferiores a 4%, a única exceção foi registrada no ano de 2008, quando 9,4% das viagens foram realizadas ao sul de Itacaré. Essa frota de Valença é composta por uma grande quantidade de barcos



de convés, empregando redes de arrasto de fundo que podem ser mecanizadas ou não. Atua em várias regiões do litoral baiano. Informações coletadas em campo indicam que freqüentam as regiões da plataforma continental desde a região ao largo da praia do Guaibim, ao norte, e tem como limite sul a região de Itacaré. Entre as áreas de arrasto preferenciais da frota de Valença (Tento), ao sul de sua área de distribuição, se destacam: Lama do Meio, Ponta Grossa de Taquari e Ponta da Mata, localizadas ao largo da ilha de Boipeba (Figura II.5.3-39).

Entre as áreas de pesca citadas pelos pescadores das localidades de Ilha do Contrato e Barra do Serianhém, as áreas de pesca preferencialmente exploradas pela frota de arrasto de camarão só se estendem até a região de Itacaré em anos de boas safras. Quando os anos são mais fracos, eles se distanciam menos do porto de origem com o objetivo de economizar no custeio da viagem.

Quadro II.5.3- 45 - Dados de frequência de viagens de pesca das embarcações da frota camaroneira (arrasto de camarão) de Barra Grande, registrados pelo projeto de monitoramento pesqueiro do Campo de Manati entre os anos de 2005 e 2010.

Localidade	Ano	Arrasto de camarão		
		Total de viagens realizadas ao sul de Itacaré	(n) total de viagens monitoradas na localidade	% por viagem
Barra Grande	2005	0	176	0
	2006	0	150	0
	2007	1	55	1,8
	2008	4	35	11,4
	2009	4	113	3,5
	2010	5	127	3,9
Camamu	2005	1	6	16,7
	2006	0	12	0
	2007	2	21	9,5
	2008	1	8	12,5
	2009	1	5	20
	2010	0	0	0
Ilha do Contrato	2005	6	89	6,7
	2006	0	180	0
	2007	0	13	0
	2008	1	23	4,3
	2009	0	60	0
	2010	0	8	0

Continua

Continuação do Quadro II.5.3-45

Localidade	Ano	Arrasto de camarão		
		Total de viagens realizadas ao sul de Itacaré	(n) total de viagens monitoradas na localidade	% por viagem
	2006	22	582	3,8
	2007	5	182	2,7
	2008	5	53	9,4
	2009	1	381	0,3
	2010	0	282	0

Fonte: Monitoramento Pesqueiro do Campo de Manati, Petrobras.

Quadro II.5.3- 46 - Dados de frequência de viagens de pesca das embarcações da frota linheira (linha de mão) de Barra Grande, registrados pelo projeto de monitoramento pesqueiro do Campo de Manati entre os anos de 2005 e 2010.

Localidade	Ano	Linha de mão		
		Total de viagens realizadas ao sul de Itacaré	(n) total de viagens monitoradas na localidade	% por viagem
Barra Grande	2005	1	83	1,2
	2006	2	102	2,0
	2007	0	16	0,0
	2008	0	14	0,0
	2009	1	55	1,8
	2010	1	50	2,0
Camamu	2005	1	1	100,0
	2006	3	3	100,0
	2007	0	0	0,0
	2008	0	0	0,0
	2009	1	5	20,0
	2010	0	23	0,0
I. Contrato	2005	3	19	15,8
	2006	3	16	18,8
	2007	0	10	0,0
	2008	0	0	0,0
	2009	2	28	7,1
	2010	1	23	4,3
Valença	2005	7	49	14,3
	2006	4	21	19,0
	2007	2	2	100,0
	2008	1	5	20,0
	2009	0	2	0,0
	2010	1	1	100,0

N) Identificação e Caracterização de Populações Extrativistas

A área de estudo estende-se por uma ampla região de desenvolvimento, fortemente vinculada ao turismo e às atividades pesqueiras e de mariscagem. Trata-se de uma área conformada pelo estuário de importantes rios, que formam manguezais e diversas ilhas, e uma imensa área extremamente propícia à prática da pesca, nas suas mais diversas modalidades. Além disso, a mariscagem é intensamente praticada na região. Nesse sentido, é possível dizer que, em todos os povoados da zona costeira e das áreas estuarinas, há uma presença marcante de populações extrativistas, de difícil mapeamento quantitativo, uma vez que em sua maioria desempenha essas atividades para a própria subsistência. De todo modo, é possível dizer que a maior parte dos povoados e localidades dessa zona tem um contingente que trabalha desenvolvendo atividades extrativistas vinculadas ao rio e ao mar.

A presença dessas atividades fica bastante clara na existência de importantes Colônias de Pescadores na região, como a Z-17 (Camamu), a Z-62 (Maraú), a Z-18 (Itacaré) e as Z-34 e Z-19 (Ilhéus). Além das colônias, existem também algumas associações de pescadores, de vilas e povoados, que se associam às colônias maiores. Entre elas é possível citar a ASPEBA, de Barra Grande, e a Associação de Pescadores de Serra Grande.

De uma forma mais específica, é possível observar a presença uma população de jangadeiros nas comunidades de Sargi e Pé de Serra (Uruçuca), em Itacaré localizam-se um grande número de comunidades que desenvolvem atividades produtivas, com características tradicionais, tais como agricultura familiar, pesca artesanal, mariscagem e extrativismo vegetal. A maior parte está localizada mais para o interior do município, nos manguezais, ou situadas nas regiões ribeirinhas, mas não fazem em sua maioria uso do espaço marítimo (**Figura II.5.3- 124**). As únicas exceções são o Quilombo de Porto de Trás, situado na sede municipal, que desenvolve pesca marítima no litoral do município. Levantamentos de campo e junto à Fundação Cultural Palmares indicam a presença de inúmeros quilombos certificados ou em fase de certificação.

Quanto aos instrumentos legais vigentes sobre as comunidades extrativistas, o Decreto Nº 6.040, de 7/2/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Entende-se como “*Povos e Comunidades Tradicionais*” os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, com formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Consideram-se “*Territórios Tradicionais*” os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

A seguir são apresentadas as comunidades extrativistas presentes na área em estudo.

Comunidades quilombolas

Santo Amaro

Santo Amaro está situada na margem esquerda do Rio de Contas, numa área de manguezal, a 4 km de Itacaré. Atualmente, segundo informações locais, vivem na comunidade cerca de 35 famílias, em pequenas moradias improvisadas, feitas de madeira e lonas plásticas. A maioria das terras pertence a Dona Júlia, que é a moradora mais velha da comunidade. Dona Júlia comercializa bebidas, por ela produzidas, na feira de Itacaré. Os moradores desenvolvem uma agricultura de subsistência, que inclui a criação de pequenos animais, como galinhas, e o extrativismo, que inclui a pesca e a coleta de marisco. As culturas mais importantes são a mandioca, o coco, a banana, o limão, o dendê, a manga, o abacaxi e o caju. Santo Amaro é uma das poucas comunidades que ainda pratica religião de matriz africana, com um terreiro de Candomblé sob a administração de Dona Júlia. Nas demais comunidades quilombolas, os cultos evangélicos



predominam (**Figura II.5.3-40, Figura II.5.3-41, Figura II.5.3-42 e Figura II.5.3-43**).



Figura II.5.3-40 - Tipo de moradia - Santo Amaro.



Figura II.5.3-41 – Tipo de canoa usada para pesca tradicional - Santo Amaro.



Figura II.5.3-42 - Manguezal - Santo Amaro.



Figura II.5.3-43 - Quilombo de Santo Amaro.

João Rodrigues

Situada na margem esquerda do Rio de Contas, compreende o território onde corre o rio João Rodrigues, fazendo limite com o Assentamento Pancada Grande, a estrada para Maraú e o riacho de Vavá.

A localidade conta com 48 famílias, distribuídas pela área, em domicílios de padrão inadequado ou improvisadas. Esse quilombo mantém alguns marcos simbólicos, como uma jaqueira, que teria sido plantada há alguns séculos pelos escravos e as ruínas de um antigo engenho de açúcar, que alimenta algumas lendas e mitos locais. Os moradores se dedicam a cultura de cacau, banana, mandioca, dendê, seringa, cupuaçu e cana, e da criação de pequenos animais como galinhas. Alguns moradores se dedicam à criação de equinos e bovinos. A produção é voltada para subsistência e o excedente, quando existe, vendido na feira. Entre as demandas locais destacam-se as questões do transporte e da falta de dinamismo econômico (**Figura II.5.3-44**).



Figura II.5.3-44 - Tipo de Moradia João Rodrigues.

Fojo

Situada às margens da estrada Itacaré-Taboquinhas, esta localidade é constituída por aproximadamente cem famílias, dispostas por uma ampla área. A comunidade faz limite com a estrada Itacaré-Taboquinhas, a estrada para Maraú, o riacho de Vavá e o assentamento rural de Pancada Grande. A infraestrutura local é precária. Não existe abastecimento de água tratada nem cobertura de telefonia móvel. Não existe posto de saúde e as visitas dos Agentes de Saúde são esporádicas. Para obterem atendimento médico e demais serviços os moradores são obrigados a se deslocarem para a cidade de Itacaré. O Pastor da Igreja evangélica (**Figura II.5.3-45**), o “Sr. Delsic”, é também presidente da Associação de Moradores Quilombo Fojo e principal líder local.

A atividade produtiva está relacionada à agricultura familiar, mas as aposentadorias e os empregos, no setor de serviços, representam a maior parte dos ingressos da população. Os produtos obtidos na atividade agrícola são o cacau, o dendê, a mandioca, a goiaba, o abacate, a banana, o cupuaçu e o urucum.

Uma parte dos moradores dedica-se à criação de gado bovino e de aves (galinha). Está em construção uma escola municipal (1º ao 5º anos do Ensino Fundamental) e um Centro Digital da Cidadania, para prover acesso à internet e à informática.





Figura II.5.3-45 - Igreja Evangélica de Fojo.

Segundo os depoimentos dos moradores, o projeto de demarcação de terras da comunidade está em andamento.

Serra da Água

Situada na divisa dos municípios de Ubaitaba e Uruçuca esta localidade se destaca pela precariedade dos acessos que mantem a comunidade isolada em períodos chuvosos. Está localizada próximo à divisa de Ubaitaba e Uruçuca e conta com uma população de aproximadamente 150 famílias, voltadas para agricultura e à prestação de serviços como vaqueiros, tropeiros e costureiras. As casas apresentam padrão inadequado, na sua maior parte sem instalações sanitárias e construídas de alvenaria, madeira e taipa (**Figura II.5.3-46**). As atividades produtivas envolvem a cultura de cacau, banana, coco, laranja, mandioca, caju, seringa, dendê, café e cravo. A criação de animais, embora pequena, é diversificada, incluindo suínos, muares, bovinos e aves (galinhas).



Foto: Luciana Baicacoa.

Figura II.5.3-46- Tipo de domicílio- Serra da Água.

Cuiúdos (Fazenda São Jorge)

Esta comunidade está localizada perto do povoado de Taboquinhas, logo após a travessia do rio de Contas, a 37,5 km de Itacaré é constituída fundamentalmente por um único núcleo familiar. A principal fonte de renda é obtida do cultivo de mandioca, o coco, o cacau, a banana, o jambo, a jaca e a manga e as transferências resultantes dos programas sociais e as aposentadorias tem um grande peso na economia local. A criação de animais está voltada para o gado bovino e muares. O acesso à localidade é realizado através de balseamento (**Figura II.5.3-47**).



Foto: Luciana Baicacoa.

Figura II.5.3-47 - Acesso a Cuiúdos.

Acaris

Localizada na estrada que liga Itacaré a Ubaitaba, entre o povoado de Taboquinhas e Água Fria, esta comunidade agrega 35 famílias de três grandes grupos familiares. As principais atividades são a pesca e a agricultura. A principal fonte de ingresso são os programas sociais de transferência de renda e as aposentadorias. Entre os produtos agrícolas produzidos destacam-se o cacau, o coco, a mandioca e a pimenta do reino. A criação de animais inclui porcos, gado bovino e galinhas (**Figura II.5.3-48**).



Foto Luciana Baicacoa

Figura II.5.3-48 - Vista Geral de Acaris.

Quilômetro 5

A localidade conhecida como Quilômetro 5 e que está situada nas vias de acesso a Itacaré ainda não deu entrada, junto à Fundação Palmares, na sua auto declaração como comunidade quilombola. Esta pequena localidade conta com um pequeno número de casas (16), sendo que a maioria pertencente a uma mesma família, cujo patriarca é o Sr Manuel Francisco dos Santos, o “Bagé”. As moradias apresentam padrão inadequado, feitas de blocos, madeira e taipa, embora existam algumas de melhor padrão. A infraestrutura local é deficiente, principalmente em relação ao saneamento básico, embora a maioria das casas esteja ligada a rede de energia elétrica. A atividade produtiva está voltada para o cultivo de cacau, cana e banana. Observa-se também uma incipiente produção de mel para venda, e a criação de galinhas para consumo próprio. Parte significativa da renda provem dos programas de transferência de renda e das aposentadorias. Os mais jovens buscam ocupação na zona urbana de Itacaré. (**Figura II.5.3-49, Figura II.5.3-50, Figura II.5.3-51 e Figura II.5.3-52**).



Figura II.5.3-49- Acesso a Localidade Km 5.



Figura II.5.3-50- Vista geral da Comunidade de Km 5.



Figura II.5.3-51- Tipo de Moradia Km 5.



Figura II.5.3-52- Tipo de Moradia Km 5.

Porto de Trás

Esta comunidade pesqueira é caracterizada como um quilombo urbano do município de Itacaré. A pesca é praticada, na foz do rio de Contas, e eventualmente na zona costeira do município. Situado na sede municipal, na Barra do rio de Contas, essa comunidade integra-se à cidade, como um bairro, embora o seu traçado e geometria apresentem características próprias. É constituída por mais de 70 residências, de padrão adequado e semiadequado, abastecidas com energia elétrica, água tratada e banheiros ligados à rede de esgotos.

Entre as atividades produtivas, destacam-se a prestação de serviços, a pesca e a mariscagem no mangue, que supre a demanda de uma série de restaurantes integrados ao turismo da cidade. A venda de caranguejo catado é uma das

principais ocupações, para as famílias, que comercializam o produto a R\$10,00/kg, preço considerado baixo, uma vez que os turistas desembolsam até R\$60,00 em uma porção de 250g, em hotéis e resorts.

A comunidade demonstra estar integrada à cidade, mantendo uma estreita relação com as atividades turísticas desenvolvidas na sede municipal.

O Porto de Trás destaca-se também por sua organização social, contando com um grande Centro Cultural, onde estão registrados elementos da tradição cultural, desenvolvendo, ainda, junto a uma ONG internacional, atividades direcionadas à população jovem (**Figura II.5.3-53, Figura II.5.3-54, Figura II.5.3-55 e Figura II.5.3-56**).



Figura II.5.3-53 - Porto de Trás - Pescador de rede.



Figura II.5.3-54 - Porto de Trás - Vista Geral.



Figura II.5.3-55 - Porto de Trás - Barcos de pesca.



Figura II.5.3-56 - Porto de Trás - Vista Geral.

Porto do Oitizeiro

Este é provavelmente um dos mais antigos quilombos da região de Itacaré. Segundo Dona Otília Nogueira¹⁷, historiadora leiga local, a comunidade foi constituída nos últimos anos do século XVIII, por negros que estavam num navio negreiro que se envolveu em um combate na foz do rio de Contas. Os negros cativos, que estavam na embarcação, aproveitaram-se da situação e se atiraram na água, nadando para o interior da barra do rio de Contas, onde se estabeleceram às suas margens. Está situado a uma distância de 11 km da sede municipal de Itacaré (**Figura II.5.3-57 e Figura II.5.3-58**).



Figura II.5.3-57- Vista geral Porto do Oitizeiro.

¹⁷ Depoimento colhido em campo de 2011.



Figura II.5.3-58- Moradora de Porto do Oitizeiro.

Existem outras versões, como a de Passos (1996), que afirmam que a formação do Porto do Oitizeiro decorre de uma revolta de escravos da Vila de São José da Barra do Rio de Contas, atual Itacaré. Ao ser atacada em 1806 e destruída, sua população dispersou-se pela região, formando diversas comunidades situadas ao longo do rio de Contas e na direção sul do atual município de Itacaré.

Parte desta população deu origem ao quilombo urbano de Porto de Trás. Em 2006, a comunidade de Porto do Oitizeiro obteve a certificação da Fundação Palmares, através da Portaria nº8 (10/05/2006) e do Registro no Livro de Cadastro Geral nº06 – Registro 515 – Fl. 24, em 27/03/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº90 – Folha 10. A situação fundiária, no entanto, ainda não está devidamente resolvida e permanece sem titulação.

Além destas comunidades quilombolas situadas no município de Itacaré, a fundação Palmares registra ainda outros 7 quilombos, no município de Maraú¹⁸.

Embora estas comunidades desenvolvam algum tipo de atividade produtiva, de natureza artesanal, como pesca, mariscagem ou extrativismo vegetal, a natureza local destas atividades, sua localização no interior dos municípios e ao

¹⁸ Em Maraú, estão localizadas as comunidades de Maraú, Minério, São Raimundo, Empata Virgem, Terra Verde, Barro Vermelho e Quintungo.

norte do município de Itacaré e da área do empreendimento, descartam qualquer possibilidade de interação entre estas localidades e a área de estudo do empreendimento, ou, ainda, com as rotas das embarcações de suprimento que abastecerão as plataformas de exploração.

Em Ilhéus não existem comunidades quilombolas certificadas ou em processo de certificação no INCRA ou na Fundação Palmares.

Aldeamentos indígenas

Na região do Baixo Sul e do Litoral Sul existem aldeamentos de grupos indígenas dos Pataxós e dos Tupinambás. Em Camamu está localizada a aldeia Indígena de Nova Vida, situada na fazenda Bahiana. Essas Terras ocupadas pelo ao Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe tem sua situação jurídica definida como Terras dominais e adquiridas. A área da Fazenda é de 308 ha com uma população de 82 pessoas segundo o Anuário Estatístico da Bahia de 2007 produzido pela SEI. A comunidade está localizada no interior do município e não estão previstas inter-relações com o empreendimento.

Ilhéus possui aldeamentos indígenas localizados na região sul do município, numa área que está em processo de demarcação. Em abril de 2009, a FUNAI concluiu a primeira fase de demarcação da área, com sua identificação e delimitação¹⁹. São 19 aldeias situadas nos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, distribuídas em três regiões: Acuípes, Olivença e Serra do Padeiro. Na sede do Distrito de Olivença está situada a aldeia mais antiga, e com a população indígena mais expressiva, em termos quantitativos, conforme relatório de uma visita da FUNAI à região, em 2004 (**Quadro II.5.3-47**).

Quadro II.5.3-47- Terra Indígena Tupinambás de Olivença.

Comunidades	Município	População
Comunidade Serra das Trepes	Ilhéus	304
Comunidade Serra do Padeiro	Ilhéus	349
Comunidade Serra do Ronca	Ilhéus	-
Comunidade Serra do Serrote	Ilhéus	-
Comunidade Serra Negra	Ilhéus	113
Comunidade Acuípe de Baixo	Ilhéus/Una	317
Comunidade Campo de São Pedro	Ilhéus	82
Comunidade Curupitenga	Ilhéus	74

Continua

¹⁹ Despacho 24, publicado em 20.04.2009.

Continuação do Quadro II.5.2-47

Comunidades	Município	População
Comunidade Cururupe	Ilhéus	-
Comunidade Gravatá	Ilhéus	131
Comunidade Mamão	Ilhéus	-
Comunidade Olivença	Ilhéus	1.293
Comunidade Pixixica	Ilhéus	26
Comunidade Santana	Ilhéus	339
Comunidade Santaninha	Ilhéus	-
Comunidade Sapucaieira	Ilhéus	422

Fonte: ANAI-BA/DSEI-FUNASA.

Estas aldeias possuem uma população de 4.486 habitantes, segundo a FUNASA, e estão espalhadas por uma região de 47.376 ha, que vai do litoral até a divisa do município vizinho de Buerarema.

A caracterização fundiária do território delimitado dos Tupinambás é constituída de 15 zonas, conforme descreve o “Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambás de Olivença”:

“Zona 1, abrangendo toda a extensão litorânea que vai da região do mangue do Cururupe até a confluência dos rios Maruim e Una, próximo à Lagoa do Mabaço;

Zona 2: área com relevo acidentado, e clima fortemente influenciado pela proximidade do mar e de intensa ocupação indígena, tendo a exploração da piaçava como a principal atividade econômica

Zona 3: área acidentada com solos de média fertilidade, em que existem assentamentos, normalmente resultantes de antigas “invasões”. Em relação aos assentamentos acima apontados faz-se necessário esclarecer que, segundo o INCRA, existem apenas 03 Projetos de Assentamento na região, o PA Ipiranga e outros dois conhecidos regionalmente como Cajueiro I e II. Destes, apenas o PA Ipiranga está incluso na área delimitada;

Zona 4: área onde existem pequenos sítios, com fruteiras, inclusive cacauzeiros, denotando uma melhoria na qualidade do solo, permanecendo a topografia muito acidentada. São áreas pequenas, no mais das vezes de índios;

Zona 5: área de solos mais arenosos, com vegetação menos exuberante, inclusive pobre em piaçaveiras. São raras as benfeitorias, e estas se resumem a poucas casas e coqueiros, predominando as propriedades de indígenas;

Zona 6: área onde existem algumas fazendas de coco, pastagens e roças. Os índios são maioria, embora não ocupem a maior parte das terras;

Zona 7: Área com predominância de imóveis pequenos, com casas simples, mas já com culturas perenes, como cacau e seringueira, além de plantios de mamoeiros. Muitos imóveis são de índios;

Zona 8: área com fazendas de 30 a 40 ha, recém desmembradas por alguém conhecido regionalmente como “Antonio Penado”, e pequenos sítios, principalmente de índios;

Zona 9: área tipicamente cacauzeira. Solos de boa fertilidade, topografia íngreme, boa disponibilidade hídrica, muito da mata primitiva ainda em pé, embora empobrecida no que diz respeito a madeiras nobres e desbastada para o plantio de cacau (cabruca). Além de matas e cacauais se vêem pastagens e seringais;

Zona 10: área de vegetação típica de cerrado;

Zona 11: pequeno trecho de área acidentada, com mata e pastagens, porém aí as matas são menos ricas em piaçava e não propícias para cacauzeiros;

Zona 12: área em que predominam imóveis pequenos, de índios e não-índios, com alguma semelhança com a região 7, sendo o diferencial a presença de alguns imóveis maiores. Em razão do solo e topografia, estas áreas possuem seringais, cacauais, coqueirais, além de matas. Há famílias indígenas entre os moradores de fazendas;

Zona 13: região tipicamente produtora de cacau, contando, entretanto com imóveis menores, sendo que os grandes regulam em torno de 200 ha e os mais comuns, entre 10 e 30 há;

Zona 14: Área cacaueira, porém já de transição, com solos mais pobres. Vêm-se imóveis de grande porte com muitos posseiros, índios ou não. Ainda observam-se roças de índios, estas com cacau, seringueira e mandioca. As fazendas maiores, mesmo não ocupadas, aparentam ser improdutivas ou até abandonadas. Existem muitas pastagens, sendo estas classificáveis entre regulares e precárias, dado a presença maciça de avencas e outras invasoras;

Zona 15: região de solos arenosos ou argilo-arenosos, acidentada, com poucas benfeitorias, prevalecendo as matas, sendo estas não muito exuberantes, e com pequena ocorrência de piaçaveiras. Destacam-se os plantios de coqueiros e os pastos. Foi possível obter dados sobre o tamanho das propriedades em 296 pontos, os quais somam 22.251 ha, o que corresponde a cerca de 50% da área delimitada" (DE PAULA, 2009, p. 12).

De uma forma geral, estas comunidades desenvolvem atividades produtivas artesanais, como pesca, caça e extrativismo vegetal, além da agricultura de subsistência. As comunidades mais perto da zona litorânea desenvolvem pesca e coleta de marisco, nos manguezais e áreas estuarinas locais, mas não praticam pesca marítima. Sua localização, ao sul da sede municipal de Ilhéus, exclui a possibilidade de interferência sobre a atividade pesqueira, da circulação de embarcações de apoio que prestarão serviço às plataformas de exploração nas Concessões BM-CAL-11/12.

Comunidades pesqueiras litorâneas

A seguir são apresentadas as comunidades de pescadores avaliadas na área em estudo seguindo a itemização utilizada na caracterização das áreas de pesca.

Pescadores da Barra de São Miguel, Porto do Malhado, Porto Antigo (centro) e Pontal

Em Ilhéus estão estabelecidas duas Colônias de Pesca, a Z-34 e a Z-19, a primeira é responsável por todos os bairros de Ilhéus e localidades ao norte até o limite com Itacaré, sendo que Uruçuca faz parte de sua abrangência. A colônia de Pesca Z-19 abrange o bairro do Pontal e bairros localizados no litoral sul de Ilhéus até o município de Una.

A Colônia Z-34 (**Figura II.5.3- 59**) tem o maior número de pescadores e marisqueiras inscritos e também possui uma estrutura com câmaras de congelamento e local de compra e venda do pescado. As embarcações aí sediadas tem um maior porte e em geral já possuem equipamentos de localização geográfica, ecossonda e no caso das embarcações de arrasto de camarão a maior parte das embarcações possuem braços mecânicos e guinchos para o recolhimento da rede.



Foto: Alina Sá Nunes.

Figura II.5.3- 59 - Vista da fachada da colônia de pesca Z-34



Foto: Alina Sá Nunes.

Figura II.5.3- 60 - Vista geral dos barcos sediados no bairro do Malhado, próximo a Colônia Z-34.

As comunidades pesqueiras localizadas dentro da sede do município de Ilhéus apresentam como principal fator em comum, o fato destas residirem e terem suas embarcações sediadas num ambiente urbano.

As embarcações sediadas no Porto de Malhado são em grande parte embarcações de pesca comercial assim como em barra de São Miguel e no bairro do Pontal. A frota costuma variar seu local de ancoragem dentro do próprio município podendo realizar seus desembarques em locais diferentes. Isso tem implicações em todas as vantagens no que se refere à logística da pescaria, pois sendo um centro maior, a aquisição dos aviamentos da manutenção das embarcações e a venda do pescado é mais fácil de ser realizada. Esta condição se aplica principalmente no caso dos pescadores que trabalham embarcados realizando a pesca comercial.

As desvantagens de serem comunidades pesqueiras urbanas estão principalmente relacionadas às questões de trânsito e segurança. Em geral as residências estão localizadas distantes dos portos e o traslado tem que ser feito por ônibus, acrescentando o custo adicional ao pescador. A falta de segurança na saída e chegada às suas residências, devido aos horários em que ocorrem as pescarias, quando por exemplo se tem que sair de madrugada ou retornar a noite.

A comunidade de Barra de São Miguel está um pouco menos sujeita a estes problemas urbanos. Este bairro é originado de uma vila de pescadores que exploravam os estuários da região, e a maior parte das pessoas residentes estão envolvidas ainda com a atividade de pesca (**Figura II.5.3- 61** e **Figura II.5.3- 62**).



Figura II.5.3- 61 - Vista geral da entrada da Barra do São Miguel.



Figura II.5.3- 62 - Barcos ancorados na entrada da barra no bairro de São Miguel – Ilhéus.

A frota sediada neste bairro é composta, na sua maior parte, por embarcações de convés de tamanhos bastante variados que realizam principalmente a pesca de linha e anzol, arrasto de camarão e redes de espera. Mas também é encontrado um grande número de embarcações menores como

canoas, catraias e botes motorizados utilizados na pescaria do estuário do Rio Almada. As pescarias aí desenvolvidas incluem um grande número de aparelhos de pesca tais como as tarrafas, redes de espera dos tipos tainheira, sardinheira, linhas de mão, jererés e armadilhas do tipo covo para peixes e camarões.

Esta localidade também tem como tradição a carpintaria naval. Foram contabilizados em torno de 4 pequenos estaleiros que constroem e dão manutenção a barcos de convés de madeira (**Figura II.5.3-63** e **Figura II.5.3-64**). Estes estaleiros fazem a manutenção nas embarcações do município e atendem um grande número de pescadores. As marisqueiras desta localidade exploram principalmente os siris com auxílio de jererés.



Figura II.5.3-63 - Estaleiro para construção de embarcações e pesca no bairro de São Miguel.



Figura II.5.3-64 - Embarcações fundeadas no estaleiro a espera de manutenção no bairro de São Miguel.

O Porto Antigo já foi bastante utilizado na década de 90 onde existiam empresas de compra e beneficiamento de pescado. No final da década de noventa recebia a maior parte dos desembarques de pesca de linha e de embarcações de arrasto de camarão.

O programa REVIZEE acompanhou desembarques neste porto durante dois anos e entre os principais recursos capturados destacavam-se os camarões branco, rosa e o sete barbas. Também havia uma pescaria de linha de mão direcionada principalmente para a guaiúba *Ocyurus crysurus*.

Segundo Klippel *et al* (2005), durante o período de amostragem do Programa REVIZEE, cerca de 40% dos desembarques totais da pesca de linha na costa Central brasileira correspondia às capturas da espécie (guaiúba), explorada principalmente pela frota de linheiros de Vitória (ES) e frota linheira sediada no sul do estado da Bahia principalmente Ilhéus, Porto Seguro, Nova Viçosa e Alcobaça. Estes autores concluíram que os estoques de *Ocyurus crysurus* já apresentavam sinais de sobrepesca no período da avaliação, entre 1998 e 2000, recomendando-se a redução de 60% das capturas da espécie e o estabelecimento de cotas de captura de no máximo 3.500 t/ano.

A frota linheira de Ilhéus, então especializada na captura desta espécie, passou a redirecionar seu esforço para espécies pelágicas, principalmente os dourados e cavalas. Durante o levantamento de campo realizado em outubro de 2011, o desembarque destas espécies pode ser registrado no Porto Antigo de Ilhéus, como apresentado nas **Figura II.5.3- 67** a **Figura II.5.3- 71**.



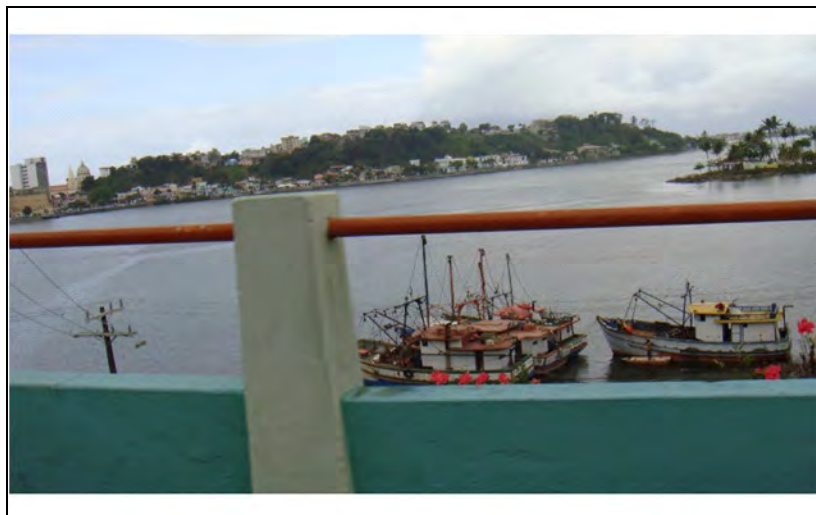


Figura II.5.3- 65 - Embarcações de arrasto de camarão mecanizado ancoradas no Porto Antigo – centro do município de Ilhéus –Outubro de 2011.

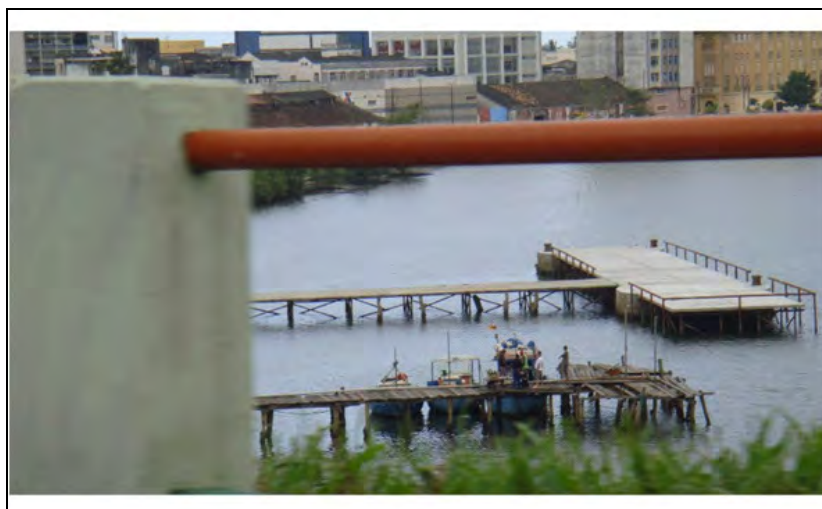


Figura II.5.3- 66 - Embarcações de pesca de linha durante desembarque no Porto Antigo – Centro do município de Ilhéus – Outubro de 2011.



Figura II.5.3- 67 - “Badejo Quadrado” *Mycteroperca bonaci* desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.



Figura II.5.3- 68 – “Vermelho Cioba” (*Lutjanus analis*) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.



Figura II.5.3- 69 – “Vermelho Guaiuba” (*Ocyurus crysurus*) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus – Outubro 2011.



Figura II.5.3- 70 – “Dourado” (*Coryphaena hippurus*) desembarcado no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.



Figura II.5.3- 71 - Cavala aimpim (*Acanthocybium solandri*) desembarcada no Porto Antigo – Centro de Ilhéus - Outubro 2011.

O porto localizado no bairro do Pontal tem uma frota de menor tamanho e autonomia, apesar de ser formada basicamente por barcos de convés (**Figura II.5.3- 72**). As embarcações ai sediadas estão cadastradas na Colônia Z-19 que também possui uma boa estrutura e uma peixaria própria para revenda do pescado.



Figura II.5.3- 72 - Vista geral das embarcações sediadas no bairro do Pontal – Colônia Z-19.

No ano passado a sede da colônia foi reformada e passou por um processo de atualização do cadastro dos pescadores e marisqueiras que residem em localidades de sua abrangência. A frota do Pontal já possui embarcações com casco de fibra e realiza a pesca de camarão, algumas destas já possuem guinchos mecanizados para o recolhimento das redes de arrasto. Porém, a maioria das embarcações ai sediadas realizam a pesca de linha e anzol como principal atividade.



Figura II.5.3- 73 - Sede da Colônia Z-19, bairro do Pontal – Ilhéus.



Figura II.5.3- 74 - Barco de arrasto de camarão mecanizado – bairro do Pontal – Ilhéus.

Marisqueiras: Bairros de Teotônio Vilela (sede municipal de Ilhéus) e Nelson Costa

Vale destacar que na sede do município de Ilhéus foram identificados dois bairros com um grande número de pessoas que realizam a mariscagem como meio de subsistência, a saber, os bairros de Teotônio Vilela e de Nelson Costa.

O Bairro Teotônio Vilela é considerado um bairro de baixa renda localizado na periferia de Ilhéus (**Figura II.5.3- 75**). A mariscagem é realizada por grande parte dos moradores, feita com objetivo de complemento alimentar. Também existe uma população que realiza a mariscagem com o objetivo de revender o pescado. A origem desta população tem relação direta com a falta de inserção social no mercado formal de empregos. Normalmente o nível de escolaridade é muito baixo e o exercício da mariscagem se dá exclusivamente por uma questão de sobrevivência, não havendo qualquer tipo de valorização ou ascendência social.

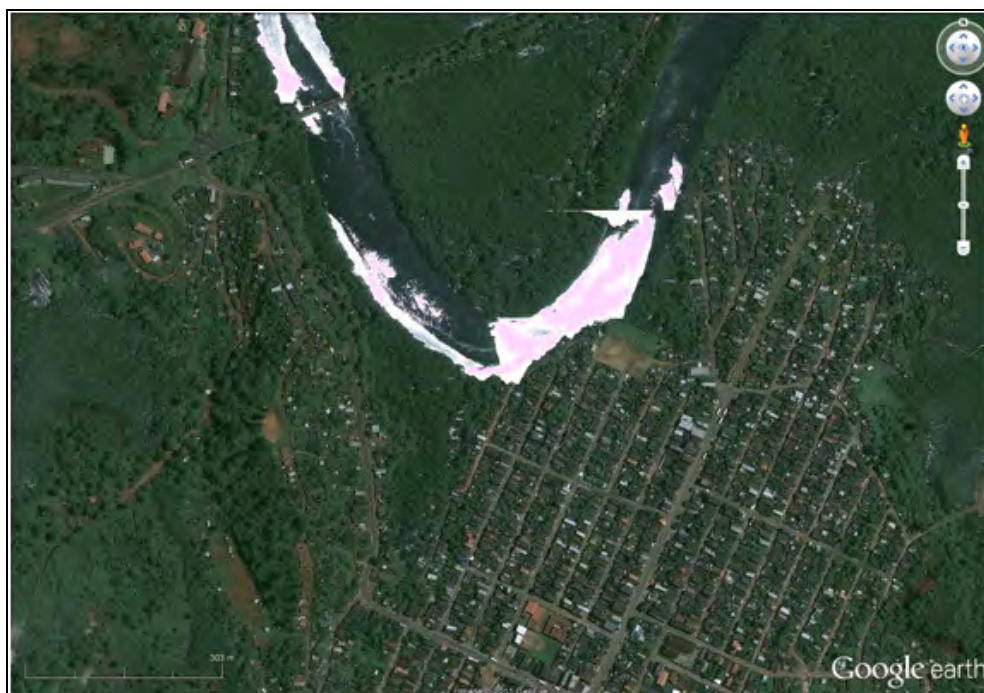


Figura II.5.3- 75 - Imagem de satélite do bairro Teotônio Vilela – município de Ilhéus.

As marisqueiras normalmente moram nas margens do mangue, ocupados espontaneamente a partir do corte e aterro do mangue (**Figura II.5.3- 76** a **Figura II.5.3- 79**). A degradação dos estuários pelos efluentes domésticos da cidade e

supressão da vegetação, associada também à pressão pesqueira, tem reduzido a produtividade local, sendo cada vez mais difícil capturar siris, ostras e outros mariscos para a produção de catado.



Figura II.5.3- 76 - Mangue sendo aterrado no bairro Teotônio Vilela – Ilhéus.



Figura II.5.3- 77 - Caranguejos vendidos na entrada do bairro Teotônio Vilela – Ilhéus.



Figura II.5.3- 78 - Entrada para manguezal no bairro Teotônio Vilela-Ilhéus.



Figura II.5.3- 79 - Casa próxima a manguezal no bairro Teotônio Vilela- Ilhéus.

O bairro Nelson Costa, localizado ao sul de Ilhéus, em direção a Olivença, também foi identificado como local de concentração de marisqueiras, destacando-se, dentro do bairro, as localidades de Coutos e Mangueira. Na **Figura II.5.3-80** está identificada a localidade de Mangueira.

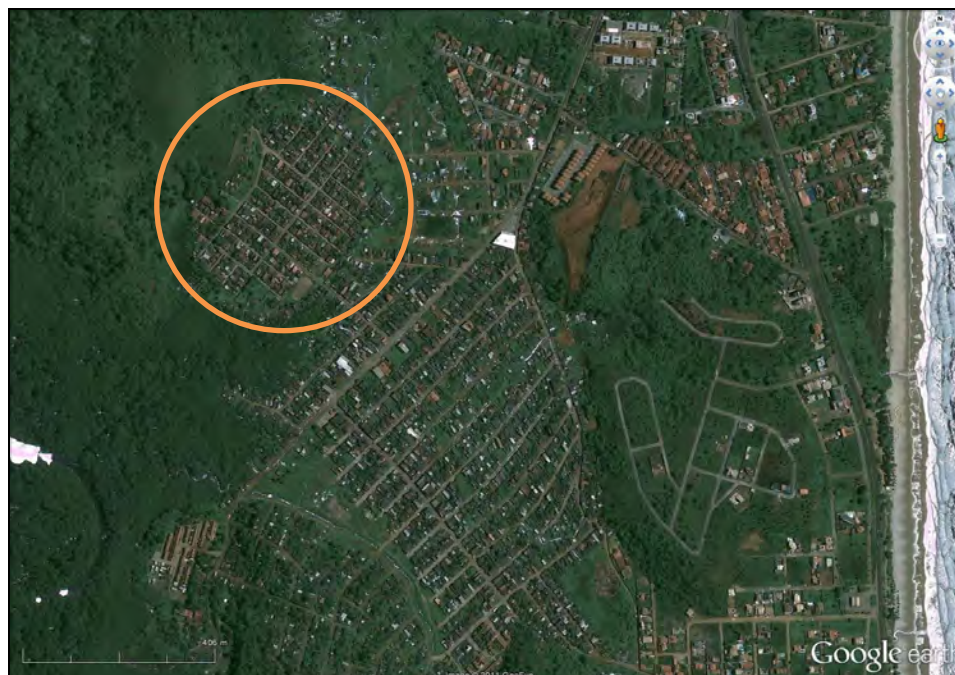


Figura II.5.3-80 - Imagem de Satélite com detalhe da localidade de Mangueira – Bairro Nelson Costa.

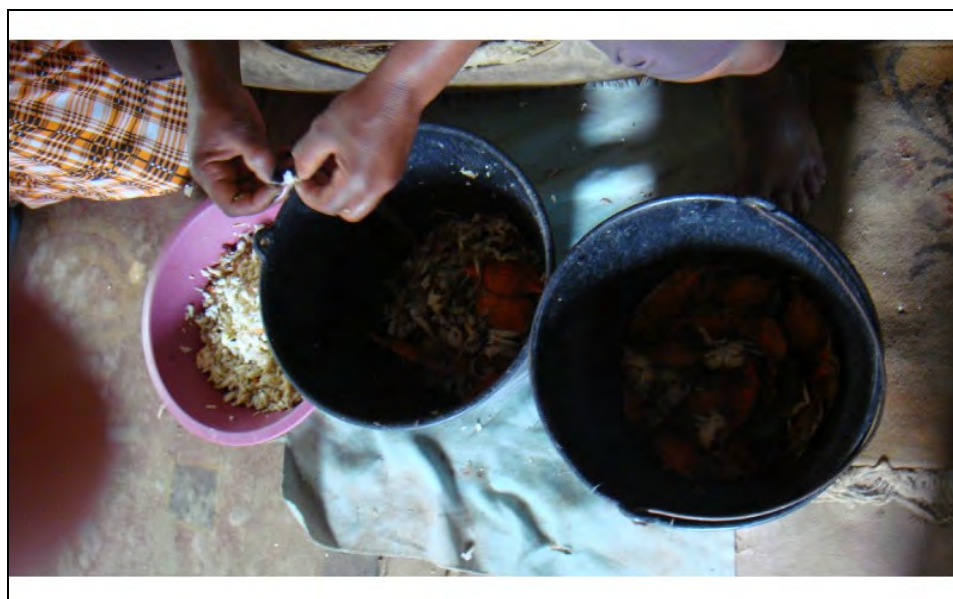


Figura II.5.3- 81 - Processo de beneficiamento do pescado para produção de siri catado no bairro Nelson Costa – Sede de Ilhéus – BA.

Segundo marisqueiras entrevistadas na localidade, foi informado que a quantidade de siri necessária para produção de 1 kg de catado varia com a fase da lua e a maré. Nos períodos de maré de sizígia há um melhor rendimento quando uma lata de 18 Lts cheia de siris resulta em torno de 1 kg de catado. Nos

períodos de maré de quadratura, o rendimento cai para cerca de uma lata e meia para produzir o mesmo 1 kg de catado. Essa variação é observada também para outros tipos de mariscos, incluindo crustáceos e moluscos.

O valor da comercialização do siri catado, na sua primeira venda varia entre R\$12,00 e R\$15,00, a depender da procura. A Colônia dos Pescadores paga R\$14,00 pelo quilo de catado, mas nem sempre vale a pena ir vender na sede da colônia devido à distancia e dificuldade de locomoção, implicando em custo de transporte (passagem de ida e volta). Na maior parte dos casos, o catado é vendido a intermediários que possuem pequenas peixarias nos bairros que compram diretamente na mão da marisqueiras.

Outra alternativa para complementação da renda familiar é o beneficiamento da piaçava para uma fábrica de vassouras dentro do próprio bairro. Para cada 1 kg de piaçava beneficiada são pagos R\$ 0,15 (**Figura II.5.3- 82**).



Figura II.5.3- 82 - Marisqueiras beneficiando piaçava na localidade da Mangueira – bairro Nelson costa – Ilhéus – BA.



Figura II.5.3- 83 - Canal de maré utilizado como acesso para manguezal na localidade da Mangueira no Bairro Nelson costa – Ilhéus – BA.

Jangadeiros de Ponta do Ramo e Ponta da Tulha (litoral norte de Ilhéus); de Pé de Serra e Sargi (município de Uruçuca)

As comunidades de pescadores jangadeiros do litoral norte de Ilhéus e de Uruçuca diferem de forma bastante marcante quando comparados com as comunidades da sede de Ilhéus e de Itacaré. São em geral jovens e mantêm a tradição da jangada e da profissão de pescador de mar aberto que aprenderam com os pais. Durante os levantamentos de campo foi perceptível a preferência por este tipo de embarcação que consideram mais seguras que os botes e barcos de convés, devido ao fato das jangadas não afundarem, em caso de acidente no mar. Também foi observado esforços de manutenção e construção de novas jangadas, por demanda espontânea das populações locais. Em 2011 foi registrado um o total de 107 jangadas nestas localidades, ocorrendo, portanto, o acréscimo de 46 jangadas a mais do que as 61 unidades observadas em 2008. Dados do censo estrutural do programa ESTATPESCA de anos anteriores indicavam menos de 40 jangadas registradas nestes municípios (**Figura II.5.3- 84** e **Figura II.5.3- 85**).

Apesar da baixa produção observada e relatada, todos eles se sentem realizados na sua profissão. Durante o contato com estes pescadores, em nenhum momento foi citada a intenção de mudar de atividade. Apesar das comunidades estarem distribuídas ao longo do litoral de Ilhéus, existe uma boa interação entre os pescadores. Durante as visitas às localidades, foram observadas diversas jangadas tradicionais com seus cabos e remos na própria jangada sem que houvesse a necessidade de guardar os cabos e garateias (pequenas âncoras) para evitar furtos, não foi relatado por parte dos pescadores preocupação com este tipo de questão.

Além das jangadas tradicionais, outra embarcação que apresentou um acréscimo na frota foram as “jangas” ou “balsas”. Estas embarcações tem um fundo chato e são confeccionadas para facilitar a chegada e saída diretamente na praia. A “janga” é uma embarcação de maior estrutura que as jangadas tendo motor e porão.



Figura II.5.3- 84 - Jangada encalhada na localidade de Ponta do Ramo – Município de Ilhéus.



Figura II.5.3- 85 - Jangada encalhada na localidade de Ponta do Ramo – Município de Ilhéus.



Figura II.5.3- 86 - Jangadeiros da localidade de Ponta do Ramo – Ilheus.



Figura II.5.3- 87 - Janga da localidade de Ponta do Ramo após a chegada do mar – Fev 2011.



Figura II.5.3- 88 - Jangada da localidade de Ponta da Tulha.

As comunidades pesqueiras do município de Uruçuca são compostas por marisqueiras que realizam a coleta de moluscos e crustáceos na foz do rio Tijuípe, e pescadores que utilizam a jangada como principal embarcação.

A presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Uruçuca estima que existam cerca de 120 pessoas envolvidas na atividade de mariscagem e pesca. Entretanto, os números da associação contabilizam apenas vinte pescadores e quarenta marisqueiras inscritos.

Os pescadores e marisqueiras estão cadastrados na colônia Z-34, sede de Ilhéus, que abrange também o município de Uruçuca.

Na localidade de Serra Grande, também foi observado e relatado pelos pescadores entrevistados que nesta comunidade é comum a integração dos profissionais da pesca que participam de reuniões e eventos programados pela associação como festas e “campeonatos de pesca organizados pela associação como forma de integrar estes profissionais”.

A localidade denominada Sargi encontra-se na divisa entre Uruçuca e Ilhéus, mas a maioria dos pescadores desta localidade tem sua residência em Serra Grande, embora também estejam cadastrados na Colônia Z-34.

A atividade de mariscagem é exercida pelas mulheres que coletam principalmente os siri nema e siri azul *Callinectes spp*, o aratu *Goniopsis cruentata* e moluscos como os sururus *Lucina pectinata*, o mussunim *Anomalocardia brasiliiana* e o moapem *Mytella sp*.

Já atividade de pesca é realizada por homens, sempre em mar aberto, que utilizam como principal petrecho de pesca as linhas de mão. Segundo informações dos pescadores e da presidente da associação, outras artes de pesca, tais como com redes de espera, espinhéis, caniço e tarrafas também são utilizados pelos pescadores, mas como arte secundária.

As comunidades pesqueiras das localidades acima citadas apresentam características únicas em toda a área de estudo, a saber, a ocorrência de uma frota composta quase que em sua totalidade por jangadas (**Figura II.5.3- 89**).

Os jangadeiros são populações tradicionais marítimas diferenciando-se em relação aos pescadores artesanais tradicionais por apresentarem alguns traços culturais bem distintos, como o tipo de embarcação artesanal que utilizam - as jangadas - a própria relação que mantém com a natureza, produto das atividades em mar aberto²⁰.

As outras categorias de embarcações registradas nestas localidades, como os botes motorizados, são utilizados principalmente por veranistas ou pescadores que realizam a pesca esportiva.

Atualmente, a importância das pescarias realizadas com jangadas tradicionais tem sido subestimadas ou mesmo desconsideradas devido ao pouco

²⁰ Disponível em: <http://www.ocarete.org.br/povos-tradicionais/jangadeiros>. Acessado em dez/2011.

conhecimento disponível sobre os fatores ambientais, sociais e econômicos que determinam os processos de produção de pescado e geração de renda para as comunidades que ainda utilizam este tipo de embarcação (PAIVA, 2004).



Figura II.5.3- 89 - Jangadeiros residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.



Figura II.5.3- 90 - Pescador Jangadeiro da comunidade de Sargi - residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.



Figura II.5.3- 91 - Pescadores jangadeiros da comunidade de Sargi, residentes em Serra Grande, Município de Uruçuca.

Quanto a infraestrutura disponível em Serra Grande é mais precária do que a existente em certas localidades de Ilhéus, como Olivença, embora a sede da vila conte, com ruas calçadas, em sua maioria. Os moradores avaliam negativamente o sistema de saneamento básico, a qualidade e a estabilidade da energia elétrica disponível.

Comunidades pesqueiras do Porto do Forte, Porto de Trás, Passagem, Marimbondo e Povoação (município de Itacaré)

O município de Itacaré sempre teve sua economia baseada na agricultura e pesca. Nos fins da década de 90, foi construída a rodovia estadual BA-001 que alterou completamente o modo de vida dos moradores da cidade e se tornando um roteiro turístico nacional, onde grandes empreendimentos hoteleiros foram implantados, tornando o turismo um dos eixos centrais da atividade econômica do município.

No mesmo período de implantação da rodovia os cacauicultores da região começavam a sofrer os efeitos de uma doença denominada “Vassoura de Bruxa” que impactou de maneira bastante significativa a economia da região fazendo a produção cair de cerca 400 mil toneladas, em 1990, para 174 mil toneladas em 2003 (EMBRAPA, 2004).

A quebra da produção agrícola regional resultou em desemprego em massa, e emigração destes trabalhadores de suas das moradias localizadas dentro das fazendas, para a região da sede do município de Itacaré.

Este incremento da população urbana ocorreu em uma velocidade incompatível com a capacidade de planejamento da cidade. Além disso, a baixa capacitação dos trabalhadores rurais os manteve excluídos do mercado de trabalho, inserindo assim novas pessoas exercendo a atividade de pesca.

Os bairros conhecidos como Passagem, Marimbondo, Porto de Trás e o Forte são os bairros moram a maior parte dos pescadores e marisqueiras.

Estes pescadores e marisqueiras exercem uma pesca de subsistência, onde o principal objetivo da pesca e havendo um excedente esta é vendida para complementação da alimentação familiar.

As pescarias realizadas nestas comunidades utilizam sobretudo canoas como principal embarcação e diferentes aparelhos de pesca, tais como o jereré, para a captura do siri, as tarrafas, redes tipo calão, rede de espera e caniço. Durante as visitas de campo foi observado que a pescaria de caniço é realizada diariamente nos fundos consolidados adjacentes ao Forte e Praia da Concha, numa formação rochosa denominada “ponta do xaréu”. (**Figura II.5.3- 92**).



Figura II.5.3- 92 - Pescadores realizando a pesca de caniço e siri com jereré –margens do estuário do Rio de Contas – Município de Itacaré.



Figura II.5.3- 93 - Puxada de rede tipo calão – margens do estuário do Rio de Contas – município de Itacaré.



Figura II.5.3- 94 - Captura obtida durante o lance de calão acompanhado na saída de campo.

A comunidade de Porto de Trás (**Figura II.5.3- 95**), descrita anteriormente, possui uma associação de marisqueiras que foi criada com o intuito de articular melhor esta população de pescadores, mas segundo relatos dos próprios associados esta não conseguiu alcançar seus objetivos.



Figura II.5.3- 95 - Vista geral do Porto de Trás – município de Itacaré.



Figura II.5.3- 96 - Vista geral do Porto do Forte, sede do município de Itacaré - Fevereiro de 2011.



Figura II.5.3- 97 - Vista geral do local, onde ficam sediadas as embarcações de maior porte no município de Itacaré.

A comunidade de pescadores localizada nos bairros do Centro de Itacaré apresenta uma diferença em relação ao nível de renda quando comparadas as comunidades dos bairros acima citados. A comunidade do Centro é formada basicamente por homens que realizam a pesca embarcada. A frota utilizada por esta comunidade é de maior porte e composta por barcos de convés, botes motorizados. Algumas canoas também são utilizadas pelos pescadores que realizam a pescaria de rede de espera com objetivo de venda do pescado.

A frota de arrasto de camarão em Itacaré não possui embarcações com equipamentos mecanizados de recolhimento das redes, dessa forma todas elas utilizam o recolhimento manual das redes, explorando portanto regiões mais rasas em profundidades que variam de 8 a 25 m.

No período da safra de camarão é muito comum que embarcações de Valença e Ilhéus que possuem equipamentos mecanizados para ao recolhimento da rede (arrasto de guincho) passem a usar Itacaré como porto de conveniência.

A pesca de linha de mão é realizada por barcos de convés. Devido ao fluxo de turismo já estabelecido neste município, a maior parte dos barcos de pesca forma readequados para trabalharem com passeios turísticos. Nos dois últimos anos iniciou-se a pesca esportiva cujas embarcações se especializaram em levar turistas para a pescaria de linha em mar aberto.

A Colônia de Pesca Z-18 sediada em Itacaré agrupa a maior parte dos pescadores de mar aberto, sendo responsável pelo cadastramento dos

pescadores do município, incluindo também as comunidades ribeirinhas localizadas as margens do rio de Contas (**Figura II.5.3- 98**).



Figura II.5.3- 98 - Presidente da colônia em frente a sede da Colônia de Pesca Z-18 – Outubro de 2011.

A sede da Colônia Z-18 passou por uma reforma no ultimo ano onde foram construídas: uma câmara frigorífica, uma unidade de beneficiamento, uma fábrica de gelo e novos boxes para a revenda do pescado. Também foi construída uma sala para a realização de cursos de capacitação e reunião dos associados (**Figura II.5.3- 99**), além de salas de administração secretaria tesouraria.

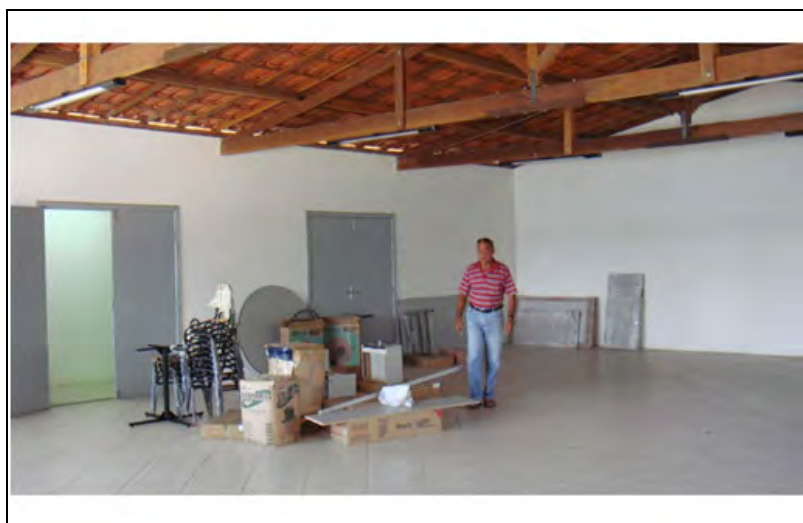


Figura II.5.3- 99 - Sala de reuniões e espaço para realização de cursos de capacitação.

Foram identificadas na sede do município mais duas associações, a ASPERI (Figura II.5.3- 100) e a Cooperativa mista de Itacaré (Figura II.5.3- 101). Segundo os responsáveis da ASPERI, houve uma redução do número de associados e apenas cerca de oito embarcações estão associadas para a venda do pescado.



Figura II.5.3- 100 - Sede da Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Itacaré.



Figura II.5.3- 101 - Sede da Cooperativa Mista de Pesca de Itacaré.

Já a Cooperativa Mista de Pesca Itacaré, segundo seu tesoureiro espera a finalização da confecção de duas embarcações apropriadas para a pesca oceânica que devem ficar prontas entre dezembro/2011 e janeiro/2012. Após a

entrega destas duas embarcações (cada uma com 18 metros) ainda haverá a seleção e treinamento da tripulação para a realização da pesca de peixes oceânicos em regiões mais distantes da costa.

A comunidade de Povoação está situada no rio de Contas, do lado oposto à localidade de Santo Amaro. Possui aproximadamente 20 casas, que têm energia elétrica e acesso a água oriunda de uma fazenda próxima. A comunidade ribeirinha de Povoação, do município de Itacaré (**Figura II.5.3- 102**) é composta por pescadores e marisqueiras, os quais estão cadastrados na Colônia de Pesca Z-18, conforme informações coletadas com o presidente da colônia. Uma boa parte da rede de sociabilidades e da dinâmica socioeconômica do local desenvolve-se na sede do município, distante pouco mais que dois quilômetros.

No local, não há fossas sépticas ou saneamento adequado. As residências são improvisadas e não obedecem, portanto, a um padrão específico, o que quer dizer que são adaptadas a cada família (cômodos, acabamento, tamanho etc.). Os moradores não têm emprego fixo e a renda mais concreta advém dos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família, dentre outros. Ali também funciona um pacato restaurante, à beira do rio, com um píer improvisado, que recebe turistas ao longo do ano. As residências estão situadas nos fundos desse restaurante.



Figura II.5.3- 102 - Vista da localidade de Povoação – Município de Itacaré.

Comunidades pesqueiras de Taipus, Cassange, Saquáira, Algodões e Piracanga (município de Maraú)

Estas comunidades costeiras da península de Maraú foram escolhidas como fazendo parte da possível área de influência das atividades de perfuração por estar situadas nas adjacências das localizações dos poços mais ao norte da Concessão BM-CAL-11 e devido a grande sensibilidade ambiental desta região.

Em todas estas localidades existem comunidades de pescadores que exercem a pesca de subsistência, como forma de complementação da alimentação. A maior parte destes pescadores também realizam atividades de agricultura familiar.

As principais pescarias realizadas nestas comunidades são a pesca desembarcada com redes tipo calão, tarrafas, redes de espera, caça submarina e mariscagem de polvos nos recifes (como em Taipus de Fora; Saquáira, Algodões) (**Figura II.5.3- 103 a Figura II.5.3- 105**). Também são realizadas pescarias de caniço e arremesso de praia.

A frota sediada nas 5 comunidades totalizam: sete jangadas tradicionais, quatro catraias, dois botes motorizados e três canoas. (**Figura II.5.3- 106 a Figura II.5.3- 108**).

Apesar de cerca de 300 pessoas serem estimadas como diretamente envolvidas na atividade de pesca, não foi observada nenhuma articulação entre estas ao longo dos 50 km de linha de costa onde estão distribuídas. A distância entre as diferentes localidades e a pesca tipicamente desembarcada reduz a interação entre as comunidades.

Uma situação similar foi observada em Algodões, onde foi contabilizado um maior número de pescadores, porém não foi evidenciado nenhum tipo de articulação entre estes dentro da própria comunidade. Normalmente os grupos de pesca componentes da mesma família realizam suas pescarias, independente de outros pescadores. Este distanciamento com certeza é reforçado devido ao fato de que a maior parte destes pescadores mora dentro de “roças”, o que por si só já cria uma distância natural nas relações sociais.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 103 - Recifes de corais na localidade de Taipús de fora utilizados para caça submarina.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 104 - Vista geral dos recifes de corais explorados pela caça submarina na localidade de Taipús de Fora – Município de Marau.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 105 - Lagoa do Cassange – Localidade de Cassange – Município de Marau.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 106 - Catraia sediada na localidade de Algodões – Município de Marau.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 107 - Canoa sediada na localidade de Saquaíra – Município de Marau.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 108 - Vista Geral da praia do Piracanga – Município de Marau.

*Pescadores de “Ilha do Contrato”, “Barra do Serinhaém” e “Barra Grande”
(Municípios de Igrapiúna, Ituberá e Marau)*

Estas três comunidades foram escolhidas para serem descritas em maior detalhe devido à presença de uma frota de barcos de convés sediada nestas localidades que atuam na sua maioria em ambientes de mar aberto, realizando pescarias de arrasto de camarão, pesca de linha de mão e redes de espera.

As localidades de Ilha do Contrato e Barra do Serinhaém fazem parte de dois municípios diferentes, Igrapiúna e Ituberá respectivamente e estão localizadas na saída do canal de Ituberá. Já a comunidade de Barra Grande esta localizada na porção norte da península de Marau, dentro da Baía de Camamu (**Figura II.5.3-109**).

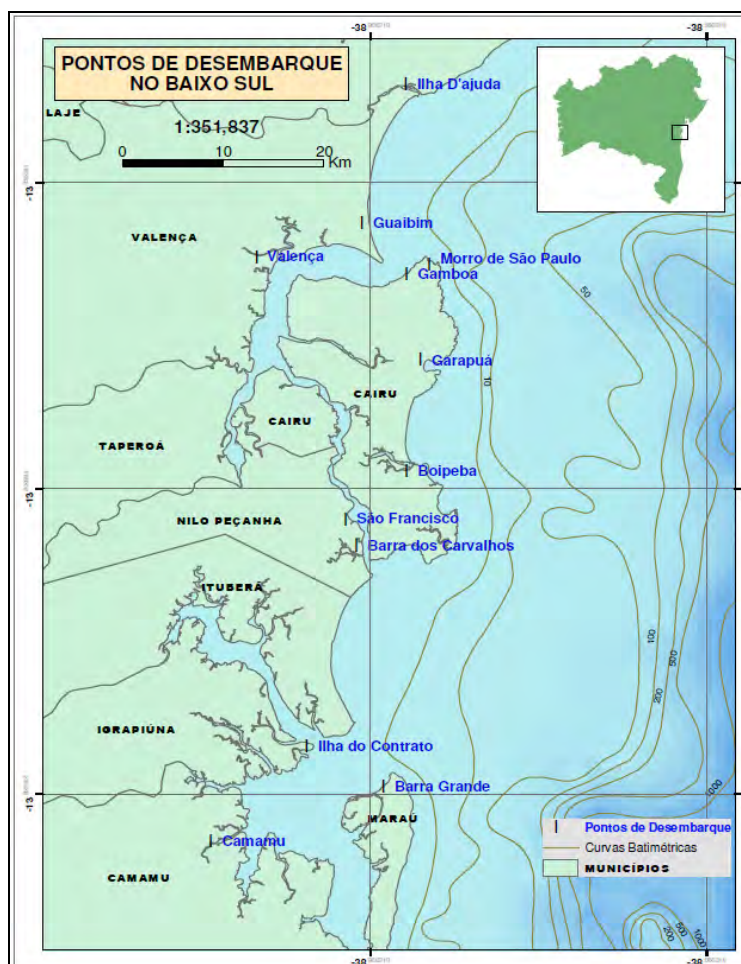


Figura II.5.3- 109 - Pontos de desembarques amostrados pelo programa de Monitoramento Participativo da Atividade Pesqueira na Área de estudo do Campo de Manati.

Estas comunidades, assim como a sede do município de Camamu fazem parte do projeto de Monitoramento Pesqueiro na Área de Influência do Campo de Manati, onde são coletadas de maneira sistemática, informações sobre o esforço e as capturas recentes da pesca de linha, emalhe e arrasto de camarão.

A Ilha do Contrato (**Figura II.5.3- 110**) apresenta uma frota composta principalmente por canoas. Nesta localidade predominam as pescarias típicas de estuários, com o uso de tarrafas, redes de espera, redes de cerco, armadilhas para a captura de crustáceos (camarões e siris), redes de calão e redes específicas para tainhas ou sardinhas denominadas de tainheiras e sardinheiras (CEPENE, 2006).



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 110 - Prainha localizada na comunidade de Ilha do Contrato.

No levantamento de campo realizado em outubro de 2011 foram contabilizadas 12 embarcações de convés sediadas nesta localidade. Destas, uma embarcação realiza a pesca de arrasto de camarão, sendo que as outras onze utilizam as linhas de mão e redes de espera como principais artes de pesca.

Já a comunidade de Barra do Serinhaém, apesar de estar no lado oposto na margem do mesmo canal, possui uma frota formada principalmente por barcos de convés. Esta frota desenvolve o arrasto de camarão como principal pescaria,

seguida pelo uso de redes de espera, linhas de mão e pequenos espinhéis (Figura II.5.3- 111).



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 111 - Embarcações da frota pesqueira sediada em Barra do Serinhaém.

A comunidade de Barra Grande apresenta características bastante diferenciadas em relação às comunidades de Ilha do Contrato e Barra do Serinhaém. Destaca-se por ser um dos principais destinos turísticos da região do baixo sul do litoral baiano. Nos últimos 15 anos a atividade turística se tornou o principal eixo econômico desta (Figura II.5.3- 112 a Figura II.5.3- 116).

Boa parte das casas dos pescadores e veranistas foi substituída por pousadas e restaurantes visando atender a demanda do turismo, o que ocorreu também com suas embarcações.

A frota sediada em Barra Grande, antes envolvidas na atividade de pesca, principalmente pesca de linha e redes de espera foram aos poucos sendo adaptadas para atender as demandas de turismo, cuja atividade se mostrou mais rentável e menos cansativa.

Devido a esta reorientação das embarcações locais, barcos pesqueiros de outros municípios costumam aportar em Barra Grande para realizar a venda do pescado capturado e abastecimento das embarcações com gelo e combustível.

Estas embarcações conseguem assim vender rapidamente o produto da pesca tendo em vista que as embarcações da localidade não exercem mais a pesca como principal atividade econômica.

Existem algumas canoas e botes motorizados que realizam a pesca nesta localidade, mas em geral esta pescaria é para o consumo próprio, ocorrendo a venda apenas quando peixes de maior valor comercial são capturados. No caso dos botes motorizados, a principal pescaria realizada é a caça submarina. Neste caso, os mergulhadores priorizam a caça de peixes recifais de maior valor comercial como os vermelhos e badejos.

As áreas de pesca utilizadas pelos mergulhadores estão situadas na região da entrada da Baía de Camamu que apresenta características oceanográficas de mar aberto e possui fundos consolidados e recifes de corais localizados nas localidades de Taipus de Fora.



Figura II.5.3- 112 - Praça central da localidade de Barra Grande – Marau.



Figura II.5.3- 113 - Centro cultural na praça central da localidade de Barra Grande – Maraú.

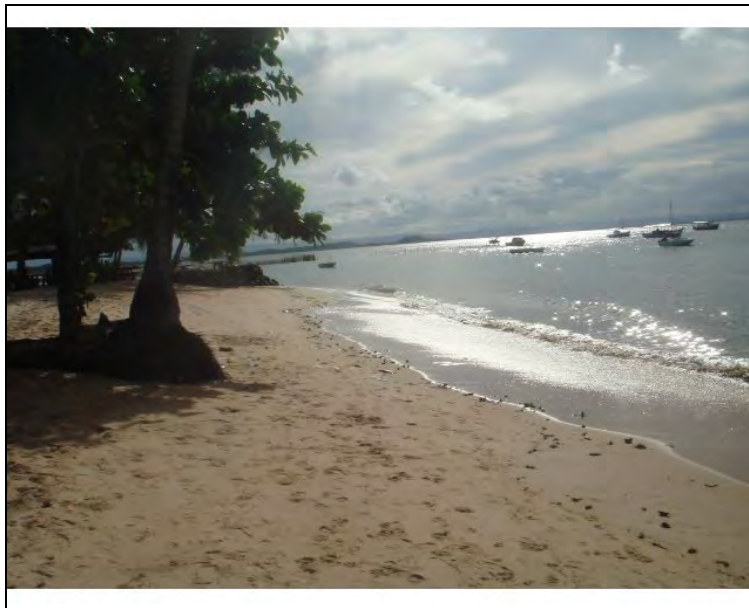


Figura II.5.3- 114 - Vista geral da praia na entrada da localidade de Barra Grande.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 115 - Embarcação de pesca ancorada na localidade de Barra Grande.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 116 - Embarcações de turismo ancoradas na localidade de Barra Grande.

Comunidade Pesqueira do Bairro do Tento/Colônia Z-15 (município de Valença)

A comunidade pesqueira do Tento constitui um bairro localizado na sede do município de Valença onde se concentram as residências dos pescadores e marisqueiras dentro do espaço urbano da sede do município. A sede da Colônia de Pesca Z-15 também é situada no bairro do Tento (**Figura II.5.3- 117**).



Fonte: GOOGLE EARTH

Figura II.5.3- 117 - Imagem de satélite destacando o Bairro do Tento – Valença.

Está situado às margens do Rio Una que atravessa o centro da cidade, onde se concentra cerca de 90 % da frota do município. (**Figura II.5.3- 118** a **Figura II.5.3- 121**).



Figura II.5.3- 118 - Vista geral do cais no bairro do Tento – Valença.



Figura II.5.3- 119 - Vista geral do cais da Colônia de Pesca Z-15 no Bairro do Tento – Valença.

Os pescadores e marisqueiras do Tento atuam em diferentes pescarias. Entre as pescarias comerciais destacam-se a frota de arrasto de camarão, linhas de mão e redes de espera. Entre as marisqueiras a maior parte da produção é de siris, vendidos já beneficiados na forma de “catado”.



Figura II.5.3- 120 - Siri preparado para o início do beneficiamento na casa de marisqueira no bairro do Tento – Valença.

Outra fonte de recursos utilizados pelas marisqueiras é o reaproveitamento da fauna acompanhante que é capturada acidentalmente pela pesca de arrasto de camarão. Neste caso as mulheres fazem a “salga” dos peixes e os colocam para secar sendo vendidos depois na forma de “peixe salgado”.

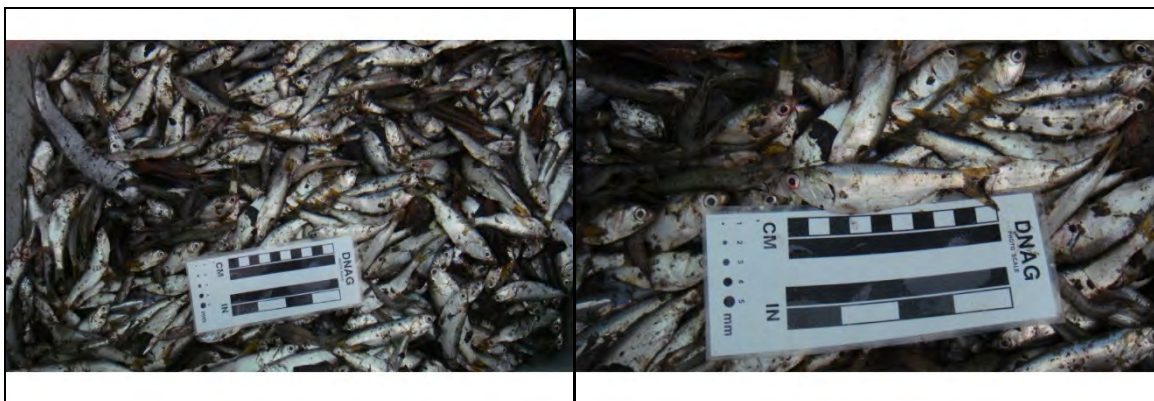


Figura II.5.3- 121 - Peixes capturados acidentalmente pela pesca de arrasto de camarão (“by catch”), bairro do Tento – Valença.



Figura II.5.3- 122 - Mestre de pesca consertando rede de espera (emalhe), bairro do Tento – Valença.

A maior parte dos pescadores e marisqueiras de Valença estão cadastrados na Colônia de Pesca Z-15 cuja sede está no bairro do Tendo. A colônia é bem estruturada contando com uma fábrica de gelo, câmara frigorífica e cerca de 300 barcos inscritos, pertencentes a diferentes categorias. Algumas destas embarcações revendem o pescado na colônia. A Colônia Z-15 também é responsável pelo cadastramento dos pescadores e marisqueiras de outras localidades dentro do município.



Foto: Alina Sá Nunes

Figura II.5.3- 123 - Tanque de água utilizado na fabrica de gelo. Colônia Z-15..

A **Figura II.5.3- 124** apresenta o mapa de localização das comunidades extrativistas identificadas na área de estudo.

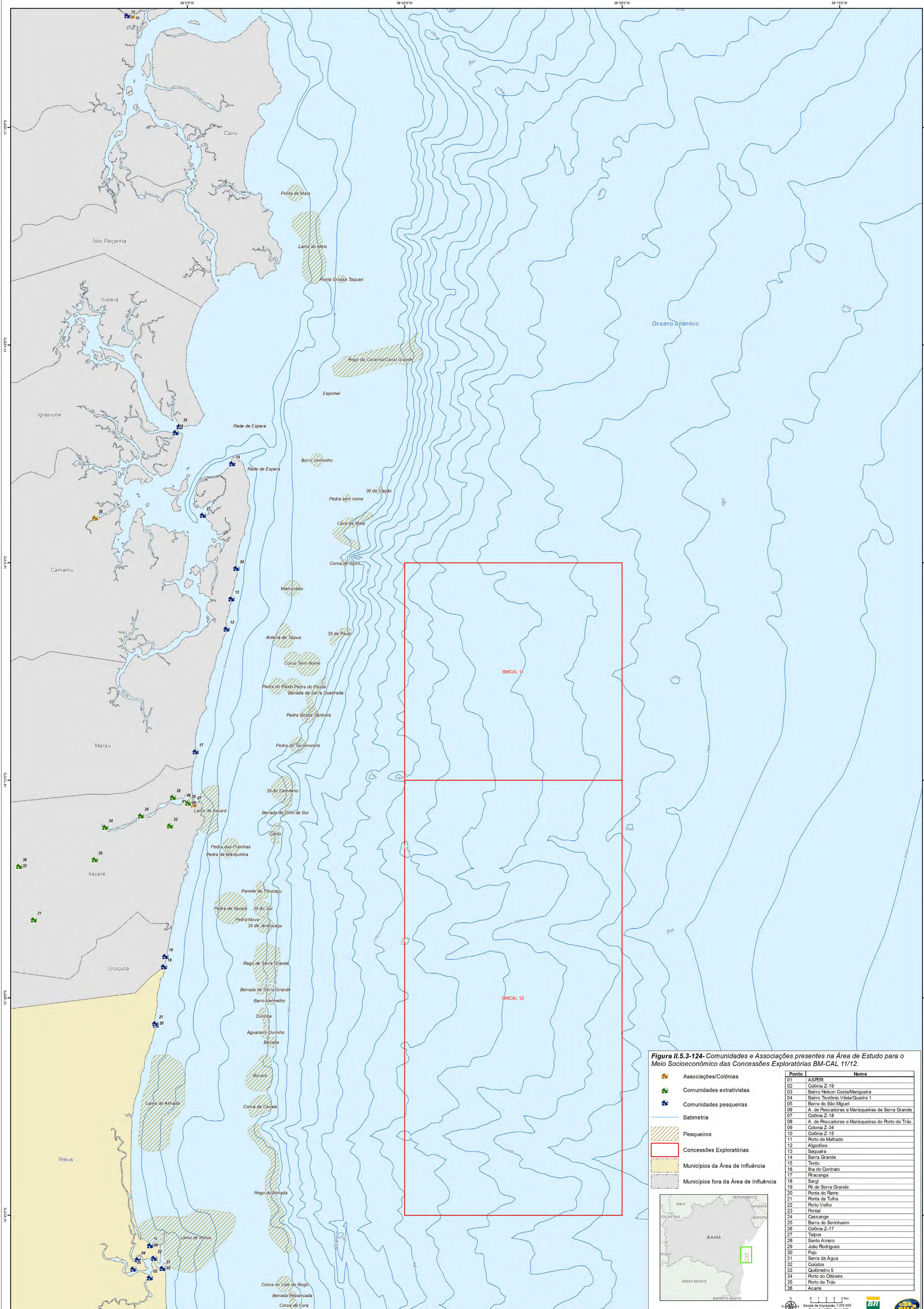


Figura II.5.3-124- Comunidades e Associações presentes na Área de Estudo para o Meio Socioeconômico das Concessões Exploratórias BM-CAL 11/12.

Ponto	Nome
01	ASPERI
02	Colônia Z-19
03	Bairro Nelson Costa/Manguira
04	Bairro Teófilo Vieira/Quadra 1
05	Barra de São Miguel
06	A. de Pescadores e Marisqueiras de Serra Grande
07	Colônia Z-18
08	A. de Pescadores e Marisqueiras do Porto de Trás
09	Colônia Z-34
10	Colônia Z-15
11	Porto de Malhado
12	Algodões
13	Saquiara
14	Barra Grande
15	Tento
16	Ilha do Contrato
17	Piracanga
18	Sargi
19	Pé de Serra Grande
20	Ponta do Ramo
21	Ponta da Tuíha
22	Porto Velho
23	Pontal
24	Cassange
25	Barra de Serinhaém
26	Colônia Z-17
27	Taipus
28	Santo Amaro
29	João Rodrigues
30	Fojo
31	Serra da Água
32	Quilombo 5
33	Quilombo 5
34	Porto do Oitzeiro
35	Porto de Trás
36	Acaris

PÁGINA EM BRANCO



O) Identificação e Caracterização de Tombamentos

Em termos gerais, o tombamento visa restringir de forma parcial o direito de propriedade, o uso de determinados bens, visando proteger e conservar os mesmos contra mudanças que, por ventura, os descaracterizem e/ou os destruam.

A responsabilidade de promover os tombamentos é feita em diversas escalas através de órgãos específicos que atuam em escala mundial, UNESCO, federal, IPHAN, ou estadual, IPAC.

A UNESCO tem como objetivo geral promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural em escala mundial, considerados valiosos para a humanidade. Essa proposta está incorporada no Tratado Internacional denominado Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, onde foram estabelecidas as bases para a preservação e conservação dos patrimônios históricos, culturais, artísticos e naturais.

Na esfera federal brasileira, os tombamentos são de responsabilidade do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que objetiva fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar os monumentos, sítios e bens móveis do país.

Para o Estado da Bahia, os tombamentos são de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC, como estabelecido pelo Decreto Estadual nº 8.626 de 29 de Agosto de 2003. Este Órgão visa à política de preservação do Patrimônio Cultural da Bahia, assim como, estimular e promover as atividades relacionadas com museus organizando, atualizando e difundido seus acervos (IPAC, 2011).

No que se refere à legislação brasileira para a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, a qual organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Lei nº 3.924 de 26 de Julho de 1961, que dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos e o Decreto 3.551 de 4 de Agosto de 2000, a qual institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro,

criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, formam alguns dos instrumentos jurídicos para a esses fins.

De maneira geral, esses são os princípios básicos para o controle, manutenção e preservação dos patrimônios culturais e naturais em todo território nacional. A identificação e a caracterização desses patrimônios brasileiros são fundamentais para avaliar quais são as possíveis interferências do projeto da atividade de perfuração exploratória do empreendimento sobre esses patrimônios.

O item II.5.3-O do Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA N°02/2011 considera que somente aqueles tombamentos vulneráveis aos impactos da atividade de perfuração marítima devem ser identificados e caracterizados no presente estudo.

Desta forma, para condições normais da atividade a ser licenciada, não há tombamentos, em nenhuma das esferas supracitadas, passíveis de alguma modificação estrutural ou de sua dinâmica na Área de Influência do empreendimento, devido à distância em que o mesmo possui da costa, 25 Km no mínimo, o que não altera a beleza cênica/paisagística, e por não estar inserido na área de quaisquer dos tombamentos existentes na região.

Entretanto, para melhor caracterizar a área estudada, foram contemplados pela pesquisa os patrimônios inseridos na área de estudo para o Meio Socioeconômico que podem, em caso de eventual derrame de óleo, ser afetados pelas atividades exercidas nas Concessões Exploratórias BM-CAL 11/12. Foram considerados, portanto, aqueles patrimônios localizados na linha de costa.

Patrimônio histórico e cultural

De acordo com o IPHAN (2011), o patrimônio histórico e cultural não se esgota em imóveis da arquitetura antiga, tradicionais, eclesiásticos ou palácios, mas no significado da sua concepção para a época em que foi idealizado. Os bens passíveis de tombamento abrangem, também, imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. De acordo com esta definição e considerando a descrição do item no Termo de Referência, não

ocorrem Patrimônios Históricos, Artísticos ou Culturais tombados na área de estudo para o Meio Sócioeconômico.

Reserva da Biosfera

Reserva da Biosfera, de acordo com a UNESCO, é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa etc.

A Reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas. A UNESCO mantém um sistema de informações que assegura o equacionamento de seus problemas, segundo a melhor tecnologia disponível.

Na área de estudo, encontra-se a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (**Quadro II.5.3-48**), que abrange longa faixa da zona costeira desde o Estado do Ceará até o Rio Grande do Sul (**Figura II.5.3-125**). Inclui todos os municípios da área de estudo, inclusive o município de Ilhéus, considerado pertencente à área de influência do empreendimento.

Quadro II.5.3-48- Tombamentos encontrados na área de estudo do empreendimento.

TOMBAMENTOS			
Denominação	Município	Órgão	Tipo
Reservas da Biosfera da Mata Atlântica	Dentro da área de estudo abrange os municípios de Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus.	UNESCO	Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera

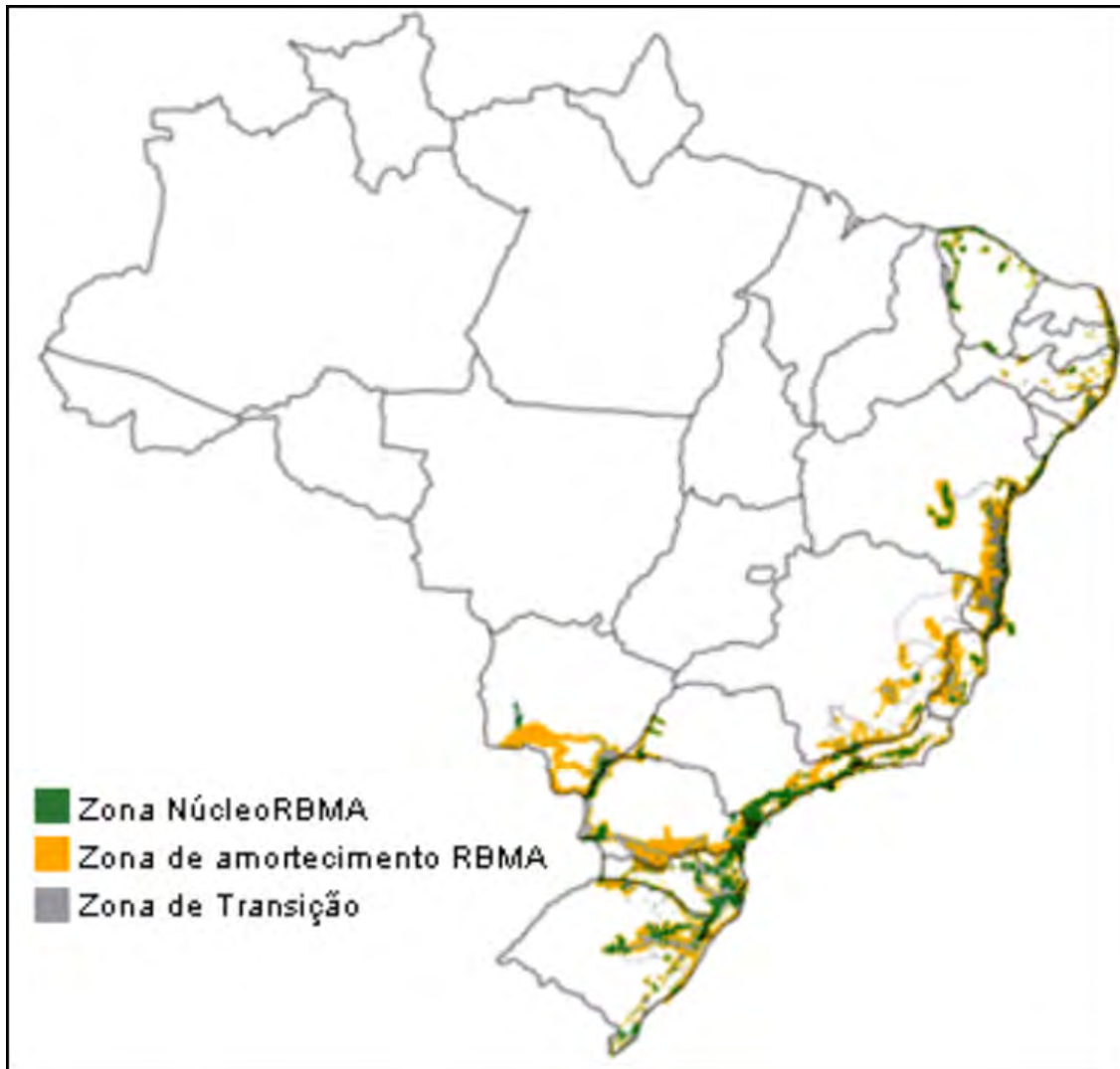


Figura II.5.3-125- Abrangência nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

De acordo com RBMA (2011), a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica inclui todos os tipos de formações florestais e outros ecossistemas terrestres e marinhos, “bem como os principais remanescentes florestais e a maioria das unidades de conservação da Mata Atlântica, onde está protegida grande parte da megabiodiversidade brasileira”. Em contrapartida, ela contempla as áreas mais populosas do país, o que justifica a sua proteção especial.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi aprovada junto à UNESCO em 1991, porém sua configuração final só foi atingida em 2005 através de sucessivas fazes de implantação, como representado na **Figura II.5.3-126**. A RBMA tem como princípios básicos:

- A conservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica incluindo a paisagem e os recursos hídricos;
- A valorização da sócioidiversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados;
- O fomento ao desenvolvimento econômico que seja social, cultural e ecologicamente sustentável;
- O apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável.

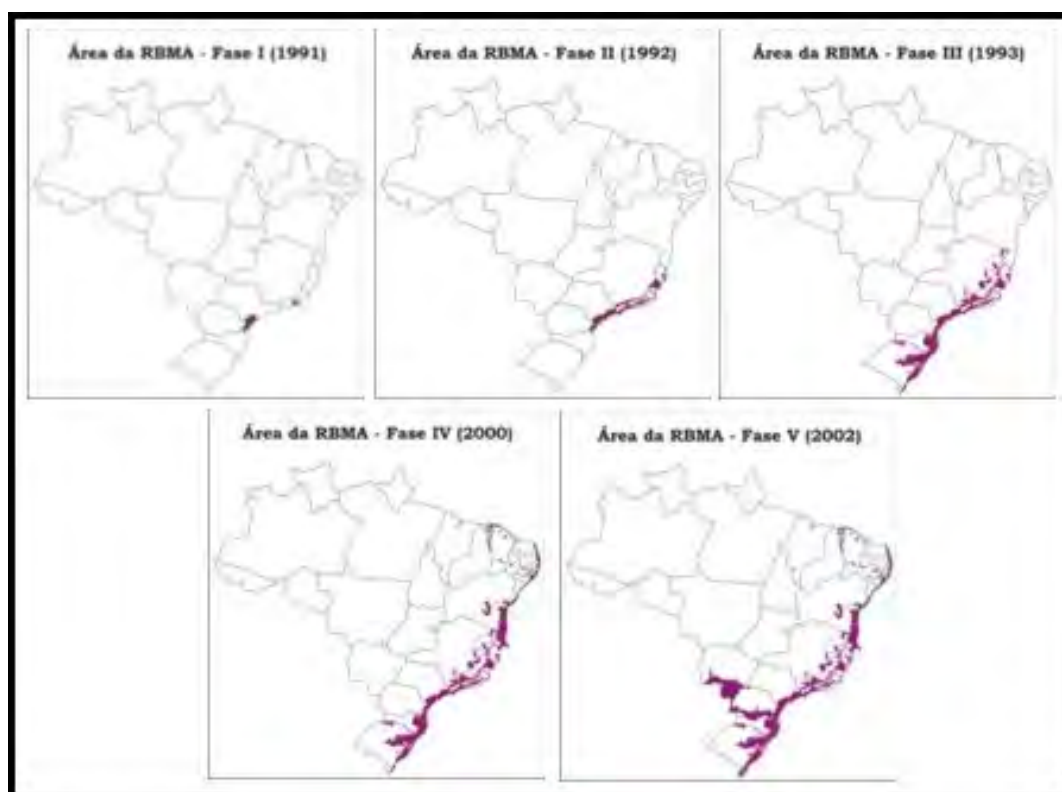


Figura II.5.3-126- Etapas de implantação da Reserva Biológica da Mata Atlântica.

Atualmente, esta é a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma (RBMA, 2008).

Para melhor gestão, esta Reserva Biológica se compartimenta em três grandes zonas, a saber Zona Núcleo, Zona de Amortecimento e Zona de Transição, que englobam mais de 700 Unidades de Conservação e comunidades tradicionais.

- **Zonas Núcleo** – sua função é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente às Unidades de Conservação de proteção integral como Parques e Estações Ecológicas;
- **Zonas de Amortecimento** – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, tem por objetivos minimizar os impactos negativos sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais;
- **Zonas de Transição** - sem limites rigidamente definidos envolvem as zonas de amortecimento e núcleo. Destinam-se prioritariamente ao monitoramento, à educação ambiental e à integração da Reserva com o seu entorno, onde predominam áreas urbanas, agrícolas e industriais.

Nessa Reserva a visitação pública só é permitida em caráter educacional e/ou científico, dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

Na Bahia, no município de UNA, existe a Reserva Biológica de Una, que constitui um posto avançado da Reserva Biológica da Mata Atlântica. Esta Unidade tem como objetivo conservar uma amostra significativa do ecossistema Floresta Hidrófila do sul da Bahia e proteger o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), ameaçado de extinção, mantendo populações viáveis na natureza. Outro objetivo são preservar e manter o ambiente natural, objetivo em que se tem conseguido êxito.

Esta Reserva também constitui um dos últimos refúgios do macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), bem como da sua espécie bandeira, o referido mico-leão-de-cara-dourada.

Em Ilhéus, o Ecoparque de Una, Reserva Particular do Patrimônio Natural, localizada 45 km ao sul do município, ao lado da Reserva Biológica de Una, é um projeto demonstrativo para o Turismo Ecológico no Sul da Bahia, também inserido



na área da Reserva Biológica da Mata Atlântica. Este Ecoparque resulta da cooperação entre o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) e a Conservation International, ambas as organizações são não governamentais. Os objetivos do referido projeto são, basicamente:

- Demonstrar o potencial do ecoturismo como alternativa econômica viável, compatível e dependente da conservação dos recursos naturais do sul da Bahia.
- Propiciar uma oportunidade de contato direto com a natureza, de maneira interativa e dinâmica.
- Promover a educação ambiental entre os moradores locais e os visitantes.
- Ser um centro de pesquisa e estudos sobre a Mata Atlântica e sua biodiversidade.
- Aumentar a superfície protegida na área do Sítio do Patrimônio Natural Mundial do Sul da Bahia (RPPN com 383 hectares).
- Conservar um importante corredor de vegetação no entorno da Reserva Biológica de Una.

Patrimônio natural

São considerados Patrimônios Naturais pela UNESCO, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, os Monumentos Naturais, que são de valor universal, excepcional do ponto de vista estético ou científico por suas formações física e biológica ou por conjunto delas; as Formações Geológicas e fisiográficas e as Zonas Estritamente Delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; e os Sítios Naturais ou as Áreas Naturais que são áreas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

De acordo com a SEMA (2011), os Patrimônios Naturais identificados na área de estudo correspondem a praias e ilhas, como especificado no **Quadro II.5.3-49**,

sendo destacados em azul os localizados na Área de Influência do empreendimento.

Quadro II.5.3-49- Patrimônios Naturais identificados na área de estudo.

Município	Patrimônio Natural
Camamu	Baía de Camamu
	Ilha Pedra Furada
	Ilha de Cajaíba
	Ilha Grande
	Ilha de Quiape
	Ilhas Pequena, do Âmbar e das Flores
	Praia Ponta do Contato
	Praia Ponta do Santo
	Praia Ponta dos Tubarões
Maraú	Ilha de Campinho
	Ilha de Goiό
	Península de Maraú
	Praia de Arandi
	Praia de Barra Grande
	Praia de Cassange
	Praia de Piracanga
Itacaré	Praia da Concha/do Farol
	Praia da Coroa/da Avenida/do Centro
	Praia da Costa
	Praia da Ribeira
	Praia da Tiririca
	Praia do Pontal
	Praia do Resende
Uruçuca	Praia de Serra Grande
Ilhéus	Praia da Avenida
	Baía do Pontal
	Praia da Barra/de São Miguel
	Praia da Concha
	Praia de Batuba
	Praia de Canabrava
	Praia Back Door
	Praia Cai n' Água
	Praia do Cristo
	Praia do Cururipe
	Praia do Jairi
	Praia do Malhado

Continua

Continuação do Quadro II.5.3-49

Município	Patrimônio Natural
Ilhéus	Praia do Marciano
	Praia do Norte
	Ponta do Ramo
	Praia do Sul